

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Kamyla Aparecida Gomes Machado

Inclusão e Universidade: uma análise a partir da perspectiva de discentes travestis e transexuais da Universidade Federal de Goiás

Goiânia

2021



UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE
TESES**

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ Dissertação ☐ Tese

2. Nome completo do autor

Kamyla Aparecida Gomes Machado

3. Título do trabalho

Inclusão e Universidade: uma análise a partir da perspectiva de discentes travestis e transexuais da Universidade Federal de Goiás

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO*

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **KAMYLA APARECIDA GOMES MACHADO**, Discente, em 11/11/2021, às 08:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Maria Do Rosario Silva Resende**, Professora do **Magistério Superior**, em 11/11/2021, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento



no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2481882** e
o código CRC **0D348ABC**.

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Kamyla Aparecida Gomes Machado

Inclusão e Universidade: uma análise a partir da perspectiva de discentes travestis e transexuais da Universidade Federal de Goiás

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia sob a orientação da Prof.^a Dr^a Maria do Rosário Silva Resende, linha de pesquisa: Processos Psicossociais e Educacionais. Área de concentração: Psicologia.

Goiânia

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Machado, Kamyla Aparecida Gomes

Inclusão e Universidade: uma análise a partir da perspectiva de
discentes travestis e transexuais da Universidade Federal de Goiás
[manuscrito] / Kamyla Aparecida Gomes Machado. - 2021.
XV, 139TR f.

Orientador: Profa. Dra. Maria do Rosário Silva Resende.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em
Psicologia, Goiânia, 2021.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui siglas, abreviaturas.

1. Transidentidade. 2. Universidade. 3. Inclusão. 4. Travestis. 5.
Transexuais. I. Resende, Maria do Rosário Silva, orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 15 da sessão de Defesa de Dissertação de **Kamyla Aparecida Gomes**, que confere o título de Mestra em **Psicologia**, na área de concentração em **Psicologia**.

Aos três dias do mês de setembro de 2021, a partir das 16:10 horas, através de plataforma virtual segundo a Instrução Normativa PRPG/UFG 001, de 27 de março de 2020, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "Inclusão e Universidade: uma análise a partir da perspectiva de discentes travestis e transexuais da Universidade Federal de Goiás". Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora **Maria do Rosário Silva Resende (PPGP/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora **Susie Amâncio Gonçalves de Roure (PPGP UFG)**, membro titular interno, Professor Doutor **Luiz Mello (FCS UFG)**, membro titular externo e Professora Doutora Prof^ª. Dr^ª. **Cristina Vianna Moreira dos Santos (UFT)**, membro externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora **Maria do Rosário Silva Resende**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **três dias do mês de setembro de 2021**.

Presidente:

Prof^ª. Dr^ª. Maria do Rosário Silva Resende/PPGP UFG

Membro titular 02:

Prof^ª. Dr^ª. Susie Amâncio Gonçalves de Roure/ PPGP UFG

Membro titular 03:

Prof^ª. Dr^ª. Luiz Mello/ FCS UFG

Membro titular 04:

Prof^ª. Dr^ª. Cristina Vianna Moreira dos Santos/ UFT

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Maria Do Rosario Silva Resende, Professora do Magistério Superior**, em 03/09/2021, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Susie Amancio Goncalves De Roure, Professor do Magistério Superior**, em 03/09/2021, às 18:33,



conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Melo Ribeiro De Lima, Coordenadora de Pós-Graduação**, em 04/09/2021, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Mello De Almeida Neto, Professor do Magistério Superior**, em 13/09/2021, às 13:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2319502** e o código CRC **FC9D1835**.

Referência: Processo nº 23070.046848/2021-90

SEI nº 2319502

Dedico este trabalho a minha mãe, companheira e incentivadora de todas as minhas empreitadas, às pessoas transexuais e travestis e a todas aquelas que compreendem a necessidade de respeitar a diversidade.

Agradecimentos

Durante esse tempo do mestrado contei com a colaboração amigável e amorosa de várias pessoas, de orações a puxadas de orelha, de cafés na madrugada a doces no meio da tarde. Eu não tenho palavras para descrever a importância de tudo o que o mestrado me trouxe, mas faço questão de tentar descrever o carinho e agradecimento àqueles que estiveram comigo nessa jornada.

Primeiramente, agradeço a Deus por ter colocado diante de mim essa oportunidade e por ajudar-me durante todo o processo.

À minha mãe, Florismunda Gomes (Mundinha para os amigos), pelas orações, velas dedicadas ao meu anjo da guarda, presença representada pelo carinho em forma de café quentinho pela manhã e de companhia durante algumas madrugadas.

Aos meus irmãos e sobrinhos, por terem entendido a minha ausência nesse tempo.

À minha orientadora, Maria do Rosário Silva Resende, de quem me tornei uma grande fã, que me mostrou, por meio do exemplo, o respeito pela docência e pelos alunos e alunas que cruzam seu caminho; que acolheu a mudança de tema que propus e que me proporcionou liberdade e limite na medida certa. Também me ensinou que é possível corrigir com amor e orientar com paciência. Rosaritha, agradeço demais a Deus por ter colocado você na minha vida.

Aos professores Susie Amâncio Gonçalves de Roure e Luiz Mello de Almeida Neto pelas considerações respeitadas na Banca de Qualificação que ampliaram a minha visão sobre o tema e por, juntamente com a professora Cristina Vianna Moreira dos Santos, terem aceitado participar da minha defesa.

Aos docentes do PPGP, Fernando, Naraiana, Priscila e Livia, pelas aulas e discussões em grupo que colaboraram com a ampliação do meu conhecimento.

À minha amiga, Flávia Maria Soares Pereira da Silva – Flavitha – por todas as broncas amorosas e incentivo constante, por todas as gargalhadas de desespero e de alegria e pela presença na minha jornada. Sou grata a Deus pelo nosso reencontro nessa existência.

Ao meu amigo Pedro Henrique Moreira Cruvinel por, em um momento de inspiração, numa manhã ensolarada, ter me aberto os olhos para o mestrado.

A todos os meus amigos pelas palavras de carinho e incentivo, por acreditarem em minha capacidade e torcerem por mim, em especial à Elaine, Florise, Welitta, Guilherme e Bárbara, pelos encontros alegres no SAP – Seminários Avançados-Grupo de Pesquisa, na cantina, na sala de aula e fora da UFG.

A Ester Sales, mestre e doutoranda em Filosofia, primeira discente trans a concluir o mestrado na UFG, por me atender tão prontamente e com tanta atenção compartilhar comigo conhecimentos e materiais para o enriquecimento do meu trabalho.

À travesti preta incrível, que aceitou ser entrevistada para essa pesquisa, que se apresentou assim para mim e me encantou com sua personalidade ímpar e trajetória de vida.

Aos alunes que também participaram da minha pesquisa, por me ajudarem a atingir o objetivo da conclusão desse trabalho.

Aos meus pacientes, pela compreensão dos cancelamentos e reagendamentos das sessões.

À Liga da Sexualidade Humana da Faculdade de Medicina, LASex pelo curso introdutório que tirou vendas dos meus olhos.

Aos colegas do Programa Saudavelmente e da EECA - Escola de Engenharia Civil e Ambiental pelas conversas rápidas que provocaram verdadeiros *insights*.

Aos secretários do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Educação - PPGP/FE/UFG, Andrea Canheta e Samuel Martins, pela atenção com que me trataram ao longo desse tempo.

Sou muito grata por todo esse processo, exaustivo, mas belo. Faria tudo novamente!

*Às vezes eu sinto
como se o corpo fosse explodir.
do nada.*

*De tanto que
me queimam
esses olhares
incandescidos
de ódio e repulsa.*

Piê Poeta

Sumário

Lista de Abreviaturas e Siglas	XII
Resumo	XIV
Abstract	XV
Apresentação.....	16
Introdução	22
1.1 Contextualização da transgeneridade no ambiente universitário.....	26
1.2 Alguns termos relacionados à sexualidade humana.....	33
1.3 Breve histórico sobre a sexualidade humana e a transgeneridade	44
1.4 Travestis e transexuais: uma minoria das minorias.....	48
1.5 A importância dos movimentos sociais na busca por conquistas das pessoas trans ..	52
Capítulo 2. A dialética inclusão/exclusão a as transidentidades	59
2.1. A importância da educação no combate à exclusão e ao preconceito contra pessoas trans	70
2.2 O preconceito como obstáculo à inclusão de travestis e transexuais	78
2.3 A relevância da inclusão de travestis e transexuais no contexto universitário	82
2.3.1 a inclusão das transidentidades na Universidade Federal de Goiás.	85
Capítulo 3. A inclusão de travestis e transexuais na Universidade Federal de Goiás.....	90
3.1 A pesquisa.....	90
3.2 A amostra e os participantes	92
3.3. As entrevistas	94
3.4 A análise	96
Considerações Finais	110
Referências	113
Apêndices.....	121
Anexos.....	126

Lista de Abreviaturas e Siglas

- ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais
- CAAF – Coordenadoria de Ações Afirmativas
- CEU – Casa do Estudante Universitário
- CFP – Conselho Federal de Psicologia
- CGA – Centro de Gestão Acadêmica
- CID – Classificação Internacional de Doenças
- CIP – Coordenação de Inclusão e Permanência
- CIS – Cisgênero
- CONPEEX – Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão da UFG
- CONSUNI – Conselho Universitário
- COVID-19 – *Coronavirus Disease* (2019)
- DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
- DSM V – Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais V (tradução)
- EECA – Escola de Engenharia Civil e Ambiental
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
- ENUDSG – Encontro Nacional em Universidades Sobre Diversidade Sexual e de Gênero
- FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
- GOOGLE MEET – serviço de videoconferência da empresa Google
- IES – Instituição de Ensino Superior
- LAsex – Liga Acadêmica de Sexualidade Humana (Faculdade de Medicina da UFG)
- LGBTI+ – Lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, intersexo
- LGBTQIA+ – Lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, queer, intersexo, assexuais
- OAB-GO – Ordem dos Advogados do Brasil – Goiás
- PcDs – Pessoas com deficiência
- PPGP/FE/UFG – Programa de Pós-Graduação em Psicologia/Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.
- PRAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
- Pro Uni – Programa Universidade para Todos
- RU – Restaurante Universitário

SAP – Seminários Avançados – Grupo de Pesquisa.

SEI – Sistema Eletrônico de Informações

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Trans – Transgênero

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

Resumo

Essa pesquisa analisa a percepção de discentes trans em relação à sua inclusão e permanência na Universidade Federal de Goiás. Dessa forma, realizou-se uma pesquisa qualitativa para levantamento teórico e prático acerca de transexualidade, travestilidade, preconceito e dialética inclusão/exclusão. Percebe-se que as transidentidades (travestis e transexuais) tem feito parte da humanidade desde sempre, ainda que marginalizada ao longo da história. Hoje tem ganhado maior visibilidade e ocupado vários espaços, contudo a exclusão continua a atingir e prejudicar o direito à cidadania das pessoas trans com forte impacto em suas trajetórias individuais e coletivas. Tal quadro requer um processo de inclusão dessas pessoas nos lugares de poder e de decisão, a Universidade, inclusive. Justifica-se o estudo no âmbito da Universidade por seu papel de produtora do conhecimento e formadora de linhas de pensamento e atitudes, portanto configura-se como campo propício ao exercício de acolhimento e assistência ao público trans e à educação da comunidade para a quebra dos preconceitos que a permeiam em relação ao tema. Os dados para análise foram obtidos em quatro entrevistas semiestruturadas com discentes travestis e transexuais da instituição. Na discussão embasada na Teoria Crítica da Sociedade, de Horkheimer e Adorno, buscou-se compreender o pensamento de teóricos da inclusão/exclusão e o olhar da mídia e sociedade sobre as vertentes do assunto. A pesquisa foi dividida em três capítulos. O primeiro se relaciona diretamente com a temática das transidentidades, o segundo trabalha a dialética inerente à questão, o terceiro analisa as entrevistas realizadas. A partir deste trabalho foi possível perceber que a UFG está atenta às necessidades da comunidade trans e que as ações afirmativas e a assistência estudantil são aliadas na permanência dessa comunidade apesar de problemas como os cortes orçamentários. No entanto, a UFG precisa, ainda, expandir e aprimorar o processo de inclusão das pessoas trans.

Palavras-chave: Transidentidade. Universidade. Inclusão. Travestis. Transexuais.

Abstract

This research analyze transsexual students' point of view in relation to their inclusion and permanence at the Federal University of Goiás (UFG). A qualitative research was made within a theoretical basis and practical survey about transsexuality, transvestility, prejudice and dialectic inclusion/exclusion. It is noticed that transidentities (*travestis* and transsexuals) have always been part of humanity although they are marginalized throughout history. Today they have gained greater visibility and have occupied several spaces. However, exclusion continues affecting their right to citizenship as trans people and also have a strong impact on their individual and collective journeys. This whole process requires inclusion of these people in places that represent power and decision, including the university. The research made in the university is justified by its role as a place that produces knowledge and bring us to consider critical thinking and reflect about attitudes. That is why this field is propitious to receive and help the trans public receive education for the community, therefore break the prejudices that exists within this topic. The data for analysis were obtained from four semi-structured interviews with *travestis* and transsexual students at the institution. In the discussion based on the Critical Theory of Society, by Horkheimer and Adorno, we tried to understand some writers thoughts concerning inclusion/exclusion and also the perspective shown by media and society on the aspects on this specific subject. This research was divided into three chapters. The first is directly related to transidentities, the second works the dialectic inherent within the issue and the third analyzes the interviews that were made. As a result of this research it was possible to see that UFG is aware about the trans community needs and that affirmative actions and student assistance are working together to support this community despite problems such as budget cuts. However, UFG still needs to expand and improve trans people inclusion.

Keywords: Transidentity. University. Inclusion. *Travestis*. Transsexuals.

Apresentação

Antes de abordar a pesquisa com a isenção com que deve ser tratada, permitam-me expor minha experiência pessoal com o tema proposto.

A princípio meu projeto de mestrado abrangia outra questão no âmbito da Universidade: “*Preconceito contra cotistas; uma análise sobre as dificuldades que ele oferece à permanência dos alunos na graduação*”. Buscava com essa temática conhecer as dificuldades de permanência desses alunos no contexto universitário. Buscava, também, compreender como o possível preconceito contra os cotistas poderia dificultar a permanência desses na Universidade.

Isso era algo que me instigava no cotidiano profissional como servidora da UFG. E um dos aspectos que mais me intrigaram era a questão do preconceito como um fenômeno que poderia interferir na caminhada desse cotista na vida acadêmica.

Por analogia me veio o questionamento íntimo sobre a trajetória universitária de um grupo ainda mais restrito, as pessoas transgênero.

Faço aqui uma breve reflexão sobre o preconceito em relação às pessoas trans, embora vá analisar o tema sob o prisma acadêmico no decorrer do trabalho.

O preconceito é um tema que impôs e ainda impõe caos, pois dita a orientação de pensamentos e ações. Ao longo da história da Humanidade ele se fez presente e, em razão dessa presença, muita crueldade existiu. O Holocausto e a escravidão são dois dos maiores exemplos de suas consequências que infligiram sofrimento a milhões de pessoas, fruto da incompreensão, o que levava à ideia de que o diferente é pior.

Além disso, o preconceito se manifesta, hoje, na sociedade em geral. Vem de desconhecidos e de conhecidos e, no caso das pessoas transgênero, muitas vezes, de familiares, o que faz com que a marginalização e a falta de oportunidades sejam ainda mais visíveis.

A internet propicia campo fértil às manifestações do preconceito. Pensamentos afins, compartilhamentos e curtidas propagam-no por meio de publicações de usuários anônimos ou não. Percebe-se aí partidários e partidárias da visão que humilha, constrange e degrada.

No entanto, a luta por direitos da comunidade LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e todas as pessoas que não se identificam com o sistema binário (masculino versus feminino), tem-se mostrado mais presente na sociedade.

Isso se deve ao aumento de informações sobre o tema com objetivo de despertar nas pessoas a compreensão sobre tal realidade. Procura-se combater, assim, atitudes discriminatórias disseminadas por meio da mídia, com forte presença nas redes e protagonizadas por altos dirigentes das esferas de governo, o Presidente da República, inclusive (atitude incoerente para um chefe de nação), influenciadores digitais, certas personalidades da cultura, da religião, para citar alguns segmentos sociais.

Esses formadores de opinião chegam às raízes da irracionalidade com declarações sem fundamento científico, ético, humanitário e até de postulados religiosos que dizem seguir, as quais reverberam em considerável porcentagem da população.

Essa, por sua vez, as absorve sem qualquer crivo e as repassa a outrem, de modo automático, o que contribui para a “perpetuação” da barbárie. Tais ferramentas de ódio a LGBTQIA+ constituem expressões da ignorância, aqui compreendida em seu *stricto sensu* – falta de ciência ou saber; estado de quem ignora. Neutralizá-las, portanto, requer conhecimento de causa e um olhar mais inclusivo.

A ideia desse trabalho surgiu, pois, em um momento de inquietação diante de minha falta de conhecimento sobre um assunto bastante relevante: os desafios da vida dessas pessoas na sociedade.

Meu interesse pelo tema da transgeneridade nasceu após participar do 10º. Curso Introductório da Liga Acadêmica da Sexualidade Humana/ 5º. Simpósio Multidisciplinar de Sexualidade Humana na Faculdade de Medicina da UFG nos dias 03 e 04/04/2019. A programação foi muito rica e em especial a palestra “*Transexualidade: sistema de saúde, acolhimento e vivências*” ministrada pela Profª. Drª. Mariluz Terra Silveira¹ (na época coordenadora do Projeto Transexualidade, popularmente conhecido como TX, do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da UFG) e Ramsés Rodrigues Ferreira (homem trans).

Essa discussão sobre as dificuldades de pessoas trans no cotidiano como usuários do sistema de saúde me fez refletir como seria a vivência dos (as) alunos (as) trans no contexto da universidade. Em decorrência dos questionamentos que surgiram propus à minha

¹ A Profª. Drª. Mariluz Terra Silveira, precursora nas cirurgias para redesignação sexual no país, faleceu nesse mesmo ano no dia 11/10/2019. Em nota, a UFG lembra que a professora foi pioneira na implantação deste serviço de saúde no Brasil. A Rede Nacional de Pessoa Trans do Brasil – REDETRANS, instituição que representa as Travestis e Transexuais do Brasil afirma que “nos despedimos com muito pesar e dor da Professora e Doutora da Universidade Federal de Goiás, Mariluz Terra. Responsável pela criação de Projeto TX em 1999, no qual a missão era atendimento e acompanhamento a Pessoas Trans no Hospital das Clínicas de Goiânia – GO na Faculdade de Medicina da UFG. Pioneira na implementação desse serviço no SUS enfrentou muitos preconceitos e barreiras em defesa desse direito às pessoas Trans. Hoje tem reconhecimento nacional e internacional, sendo referência na prestação de serviço dentro do Processo Transexualizador do SUS. (...) Após 20 anos de trabalho em prol da população Trans, a Dra. Mariluz Terra deixa um legado de boas ações e um projeto estruturado no Hospital das Clínicas de Goiânia.”.

orientadora mudar o tema do projeto de dissertação, sem distanciar-me muito da minha proposta, pois continuaria discutindo uma parcela social também marginalizada em nossa sociedade.

Assim, elaborei o projeto “*Transexuais e Preconceito: uma análise na Universidade Federal de Goiás*” (UFG). Buscava conhecer quais os conflitos, desafios e possibilidades encontrados por discentes transexuais na UFG. O objetivo era compreender as manifestações preconceituosas nas universidades contra alunos e alunas transexuais bem como a repercussão dessas na vida acadêmica, verificar se tal cenário prejudicava a permanência deles (as) na Universidade.

A trajetória de legitimação do projeto, desde que foi cadastrado para apreciação na Plataforma Brasil/Comitê de Ética foi bem conturbada, com idas e vindas de documentos e pareceres, principalmente sobre a utilização ou não do nome da UFG no título do trabalho, por fim, acatada. O histórico dessa documentação está detalhado no Apêndice A.

Até 2019 eu nunca tinha atentado para a existência de transgêneros e para tudo que enfrentam em seus cotidianos: o processo de marginalização social, a necessidade de um processo inverso, o de inclusão social, de reconhecimento da cidadania, de respeito à diversidade de gênero.

Uma expressão clara desse cenário é a epígrafe que escolhi para esse trabalho, de autoria de Piê Poeta. Mineiro de Belo Horizonte (MG), trans não binário, autista, artista biólogo, poeta, professor, escritor, ator, artista plástico e músico (Jéssica Albino, 2020).

Outro poema, digno de nota é o de Márcia Rocha que compartilho aqui por seu denso significado para a reflexão sobre a realidade das pessoas trans:

Poema de quando resolvi assumir o que sou

*Me olhe como quiseres,
que hoje não ligo mais.
Críticas que a tantos ferem,
há muito, só ferem os demais.*

*Sigo de cabeça erguida
ignorando os passantes,
suas feições ressentidas,
deboches, sorrisos infames.*

*Vivo na ilha segura
de minhas convicções,*

*onde o espelho é ternura,
verdade sem desilusões.*

*Tu, que já não compreendes
minha maneira de agir,
deixo esquecido na mente,
já não me podes atingir.*

*Pelo que sou não me culpo,
cabeça erguida mantenho
e ao mundo não me desculpo,
ignorando seu cenho.*

*Sou o que sou, já não nego,
desfilo entre os demais
e às regras terrenas renego.
Arrepende-me jamais!*

*Sou mais um fruto da vida
que todos terão que engolir.
Sou livre, alegre e sofrida,
sou homem e mulher, travesti.*

Márcia é mulher trans, empresária e advogada. Seu nome social é reconhecido pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Esse poema, datado de 17 de março de 2009 está inserido em Moira et. al (2017).

Considero que um dos desafios, talvez o principal, que dificulta a conquista de direitos, é o preconceito, fato que percebi durante as ações que envolveram a elaboração dessa pesquisa. É possível afirmar que todas as pessoas transgênero vivenciaram, vivenciam e vivenciarão situações de preconceito, nos mais variados ambientes.

Tal cenário propiciou-me reflexões e questionamentos sobre o tratamento direcionado às pessoas trans na Universidade. Somou-se a isso o fato de que sou servidora técnico-administrativa da Universidade Federal de Goiás desde 2009 e até aquele momento não havia tido contato com discentes transexuais ou travestis, nem na unidade na qual trabalho como administrativa nem no Soudavelmente, onde atendo como psicóloga voluntária.

Quero deixar claro que essa pesquisa trouxe um conhecimento muito novo para mim como as divergências em que estão mergulhadas as definições de transgênero, travesti e transexual e que abordo na Introdução.

A partir de um determinado momento, contudo, entendi as falas, as diferenciações, com certo incômodo: transexual ou travesti, não é o mais importante. O que se precisa saber é que se trata de uma pessoa que tem direito sobre o próprio corpo, sobre como quer se

expressar, que nome quer ter. Sem obrigatoriedade de dar satisfação ou explicação a ninguém, sem ter que se encaixar numa determinada forma para existir.

Nesse contexto se encontram as pessoas não binárias e suas preferências. Qual o problema de usar saia e barba? Por que não ter aparência masculina e usar unhas compridas e pintadas?

O incômodo que senti recebeu acolhimento e esclarecimento ao deparar-me com a afirmação de Moira:

Não é fácil traçar limites rígidos que separem essas várias identidades, pois isso pode acabar estabelecendo novas normas de como a pessoa deveria ser, o que volta a segregar quem não se encaixa, quem não quer se encaixar. A luta é para que cada pessoa tenha o direito de experimentar, de ir atrás de descobrir quem é, e que possa viver da forma como se entende, como melhor se sente, sem ser discriminada por isso, segregada, vendo seu direito à vida, à família, ao estudo e ao trabalho postos em risco. Afinal, nada mais libertador do que poder se olhar no espelho e amar o que se vê. (Moira *et. al.*, 2017)

Outra questão que preciso esclarecer é que a linguagem neutra para se referir às pessoas não binárias ainda não é algo muito claro, pelo menos não ficou muito claro para mim. Enquanto alguns coletivos e indivíduos usam o “x” e o “@” para tornar a linguagem neutra, como: professorxs ou tod@s, outros criticam essas construções. Alega-se que são elitistas, pois não existem fora da internet e dificultam a compreensão de quem precisa de programas para transformar texto em áudio, o que acontece em relação ao sistema Braille, e propõem que o uso do “e” é a melhor saída, como: amigo/amiga – amigue, aluno/aluna – alune².

Embora, ao elaborar o formulário de entrevistas para a pesquisa, o chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, eu tenha buscado a adequação a essa segunda proposta, para a redação do trabalho optei pela linguagem binária, tanto pela falta de consenso relacionada à linguagem neutra quanto por meu pouco conhecimento sobre esse aspecto do tema estudado.

Friso que o preconceito é um assunto que se relaciona diretamente à transgeneridade e esse assunto sempre se mostrou intrigante para mim. Em memórias remotas já me questionava em relação ao motivo que fazia com que algumas pessoas não gostassem de outras mesmo sem conhecê-las; o que levava algumas pessoas a serem cruéis com outras que eram muito interessantes, legais, inteligentes.

² De acordo com publicação do perfil @informa_trans do Instagram.

Falar sobre o preconceito, no entanto, não é uma tarefa simples. A cada leitura conteúdos próprios são revirados, revisitados e questionados. Esse sentimento que me acompanhou até aqui encontrou validação nas palavras que Crochik traz no prefácio à primeira edição do seu livro *Preconceito, indivíduo e cultura*:

Escrever sobre o preconceito não é uma tarefa fácil, não só porque o tema é complexo, mas, principalmente, porque nos obriga a refletir sobre nós mesmos, sobre nossos sentimentos, pensamentos e atos cotidianos, uma vez que seguindo uma das teses centrais deste texto, não somos imunes a ele. (2011, p. 11)

Destaco aqui que falar sobre transexualidade e travestilidade também é algo desafiador, não só pelo tema em si, mas pelo cuidado que ele exige, pelos preconceitos verificados no outro e, muitas vezes em mim, pois não me furto a afirmar que reproduzo, assim como inúmeras outras pessoas, ideias que são milenares, que enaltecem e valorizam apenas a cisgeneridade, heterossexualidade e o binarismo e que devem ser repensadas.

Há muito desconhecimento, falta de informação, excesso de rótulos que bem ou mal diferenciam as pessoas que são de fato pessoas e ponto final. Reitero que trato esse tema com cuidado e respeito, pois a manutenção do preconceito muito me incomoda e essa oportunidade de pesquisa é de imenso crescimento para mim. Espero que seja para muitos outros indivíduos, pois para que haja mudança é necessário, primeiro, que reconheçamos que a situação atual não é adequada; é necessária a inquietação e é sobre isso que me manifesto aqui.

Destaco, ainda, que falo como pessoa cis e não tenho a intenção de falar pelas pessoas trans, pois acredito que o direito de fala é delas. Desejo ouvi-las ainda mais ao longo da minha vida, pois elas têm muito a dizer e muito a contribuir com a evolução da nossa sociedade.

Creio que minha história em busca do entendimento dessa discussão talvez abra espaço para que outras pessoas cis também busquem a queda da barreira do preconceito.

Tecidas essas considerações iniciais passo à dissertação propriamente dita.

Introdução

O escopo dessa pesquisa é entender como a questão da transgeneridade é vivenciada no âmbito da Universidade Federal de Goiás sob a perspectiva dos discentes transexuais e travestis.

Justifica-se a escolha do tema em razão da cultura de preconceito que ainda permeia a existência das minorias na sociedade, da qual a Universidade é importante agente formador e transformador.

Faz-se necessário, contudo, breve descrição sobre a abordagem dos termos no meio acadêmico. Ao passo que alguns estudiosos entendem o conceito de transgênero como um termo guarda-chuva que inclui travestis e transexuais além de *drag queens*, *drag kings* e *cross-dressers* (Juliana Mazaro & Valéria Cardin, 2019), outros defendem a importância da diferenciação entre pessoas transexuais e travestis:

A identidade de gênero da pessoa travesti é temática, pois mesmo dentro do próprio movimento LGBTI é invisibilizada. Raros são os que distinguem o conceito de travesti de transexual ou transgênero, englobando-os todos em uma só letra “T” – pessoas que não se identificam com o sexo biológico com o qual nasceram. (Lelis, Hogemann & Souza, 2019, p. 583)

Bento (2008) ao citar Judith Butler, afirma que:

Transexualidade, travestilidade, transgênero são expressões identitárias que revelam divergências com as normas de gênero uma vez que estas são fundadas no dimorfismo, na heterossexualidade e nas idealizações. As normas de gênero definirão o considerado “real”, delimitando o campo no qual se pode conferir humanidade aos corpos. (p. 20)

Em alguns sites o “T” da sigla LGBTQIA+ significa transgêneros, travestis e transexuais, em outros, o “T” se refere ao termo “guarda-chuva” que abriga travestis e transexuais. O site *Educa Mais Brasil* identifica a travesti como um terceiro gênero; já o site do *Diário do Nordeste* traz o “T” como transexuais, transgêneros e travestis. Embora tais fontes nem sempre sejam científicas são válidas para a busca por informações fora da academia e trazem a compreensão sobre o modo como essas são repassadas à população em geral.

A revisão de literatura e conversas com pessoas do universo abordado foram primordiais na decisão da autora em optar pelo termo transgênero e sua forma reduzida, trans,

para a referência a travestis e transexuais no âmbito da pesquisa. Diferenciam-se assim travestis de transexuais não pelo uso de recursos como o tratamento de hormonioterapia e a cirurgia de redesignação, mas pela visão política ressaltada por Nery:

Eu acho que essa diferença de trans mulher ou travesti é uma questão puramente política, pois tantas trans ou travestis podem ou não se operar. Conheço inclusive várias mulheres trans que se operaram, mas fazem questão de serem mantidas como travesti. (in Sousa, Amaral & Santos, 2019, p. 91)

A travestilidade aparece muito relacionada com a prostituição e algumas interpretações é que o termo transexual, além de ter iniciado no contexto médico, é, muitas vezes usado por mulheres transexuais como forma de higienização de afastamento da travesti, termo que ainda é visto como pejorativo (Santos, 2014). No entanto, há um movimento que luta pela valorização do termo travesti a fim de que ele não seja mais visto como algo ruim.

Nota-se que a travestilidade tem sido relacionada à prostituição e visto como pejorativo (Santos, 2014). Já o termo transexual, criado no contexto da medicina, tem sido utilizado por mulheres transexuais como forma de higienização, de afastamento em relação às travestis. Há, no entanto, um movimento que luta para que o termo travesti não seja mais visto como algo ruim.

Um aspecto da transgeneridade que se relaciona diretamente ao tema é a exclusão em diversas áreas sociais, dentre elas as acadêmicas e profissionais. Percebe-se aí a necessidade de tornar a inclusão um objetivo a ser alcançado.

Nesse contexto, surge a seguinte questão: qual a percepção das alunas e alunos trans acerca da inclusão na UFG?

Buscar-se-á, pois, no desenvolvimento do trabalho, a conceituação e contextualização de preconceito e inclusão relativos a esse grupo social, especialmente no âmbito da universidade.

O objetivo geral da pesquisa é compreender os desafios da inclusão e da permanência de discentes trans na UFG. Os objetivos específicos são: identificar se a universidade está atenta às particularidades da comunidade trans; compreender como a inclusão é percebida pelas/pelos discentes trans; analisar a importância das Ações Afirmativas no processo de inclusão; verificar se manifestações preconceituosas são vivenciadas dentro e fora da instituição dificultam o processo de inclusão.

Como metas futuras a partir desta pesquisa estão o levantamento de subsídios para trabalhar formas de minimizar conflitos que afetam alunos e alunas trans e a colaboração na

criação de novas ações que possam facilitar a permanência desses alunos e alunas na instituição.

A partir do problema “qual a percepção das alunas e alunos trans acerca da inclusão na UFG?”, o próximo passo consistiu na busca de conhecimento a fim de organizar a pesquisa. Para o levantamento teórico e documental sobre a temática e a fundamentação para a análise dos dados da pesquisa utilizou-se conceitos de autores da Teoria Crítica da Sociedade /Escola de Frankfurt, de textos de Bader Sawaia, Jessé Souza, Berenice Bento e de autores de diversos artigos.

Além dos livros e artigos foram pesquisados documentos da UFG, veiculados no site da instituição, e de órgãos como o CRP, redes sociais e sites de coletivos, como o da Aliança Nacional LGBTI+ e da ANTRA, e também sites de notícias, dentre eles o G1 e a Folha de São Paulo.

O processo de pesquisa aqui apresentado foi inserido na Plataforma Brasil e aprovado após atender às pendências apresentadas pelo Comitê de Ética que, entre outras questões indicava a retirada do nome da UFG da proposta. Porém no exame de qualificação a Banca apontou como essencial a inserção do nome da instituição. Conseguiu-se, pois, a anuência da Reitoria para o uso do nome da universidade no presente trabalho (vide Apêndice A.).

Em decorrência da pandemia de COVID-19, muitos obstáculos comprometeram o bom andamento das ações programadas, dentre eles a dificuldade de acesso aos dados para fundamentação da pesquisa, contato com as alunas e alunos da instituição e apropriação teórica mais aprofundada.

Quanto aos participantes, a busca por discentes para as entrevistas se deu por ocasião do 1º Colóquio LGBTQIA+, realizado em outubro de 2019. Em conversas informais, o projeto foi explicado e obteve-se o contato telefônico dos interessados em participar.

Contudo, as entrevistas ocorreram somente em 2021, por meio da plataforma Google Meet, por opção dos contatados. O TCLE foi enviado por e-mail com antecedência para que fosse assinado e reenviado antes das referidas entrevistas.

A análise do conteúdo dos relatos foi realizada a partir da Teoria Crítica da Sociedade, com o respaldo de textos de Adorno, Horkheimer e Crochik, principalmente no que se refere à relação do indivíduo com a cultura e a sociedade e da existência do preconceito como fruto dessa relação; e de autores e autoras que trabalham a dialética inclusão/exclusão.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro tem como objetivo esclarecer sobre a temática da sexualidade humana no que se refere às transidentidades. Nele são apresentados conceitos relacionados aos estudos do gênero, com vistas a cooperar com o

conhecimento que atenua o estranhamento. Também está presente breve histórico da sexualidade humana para confirmar a relação ambivalente que as pessoas têm com esse tema. O capítulo é finalizado com a discussão sobre as minorias sociais e a importância dos movimentos sociais na busca pela equidade.

O segundo capítulo tem como foco a dialética inclusão/exclusão e a importância da cultura e da sociedade. Traz contribuições das pesquisas de Crochik relacionadas ao preconceito, que é consequência da exclusão vivenciada pelas minorias sociais, dentre elas a comunidade trans; e discute a importância da educação voltada para o fortalecimento da cidadania no combate à exclusão, a partir da constatação de que a comunidade trans é diretamente afastada de seus direitos.

Para finalizar esse segundo capítulo, foi realizado um levantamento de dados da UFG no que se refere às Ações Afirmativas relacionadas à inclusão e à permanência da comunidade trans na instituição.

O terceiro capítulo traz o detalhamento do percurso metodológico desse trabalho, a análise das entrevistas, com embasamento teórico na Teoria Crítica da Sociedade. O foco desse capítulo é a compreensão da perspectiva das alunas e alunos trans acerca da inclusão e da permanência na Universidade Federal de Goiás e a relação dessa percepção com o que foi levantado nas leituras realizadas.

Completam o escopo da pesquisa, as seções de praxe – considerações finais, referências, apêndices e anexos.

A partir de todo o estudo realizado, conclui-se que é possível considerar que a Universidade Federal de Goiás é uma instituição atenta à necessidade da inclusão das alunas e alunos trans e tem trabalhado com esse objetivo.

Capítulo 1. Considerações acerca do gênero e da sexualidade humana

A falta de conhecimento acerca das identidades trans, travestis e transexuais permeia a sociedade que tende a desprezar, julgar e condenar tudo o que difere do padrão estabelecido. O esclarecimento pode ser percebido como um aliado na luta contra a ignorância relacionada às transidentidades. Assim, torna-se relevante a discussão acerca de conceitos como gênero, sexualidade, sexo, orientação sexual e identidade e expressão de gênero.

Esses termos são mal-empregados por boa parte da sociedade e isso se deve, entre outras coisas, à intenção de prejudicar e de desmerecer ou à falta de compreensão relacionada a eles. Além disso, em razão da sexualidade ser vista como algo em construção, algumas terminologias têm sido acrescentadas e/ou modificadas, como o termo *queer*, relacionado à Teoria Queer, mais usado nos Estados Unidos para se referir à comunidade LGBTQIA+ que no Brasil. Um exemplo de mudanças é o termo homossexualismo, que foi substituído por homossexualidade, pois o sufixo *-ismo* traz a ideia de patologia. No entanto, é algo corriqueiro encontrar falas e textos atuais que empregam o termo antigo.

Dentro dessa temática, cabe também trazer alguns esclarecimentos acerca da sigla LGBTQIA+ que se refere às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgênero (travestis e transexuais), queer, intersexo e assexuais. O sinal + deixa em aberto para que outras expressões que possam surgir sejam acrescentadas, pois a sexualidade humana se relaciona a uma gama de sensações e sentimentos e está em construção. As letras LGB se referem à orientação sexual e as que foram acrescentadas posteriormente TQIA se referem à identidade de gênero (Marília Sciulo, 2020).

Com o objetivo de subsidiar ampla compreensão do tema, esse capítulo aborda, além de terminologias relevantes no contexto da pesquisa, a importância dos estudos sobre gênero e movimentos sociais, algumas informações históricas dentre eles.

1.1 Contextualização da transgeneridade no ambiente universitário

A Universidade é reconhecida socialmente como locus de formação, entretanto, no contexto sociopolítico nacional tem sido considerada local de “doutrinação” de jovens em relação à orientação sexual ou até ao posicionamento político. Essa fantasia se origina na falta de conhecimento do que é produzido nas Instituições de Ensino Superior – IES e revela, também, o preconceito presente na sociedade.

Embora o “liberalismo” seja atribuído à Universidade, há a necessidade de percepção de sua pluralidade: servidores, docentes e discentes apresentam características socioculturais, étnicos e até geopolíticas diversas, as quais podem incluir visões preconceituosas. A razão é que o preconceito permeia a humanidade, esteve e está presente em várias situações e se dirige, principalmente, às minorias.

Rótulos acerca do que é diferente não faltam na sociedade brasileira. Eles passam pelos por negros, pelos homossexuais, pessoas com deficiência e não são frutos apenas da falta de conhecimento, mas, principalmente, da falta de uma educação para o respeito e para a cidadania.

Por essa razão é necessário ressaltar a relevância das universidades. Mello, Almeida Filho e Ribeiro (2009) afirmam que as universidades públicas brasileiras têm um desafio triplo, relacionado, portanto a três dimensões: a primeira ligada ao padrão de qualidade, a segunda à universalidade de acesso e a terceira aos programas sociais relevantes. Dessas, as duas últimas dimensões se aproximam mais do presente trabalho. Segundo os autores:

A segunda dimensão cumpre o destino histórico imaginado por Anísio Teixeira para a instituição universitária, tomando-a como instrumento de construção da democracia (Teixeira). A terceira dimensão, atenta aos contornos e dilemas da historicidade periférica, resgata para e pela Universidade o necessário e urgente realinhamento de sua práxis e configuração institucional, promovendo sua imersão nos contextos locais e projetando-a como *paradigma ético para o mundo* (p. 292).

A citação acima deixa claro que para haver mudança social é necessário que a universidade esteja a serviço dessa mudança; e para isso a comunidade universitária precisa agir em defesa do crescimento da sociedade, ao colocar em prática o que os autores destacam.

O ambiente universitário, porém, não se encontra em uma bolha, ele é composto de pessoas adultas que chegam aos *campi* com uma visão acerca do mundo, visão esta formada por meio da convivência nas famílias e na sociedade. Como instituição social, a Universidade também é atravessada pelo preconceito, faz-se necessário enfatizar. Contudo, há alguns avanços, pequenos, mas importantes, que fazem com que o tratamento de pessoas trans nas IES receba atenção. Exemplos desses avanços são as ações afirmativas, dentre elas a regulamentação do nome social.

Correa (2019) afirma que no Brasil, a elaboração das resoluções do uso do nome social nas universidades brasileiras teve início em 2010 e após 2014 essa elaboração foi intensificada. Foi nesse ano que UFG aprovou a própria resolução, CONSUNI nº14/2014.

Isso porque, como ainda destaca a autora, há no Brasil mais de 200 resoluções de nome social com conteúdos diferentes, pois coube às instituições a tarefa de estabelecer regras e limites internos.

É necessário que as instituições estejam preparadas para receber alunos e alunas trans no que diz respeito às políticas de assistência estudantil inclusive; e promover um ambiente em que o respeito aos indivíduos prevaleça. A ideia é que esse ambiente permita que os que tiverem acesso ao ensino superior possam concluí-lo; e que mais pessoas transgênero façam parte do quadro discente das universidades, para que futuramente haja também mais técnico-administrativos e docentes transexuais e travestis.

No Brasil, a comunidade trans vivencia a exclusão que constrange, humilha e impede que essa parcela da população alcance uma melhor condição de existência. De acordo com Coelho e Sampaio (2014), “Também fica claro que como as outras minorias, as pessoas transexuais experimentam muitas situações de opressão, assédio e violência e enfrentam dificuldade nas áreas como empregabilidade, habitação, educação e acesso aos serviços de saúde”.

Pode-se inferir que tudo isso é consequência de dois pontos que se relacionam intimamente e formam um círculo vicioso, a saber: preconceito e exclusão; o preconceito promove a exclusão, que fortalece o preconceito e esse círculo é fonte de barbárie, pois mantém o oprimido na marginalidade. As autoras focam as pessoas transexuais, mas é possível ampliar o que elas trazem para as travestis também.

As Instituições de Ensino Superior – IES – devem respeitar e fazer respeitar as leis que falam sobre a diversidade a fim de permitir a formação de mais pessoas trans, no que se refere à graduação e pós-graduações, a fim de que elas ocupem seus lugares de direito na sociedade e que possam ampliar o seu lugar de fala. E para isso deve haver a união dos ensinos fundamental, médio e superior nas ações de inclusão em toda a trajetória educacional, pois a evasão escolar nas fases anteriores é uma ameaça à presença das pessoas trans nas universidades.

Para bem compreender a questão da pessoa transgênero no âmbito da universidade é necessário ter em mente que além desse ambiente acadêmico, as pessoas trans também encontram uma barreira de ignorância que torna a vida delas mais complicada. Essa barreira de ignorância pode ser explicada pelo fato de que transexualidade e a travestilidade são temas vistos como novos, atuais, distante do senso comum. Contudo, essa é apenas uma impressão, pois de acordo com Bento (2008), a primeira menção que se tem relacionada à

transexualidade é a que se refere a Chevalier D'Eon/Madame Beaumont, um/a funcionário/a do rei Luiz XV.

Charles Eon de Beaumont (1728-1810) foi um excelente espadachim que serviu ao serviço secreto do rei. Talvez se vestisse de mulher para desempenhar melhor suas atividades no serviço secreto ou porque realmente gostava, não há como saber. O fato é que “Chevalier D'Eon/Madame Beaumont não teve sua posição na corte francesa ameaçada.” (p. 16).

Além de Chevalier D'Eon, há vários exemplos de pessoas transexuais que conquistaram e conquistam espaços mesmo com todas as barreiras existentes na sociedade. Abrem, por consequência, as portas para que outros tenham a mesma oportunidade.

Desde Einar Wegener/Lili Elbe (1882-1931), ilustrador (a) especialista em paisagens, uma das primeiras pessoas a passar pela cirurgia de redesignação sexual e que teve a vida retratada no livro de Ebershoff e no filme de Tom Hooper (2016) ambos intitulados *A Garota Dinamarquesa*, pessoas de várias áreas já se reconheceram como transexuais, a exemplo de Roberta Close que chamou a atenção na década de 80 no Brasil. Cite-se dentre elas: em Goiânia, a delegada, Laura de Castro Teixeira, da Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM); Gisele Alessandra Schmidt e Silva, a primeira advogada transexual da região Sul; as modelos Valentina Sampaio e Lea T, (que também é estilista).³

Quanto à travestilidade, Xica Manicongo é considerada a primeira travesti da história nacional. Xica viveu no século XVI e, de acordo com historiadores, “possuía grande resistência em se vestir com roupas masculinas”. Veio para o Brasil como escrava e viveu em Salvador. (Giovanna Heliodoro, 2021).

Os anos de preconceito e de patologização relacionados às pessoas trans influenciaram e influenciam na qualidade de vida de todos os indivíduos que se reconhecem como transgênero. A visão de erro e de doentio está presente não só nas universidades, mas no mercado de trabalho, o que retira oportunidades de travestis e transexuais. Essa visão está presente em toda a sociedade, mas a universidade e o mercado de trabalho são destacados aqui, pois ilustram a barreira que segrega e limita as conquistas que podem provocar mudança individual e coletiva. Ao levar-se em consideração o fato de que há poucas pessoas trans nas IES, pergunta-se: se as travestis e transexuais não estão nas universidades, onde estarão?

A maioria das pessoas trans não ocupam muitos lugares de destaque na sociedade. Não estão em grande número entre os profissionais do mercado de trabalho, a exemplo de lojas, escritórios de advocacia, supermercados, indústrias e assim por diante. Portanto, onde essas pessoas estão? Quais lugares ocupam na sociedade?

³ Nomes citados apenas como exemplos de muitos que fazem parte do noticiário cotidiano.

Há, evidentemente, exceções. É possível encontrar várias pessoas trans na mídia, como Pabllo Vittar; na política, Erika Hilton, vereadora mais votada do Brasil em 2020; na advocacia, Amanda Souto, a primeira trans a assumir a presidência de uma comissão especial da OAB-GO; na educação, Megg Rayara, travesti, preta e primeira pessoa trans a conquistar um título de honorabilidade de Curitiba e assim por diante⁴. No entanto, há muito a conquistar, pois a maioria não tem acesso a profissões de destaque.

Em 2016 o Jornal da UFG falou sobre Ester Sales Matos, a primeira estudante trans a concluir o mestrado na instituição; em 2021 Michaela Jaé Rodriguez torna-se a primeira atriz trans a ser indicada ao Emmy na categoria principal. Isso revela que a ocupação de lugares relevantes é algo recente. No entanto, ainda há muito a conquistar, pois a maioria não tem acesso a profissões de destaque.

Essa realidade vai ao encontro do que Rafaela Djoana Cavalli e Tereza Rodrigues Vieira (2019) defendem ao afirmar que o público trans tem dificuldade para se inserir no mercado de trabalho e para manter-se nele, o que pode ser consequência da evasão escolar e da falta de capacitação.

A sociedade brasileira vê nas pessoas cisgêneras e heterossexuais o ideal de normalidade e dedica àquelas que não fazem parte desse padrão a exclusão além de ignorar que há pessoas cis e hetero que são, por exemplo, agressivas, e corruptas, ou seja, os problemas que cercam a humanidade não se fixam nas pessoas trans e homossexuais. Cabe ressaltar que, de acordo com Rosa (2020):

O termo heteronormatividade foi criado em 1997 por Cathy J. Cohen, que define pela primeira vez a normatividade colocando em evidência o fato de pertencer a um “sistema hetero” como ponto principal, em contrapartida a termos criados anteriormente que colocavam em evidência alguma característica no indivíduo marginalizado (homofobia, por exemplo, coloca em evidência aquele que sofre o preconceito, não o sistema que cria aquele que exerce o preconceito.). (p. 63).

Alia-se a esse conceito o de cisgeneridade, que tem sua origem, de acordo com Pagliarini Bagagli (2017), a partir de Vergueiro (2016), “em interações sociais e iniciativas de ativismos trans como forma de resistência às instâncias teóricas unitárias e coloniais” (p. 146). Na junção desses termos, há a cisheteronormatividade, pois, como afirma Rosa (2020): “A heteronormatividade só pode ter esse título porque antes é cisheteronormatividade. Todo o

⁴ idem nota 3.

sistema de relações de poder baseadas na heterossexualidade dos corpos pressupõe, antes, que esses corpos são cisgêneros” (p. 68).

Perante essa assertiva opta-se por usar nesse trabalho o termo cisheteronormatividade e a variação cisheteronormativa para referência a essa norma padrão.

Essa visão que a norma estabelecida apresenta deixa claro que é possível afirmar que o preconceito se constitui no processo de socialização mediado por determinações sociais. Nesse sentido, como afirma Crochik (1996), não se trata de julgar o preconceituoso, mas de compreender as condições que o geraram e de empreender esforços para evidenciá-las no ambiente acadêmico.

A análise de sociedade tem papel fundamental quando o assunto é preconceito. É no social que se determina o que é correto, o que é ideal, o que é aceitável. E tudo aquilo que não condiz com o padrão vigente pode ser interpretado como desagradável, inferior, desnecessário. Esse padrão desencoraja o contato com tudo o que é diferente e o respeito ao que ele representa.

É possível perceber que pessoas trans são invisíveis. Mesmo que seus corpos sejam vistos transitando nas ruas, sua essência não é captada, pois o julgamento vem antes. Uma possível saída seria desconstruir o preconceito humanizando a imagem do público trans para mudar a opinião de pessoas que o excluem por falta de conhecimento e de visão crítica.

O objetivo aqui é a empatia e a identificação, uma vez que hetero, homo, cis e trans estão inseridos em uma mesma sociedade e padecem de problemas intrínsecos à condição humana, como adoecimento físico, mental e emocional, e têm sentimentos que os aproximam, como tristeza, alegria, amor, raiva, inveja entre outros.

Um ponto que torna o preconceito ainda mais espinhoso é o fato de que ele se dirige, principalmente, às minorias sociais, compostas por negros, pobres, homossexuais, pessoas com deficiência, analfabetos e vários outros grupos. E torna mais crítica a vida da pessoa que faz parte de mais de uma minoria, pois além de ser vítima do preconceito daqueles que estão dentro do considerado ideal, também são vítimas de componentes de outras minorias. Isso fica claro em Adorno e Horkheimer (2006), ao afirmarem que:

Só a cegueira do antissemitismo, sua falta de objetivo, confere uma certa verdade à explicação de que ele seria uma válvula de escape. A cólera é descarregada sobre os desamparados que chamam a atenção. E como as vítimas são intercambiáveis segundo a conjuntura: vagabundos, judeus, protestantes, católicos, cada uma delas pode tomar o lugar do assassino, na mesma volúpia cega do homicídio, tão logo se converta na norma e se sinta poderosa enquanto tal. Não existe um genuíno antissemitismo e, certamente, não há nenhum

antisemita nato. Os adultos, para os quais o brado pelo sangue judeu tornou-se uma segunda natureza, conhecem tão pouco a razão disso quanto os jovens que devem derramá-lo. (p. 142).

Adorno e Horkheimer trataram da questão do antissemitismo no pós-guerra, contudo a mensagem deles pode ser ampliada, para outras situações. Pode-se aproximar a visão por eles apresentada aos dias atuais em que os conflitos relacionados ao gênero estão muito presentes. Fica claro, a partir da citação, que grupos vítimas de preconceito nem sempre se solidarizam com outros, embora conheçam a experiência da exclusão, da humilhação, do julgamento e do desrespeito.

A afirmação dos autores respalda, ainda, a ideia de que, muitas vezes, o indivíduo preconceituoso sequer refletiu sobre o que o leva a ter preconceito. Segue opiniões e visões alheias preestabelecidas, muitas vezes oriundas de épocas passadas. Ocorre que o preconceito é constituído pela irracionalidade e pela falta de experiência com o objeto do preconceito.

Em relação às universidades, há várias minorias que se inter-relacionam, então seria interessante saber se os alunos e alunas transexuais e travestis são vítimas de preconceito de outras minorias.

No contexto nacional, nem todas as pessoas que discriminam a comunidade trans tiveram contato com ela, conheceram suas histórias, seus valores. Ainda assim, seguem uma tendência atual, fundada em conceitos antigos, sem perceberem que não se ancoram em uma experiência própria, individual. Crochik (2011, p. 30) explora essa ideia quando diferencia preconceito de pré-conceito, a fim de deixar mais claro qual deles é prejudicial.

Segundo o autor: “O pré-conceito pode dizer respeito tanto às percepções, experiências ou conceitos já formulados, quanto às necessidades emocionais existentes antes da nova experiência” (p. 30). Essa realidade da existência do pré-conceito, por si só não é um problema, ela pode se tornar um problema a partir do momento em que impede o indivíduo de experienciar, de conviver com o outro, de deixar o objeto do preconceito se mostrar.

Quando a ideia pré-concebida ou impressão sobre algo ou alguém impede que haja a experiência de contato com esse algo ou alguém ou quando é forte o suficiente para anular a experiência, então ela se transforma em preconceito. Em tempos em que as experiências vistas como prazerosas são substituídas apenas por contatos visuais, fica ainda mais evidente a ideia de que o contato com o objeto sentido como desagradável seja totalmente descartado pelos indivíduos preconceituosos.

Assim, fica claro que é necessário fortalecer a luta em busca da mudança de perspectiva da sociedade a fim de que as diferenças presentes na população sejam sinônimos de diversidade e não de desigualdade.

No Brasil, esse país de enorme extensão territorial, não há oportunidades idênticas para todos, no entanto, a identificação dos problemas sociais e a proposta de soluções só têm a acrescentar ao crescimento da nação.

1.2 Alguns termos relacionados à sexualidade humana

A relação entre sexo, gênero e sexualidade nem sempre é algo claro para parte da população e isso torna a compreensão das discussões relacionadas a esses pontos mais complexa. Além disso, acrescenta-se a ela os papéis sociais e os desejos familiares. Inicialmente vem o sexo, no sentido de genitália, que nada mais é que o órgão sexual com o qual a criança nasce. Pode ser o pênis, a vagina ou os dois; neste caso, quando a criança nasce com características dos dois sexos, são chamadas de intersexo. O sexo também é compreendido como ato sexual. Já a sexualidade é algo bem mais ampla e, de acordo com Reis (2018):

Refere-se às construções culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto, até as noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade (p. 27).

Oliveira *et al.* (2015) defendem que a sexualidade “como uma atividade inerente ao ser humano é construída a partir de suas vivências, da interação com o meio e pela cultura, sendo, portanto, um fenômeno sociocultural” (p. 1766).

Figueiroa *et al.* (2017) também consideram a sexualidade como algo inerente ao ser humano e acrescentam que ela se desenvolve “num processo contínuo, que se inicia antes do nascimento e só se encerra com a morte.” (p. 21). A partir disso, pode-se afirmar que o sexo faz parte da sexualidade humana, mas ela não se limita a ele, contudo uma das formas de a sexualidade se expressar é por meio do ato sexual.

Gênero é um conceito “formulado nos anos 1970 com profunda influência do movimento feminista” (Reis, 2018, p. 17). Diz respeito ao papel de homens e mulheres na sociedade e essa distinção é realizada pela cultura, é uma construção social. De acordo com Bento (2017):

Seguindo Butler, podemos analisar gênero como uma sofisticada tecnologia social heteronormativa, operacionalizada pelas instituições médicas, linguísticas, domésticas, escolares e que produzem constantemente corpos-homens e corpos-mulheres. Uma das formas para se reproduzir a heterossexualidade consiste em cultivar os corpos em sexos diferentes, com aparências “naturais” e disposições heterossexuais naturais (p. 83).

A sociedade cisheteronormativa divide os seres entre homens e mulheres, dentro dos gêneros masculino e feminino relacionados à genitália, sendo o pênis para homens e a vagina para mulheres. Nas palavras de Jesus (2012):

(...) o fato é que a grande diferença que percebemos entre homens e mulheres é construída socialmente, desde o nascimento, quando meninos e meninas são ensinados a agir de acordo como são identificadas, a ter um papel de gênero “adequado”. Como as influências sociais não são totalmente visíveis, parece para nós que as diferenças entre homens e mulheres são naturais, totalmente biológicas, quando, na verdade, parte delas é influenciada pelo convívio social (p. 5).

Desse modo, a criança já nasce com o papel social definido pelo órgão sexual, que é revelado à família, muitas vezes, antes do nascimento. Bento (2008) retoma Preciado (2002) e afirma que quando há a revelação “O feto já não é feto, é um menino ou uma menina. Essa revelação evoca um conjunto de expectativas e suposições em torno de um corpo que ainda é uma promessa” (p. 33). A partir disso, as cores, os brinquedos, as roupas são definidas e os sonhos dos pais para o futuro do filho ou da filha não se afastam desse planejamento.

A ideia de gênero se refere, inicialmente, à divisão feminino/masculino. Bento (2008, p. 17), cita Foucault ao afirmar que a vinculação do comportamento ao sexo, gênero à genitália, o feminino à vagina e o masculino ao pênis remonta ao século XIX. E com essa vinculação a heterossexualidade e o binarismo se tornaram ainda mais fortes e estão totalmente relacionados ao poder, ao lugar que cada ser ocupa na sociedade.

Safatle na obra *Relatar a si mesmo* (Butler, 2015) afirma que “Sabemos como o conceito de gênero ganhou importância decisiva nas últimas décadas devido à maneira que ele nos permite problematizar as relações entre sexo, identidade e política” (p. 174). Destaca que essa ideia não estava presente quando o termo surgiu pela primeira vez no campo clínico, pelas mãos do psiquiatra Robert Stoller no livro *Sexo e gênero* (1968).

O objetivo do autor estava relacionado ao trabalho da construção das identidades de gênero referentes à articulação entre “processos sociais, nomeação familiar e questões

biológicas.”. O psiquiatra foi além da biologia, não se limitou a ela para falar da formação das identidades sexuais, mas não a abandonou, ou seja, há algo previamente determinado, o sexo, e algo socialmente constituído, o gênero.

Eurídice Figueiredo (2018) afirma que as teorias feministas aceitaram a distinção entre sexo e gênero para “dar ênfase ao caráter construído da identidade das mulheres” (p. 41).

Jesus (2012) afirma que:

Sexo é biológico, gênero é social. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente (p. 6).

Essa citação reforça a relevância do processo de socialização na vida do indivíduo, pois tudo é construído nele e a partir dele.

Dentro da categoria gênero, há duas outras: cisgênero e transgênero. Cisgênero são as pessoas se identificam completamente com o gênero atribuído ao nascer e, conseqüentemente, com o corpo. Transgênero são as pessoas que não se identificam com os aspectos do gênero que foi atribuído a elas ao nascer e, conseqüentemente, com o corpo, “incluindo transexuais, travestis e todo o espectro não binário como exposto no estudo de Globo Universidade, ‘Corpo, artigo indefinido’.” (Caderno 12, 2017, p.59).

Para Moira et. al. (2017), transgeneridade “é uma espécie de termo “guarda-chuva”, ou seja, abriga em si as várias identidades trans, como travestis, transexuais e pessoas não binárias, por exemplo” (posição 75⁵). Como mencionado na Introdução, o termo transgênero abriga várias identidades, mas nesta pesquisa as categorias trabalhadas são travestis e transexuais, portanto o conteúdo permanecerá restrito a elas.

Travesti é, segundo Jesus (2017), “Pessoa que vivencia papéis de gênero feminino, mas não se reconhece como homem ou mulher, entendendo-se como integrante de um terceiro gênero ou de um não-gênero”. Transexual é a pessoa que “possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento” (Reis, 2018, p. 30).

Jesus (2017) orienta a usar o termo acompanhado de homem ou mulher, como nas construções: homem trans e mulher trans. Nery (2019) deixa claro que prefere as construções trans homem e trans mulher: “Eu prefiro esse termo porque o *trans* vem na frente e sou mais

⁵ Em e-books, as páginas são nomeadas como posições (localizações) do texto. Ainda não há um consenso sobre normalização dessa categoria de citações e referências, então a autora optou por grafar assim.

trans do que homem” (p. 82). Para complementar, cabe destacar que o termo travesti é relacionado apenas com a forma feminina⁶ (Santos, 2014; Jesus, 2017; Reis, 2018).

Há também as pessoas não-binárias que:

Segundo o Centro de Pesquisa em Equidade de Gênero da Universidade da Califórnia, refere-se à “pessoa cuja identidade de gênero não é nem homem nem mulher, está entre os gêneros ou além, ou é uma combinação de gêneros. Essa identidade é geralmente uma reação à construção social do gênero, aos estereótipos de gênero e ao sistema binário de gênero. Algumas pessoas não binárias se colocam sob o guarda-chuva dos transgêneros, enquanto outras não”. Algumas pessoas não-binárias podem se identificar como: gênero fluido, gênero neutro, bigênero, *genderless*. (Caderno 12, 2017, p. 59)

Outro conceito relevante dentro dessa temática é o de identidade de gênero: “Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento” (Jesus, 2017, p. 14).

Nas palavras de Reis a identidade de gênero se relaciona com a expressão de gênero, “é uma convicção íntima”; “como a pessoa manifesta publicamente, por meio do seu nome, da vestimenta, do corte de cabelo, dos comportamentos, da voz e/ou características corporais e da forma como interage com as demais pessoas” (Reis, 2018, p. 25). Essas duas categorias se conectam, mas se diferenciam, pois a identidade nem sempre é percebida por terceiros.

Outro termo relevante é orientação sexual, que se refere à atração sexual, afetiva e emocional direcionada a pessoas do mesmo gênero, de gênero diferente ou de mais de um gênero. A expressão opção sexual é muito usada no senso comum e é equivocada, pois não se trata de uma escolha.

Em relação à orientação sexual, existem os homossexuais, heterossexuais, bissexuais, assexuais e pansexuais. Jesus (2017) traz as seguintes definições: homossexuais são as pessoas que têm interesse sexual e afetivo por pessoas do mesmo gênero com o qual se identificam; heterossexuais são as pessoas que têm interesse sexual e afetivo por pessoas de gênero diferente do qual se identificam; bissexuais são pessoas que têm interesse afetivo e sexual por pessoas de qualquer gênero; e assexuais são as pessoas que não sentem atração sexual por pessoas de qualquer gênero. Reis (2018) afirma que “A pansexualidade é uma orientação que rejeita especificamente a noção de dois gêneros e até de orientação sexual específica” (p. 20).

⁶ Com base nas pesquisas feitas, fica claro que é consenso o fato de que as pessoas travestis devem ser tratadas no feminino, contudo, não foi encontrada uma explicação teórica para fundamentar esse conhecimento.

Então, da mesma forma que há pessoas cis que se interessam por pessoas do mesmo gênero, do gênero oposto ou dos dois, há pessoas trans com os mesmos interesses. A identidade de gênero e a orientação sexual não têm uma relação de causa e consequência.

Com relação ao preconceito direcionado a todas as pessoas que não fazem parte da sociedade cisheteronormativa há quatro termos: LGBTIfobia, homofobia, transfobia e travestifobia. De acordo com Reis (2018), ao citar Junqueira (2007):

A LGBTIfobia pode ser definida como o medo, a aversão ou o ódio irracional a todas as pessoas que manifestem orientação sexual ou identidade/expressão de gênero diferente dos padrões heteronormativos, mesmo pessoas que não são LGBTI+, mas são percebidas como tais. A LGBTIfobia, portanto, transcende a hostilidade e a violência contra LGBTI+ e associa-se a pensamentos e estruturas hierarquizantes relativas a padrões relacionais e identitários de gênero, a um só tempo sexistas e heteronormativos. Consiste em um problema social e político dos mais graves, mas que varia de intensidade e frequência de sociedade para sociedade. (p. 35).

A LGBTIfobia é o termo mais amplo, pois, como dito acima, engloba todas as expressões e identidades de gênero, mas há dois termos mais específicos, a homofobia, que é o medo, a aversão ou o ódio direcionado a homossexuais e a transfobia, que é o medo, a aversão ou o ódio direcionado a pessoas trans. Além dessas manifestações, em que pessoas cis hetero se mostram preconceituosas com a comunidade LGBTI, existe a LGBTIfobia internalizada, aquela que, de acordo com Brunno Falcão (2018), “faz com que os próprios membros da comunidade neguem a livre expressão de suas sexualidades, por medo do preconceito e como modo de se auto afirmar numa sociedade estruturalmente LGBTfóbica⁷, como é a brasileira.”.

Há ainda outra expressão que faz parte do senso comum, a ideologia de gênero. Contudo, nesse caso, o que ocorre é um desserviço à sociedade, pois essa ideologia não existe e não é defendida por nenhum estudioso e pesquisador da sexualidade nem por professores. Brandalise apud Vieira e Trentim (2019) traz:

Rogério Diniz Junqueira, pesquisador do Centro de Estudos Multidisciplinares Avançados da Universidade de Brasília, explica que “o termo ideologia de gênero não é considerado um conceito teórico, mas um sintagma – ou seja, um termo inventado que passou a ser usado como slogan “contra o gênero, contra as conquistas do feminismo e contra LGBTIs.” (p. 146).

⁷ Nessa citação, o autor não acrescentou o “I”, que representa o intersexo, à sigla.

A ideologia de gênero vai de encontro aos estudos realizados por teóricas como Judith Butler, Guacira Lopes Louro, Angela Davis, Jaqueline Gomes de Jesus e Amara Moira. Essas últimas trabalham o gênero dentro da perspectiva transfeminista. Ângela Davis⁸ trabalha na perspectiva do feminismo negro. Essa diferenciação dentro do movimento feminista revela a necessidade do trabalho com o conceito de interseccionalidade, ao observar-se que as opressões sociais se acumulam para alguns indivíduos.

A pesquisadora Megg Rayara Gomes de Oliveira traz em sua tese intitulada *O diabo em forma de gente: (R)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação* (2017) a seguinte citação de Crenshaw (2002, p.177):

a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas. que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (p. 82).

Esse conceito é importante para a compreensão dos problemas enfrentados pelas minorias. Nesse sentido, as mulheres brancas enfrentam problemas, por exemplo, de inserção no mercado de trabalho, no entanto, mulheres trans negras têm esses problemas ainda mais visíveis, pois enfrentam o racismo e a transfobia. As dificuldades que um homem branco enfrenta na sociedade são potencializadas quando vivenciadas por homens negros e homens trans negros.

Racismo e transfobia estão diretamente relacionados ao preconceito e à exclusão. Constituem-se na interação indivíduo e sociedade e são consequência do distanciamento do padrão estabelecido por essa. Nesse sentido, é possível perceber algumas relações entre os pensamentos de Horkheimer e Adorno e os teóricos do gênero.

Karin Stoenner (2017) afirma que “Horkheimer e Adorno dedicam um espaço considerável a questões de gênero, em especial no que diz respeito à formação do sujeito, à identificação, à divisão do trabalho, e à relação entre sociedade, natureza e sua dominação” (p. 135). De fato, a análise desses autores se relaciona mais com a socialização de homens e

⁸ Vide interessante artigo sobre Ângela Davis no Blog Mulheres na Filosofia, produzido na Unicamp in <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/angela-davis/>

mulheres, mas oferece dados que só complementam as discussões relacionadas ao tratamento diferenciado entre homens e mulheres na sociedade em geral.⁹

Não há como descontextualizar as relações de gênero, portanto é necessário compreender os contextos que as alimentam, pois essas relações são permeadas pela política, pelo poder, mercado de trabalho e pela possibilidade de submissão ou emancipação. Além disso, a discussão sobre o gênero diz da relação de dominação do masculino em relação ao feminino e do questionamento dessa situação por parte de algumas mulheres, conhecidas como feministas.

A dominação é alimentada pela visão de que o gênero feminino é mais fraco, menos capaz, mais frágil e essa ideia é exemplo de preconceito, pois a dominação, como afirma Crochik (2011) é componente do preconceito e só pode ser entendida num contexto de subjugação, seja ele real ou imaginário. Por isso pode-se perceber que é uma forma de antagonismo social e esse tipo de antagonismo ocorre, nas palavras de Stoenner (2017), “numa variedade de manifestações, sendo todas fenômenos inter-relacionados: antissemitismo, nacionalismo, sexismo, etnocentrismo e homofobia” (p. 136). As pessoas representantes dessas minorias são subjugadas e vistas como fracas.

Stoenner se propõe, ainda, a “observar mais de perto o papel da categoria “gênero” na Teoria Crítica de Horkheimer e Adorno” e dentre desse objetivo, analisa uma nota curta de Horkheimer, de 1950, intitulada “*Para além do Princípio de Gênero*” [*“Jenseits des Geschlechterprinzips”*]:

[...] ele confronta o inquestionado conceito binário de gênero de Freud e oferece uma interpretação da identificação na primeira infância que se encaixa perfeitamente na crítica da dominação e do controle da natureza desenvolvida na *Dialética do Esclarecimento* e no *Eclipse da Razão*. (p. 136).

Ainda segundo Stoenner (2017), para Horkheimer “o caráter binário de gênero converte-se em um produto histórico da ação humana que ocorre em um estado de não liberdade.” (p. 137). Essa visão de Horkheimer é relevante para levantar a crítica acerca do determinismo de gênero. O autor vai além, ele questiona a ideia de Freud sobre o Complexo de Édipo, uma vez que essa visão parte do pressuposto de que a heteronormatividade é algo “natural” (grifo da autora) e não sancionado pela sociedade e que leva em consideração a divisão do trabalho entre homens e mulheres e a organização familiar.

⁹ Embora Horkheimer e Adorno não tenham se dedicado à categoria gênero, eles não se afastaram dela, de vez que essa discussão faz parte da sociedade e da cultura, questões muito importantes para esses autores.

Horkheimer e Adorno não veem a identificação da mulher com a natureza como algo positivo, uma vez que entendem que “Natureza é aquilo que, no curso da civilização ocidental, gradativamente, perdeu seu valor intrínseco, sendo objetificado e tão somente dominado.” (p. 143). E, ainda segundo o pensamento dos dois autores, Stoenner traz que:

Por séculos, a imagem da mulher foi considerada o avesso do progresso e da autopreservação. A subjetivação foi um projeto masculino, ainda que nem de longe todos os homens tenham se beneficiado dele. A mulher, porém, foi excluída desse projeto em virtude do seu gênero. Ao longo da história ela foi considerada mais próxima da natureza, tal e qual um animal; não como indivíduo, mas como espécime de seu gênero. Desta maneira, a subjetivação masculina se deu no contexto da natureza reificada. (p. 143/144).

Isso deixa claro o quanto o percurso feminino de luta pela igualdade de direitos ainda é longo. É complicado se distanciar de uma concepção como essa, pois é alimentada, seguida e repassada por homens e mulheres. Essa imagem secular, mesmo com as conquistas do movimento feminista, se faz presente no século XXI em todas as áreas da sociedade, a representatividade feminina na política, na medicina, nas engenharias ainda está aquém da representatividade masculina. Essa realidade se relaciona totalmente com a situação social atual de travestis e transexuais no que se refere ao fato de que, muitas vezes, têm sua individualidade negada.

Outro ponto de convergência que pode ser relacionado entre a situação da mulher e da comunidade trans é mencionado por Horkheimer e Adorno na *Dialética do Esclarecimento* (2006):

A explicação do ódio contra a mulher, enquanto criatura mais fraca em termos de poder físico espiritual e marcado na testa pelo estigma da dominação, é a mesma do ódio aos judeus. Nas mulheres e nos judeus é fácil ver que há milênios não exercem qualquer dominação. Eles vivem, embora fosse possível eliminá-los, e seu medo e fraqueza, sua maior afinidade com a natureza em razão da pressão incessante a que estão submetidos, é seu elemento vital. Isso irrita e leva uma fúria cega o homem forte, que paga sua força com um intenso distanciamento da natureza e deve eternamente se proibir o medo. (p. 93).

Horkheimer e Adorno não trabalharam com as categorias de transexualidade e de travestilidade, contudo, é possível afirmar que o princípio de dominação e de subjugação é o mesmo. Os autores falaram sobre judeus e mulheres, mas hoje esse princípio se mostra também em relação às pessoas trans no que diz respeito ao ódio, à fúria relacionada à forma

de vida deles/delas, à identidade e à expressão de gênero que apresentam, aos poucos direitos que conquistam, à existência de seus corpos.

Como os judeus discriminados e subjugados na época da Segunda Guerra Mundial, as pessoas trans hoje, não exercem dominação e podem ser percebidas como fracas; isso que faz com que suas existências sejam consideradas descartáveis, o que legitima a violência, agressões físicas e emocionais por parte dos defensores da “ética e dos bons costumes”, pelos integrantes da “família tradicional brasileira”.

De volta ao texto de Stoegner (2017), a autora traz a análise de Horkheimer presente em outra nota, intitulada *O falso papel das calças* escrita também na década de 1950, em que ele critica o uso de calças *Slacks*¹⁰ por mulheres e defende sua crítica com o argumento de que a mulher se igualou ao homem, ou seja, estava se comportando como ele; o que não deixa de indicar que o homem é realmente um ser evoluído, alguém que deve ser copiado, alguém que é melhor. Mesmo essa atitude de rebeldia acaba por reforçar a dominação masculina, uma vez que há uma espécie de ajustamento. A autora complementa afirmando que “O direito de se ajustar a este papel não é negado à mulher enquanto mulher – mas o resultado não será uma sociedade mais emancipada, mais livre, ou melhor.” (p. 148).

Diante dessa visão de Horkheimer e Adorno, a crítica feminista feita à Teoria Crítica no que se refere à falta de atenção à subjetividade e atividades *[agency]* das mulheres e sobre a falta de questionamento do conceito binário de gênero não procedem, uma vez que Stoegner (2017) consegue comprovar a visão dos autores de que “O gênero é claramente um resultado das relações de poder existentes. Dado que a Teoria Crítica de Horkheimer e Adorno é uma teoria emancipatória num sentido mais amplo, a ideia da subjetivação feminina é importante enquanto uma utopia negativa.”, já que essa ideia pode ser possível no que eles chamam de sociedade redimida. O que não impede a mulher de ser individualizada e de ter subjetividade, mas “essa é uma subjetividade que elas partilham com os homens, sendo, assim, parte do mesmo.” (p. 150).

A concepção de Horkheimer, trazida por Stoegner (2017), de que a heteronormatividade não é algo primário e, por conseguinte, não é algo “natural” [grifo da autora], com base na nota *Para além do princípio de gênero* se aproxima do pensamento de Judith Butler, uma das principais teóricas da questão feminista. No entanto, faz-se necessário destacar que esses dois pensadores partem de pressupostos epistemológicos diferentes, pois

¹⁰ “*Slack* é um modelo de calças que marcou a moda feminina dos anos 1940, com cintura alta, ajustada no quadril e folgada no comprimento.” (N.T.) (p. 148)

Judith Butler traz a lente do pós-estruturalismo e Horkheimer é um dos principais autores da Teoria Crítica da Sociedade.

Butler, em 1990, lançou o livro *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*, traduzido para o português como *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, em que ela traz a ideia de heterossexualidade compulsória. Esse conceito é, de acordo com Richard Miskolci (2020), da pensadora feminista Adrienne Rich que, no artigo *Compulsory Heterosexuality and Lesbian Experience (A Heterossexualidade Compulsória e a Experiência Lésbica)*, trouxe pela primeira vez a discussão de que a heterossexualidade não é algo natural e sim, como visto em Horkheimer, algo socialmente instituído.

Nessa mesma linha, Butler (2020), questiona tanto o caráter fixo da biologia, na ideia de que o gênero é construído, mas o sexo não, quanto o binarismo de gênero, ao afirmar que “[...] mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois.” (p. 26).

A tentativa social de pôr a sexualidade humana numa caixa desconsidera a variedade que existe no que se refere à relação de cada indivíduo com seu corpo, com sua sexualidade, com sua forma de ver a vida, de sentir e de dar prazer. Para que haja mais discussão, informação e esclarecimento, as reflexões como a que Butler traz na obra *Problemas de gênero* (2020) devem ser disseminadas a fim de ganhar destaque, não em busca de comunhão de ideias, mas de diálogo, para que cada vez mais pessoas sejam alcançadas.

Assim, torna-se possível evitar que assuntos como feminismo, identidade de gênero, sexualidade e tantos outros permaneçam restritos sempre aos mesmos núcleos, situação que fomenta o desconhecimento e tudo de negativo que ele alimenta, como o preconceito, o estereótipo, a violência e, conseqüentemente, impacta a inclusão nos meios educacionais e profissionais.

De acordo com Figueiredo (2018), Butler “afirmava que tanto o sexo quanto o gênero são construídos socialmente, portanto, não é possível conceber o primeiro como natural” (p. 41), então é viável pensar numa aproximação entre as ideias de Butler e de Horkheimer, pois este, ao escrever o texto *Para além do princípio de gênero*, trouxe a influência da sociedade e da cultura para o gênero e Butler discute essa influência também para o sexo, como fica claro nessa citação:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão naturalmente construído quanto o gênero; a rigor,

talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula. (p. 27).

Figueiredo (2018) complementa com a afirmação: “Segundo ela, [Butler], o corpo não tem nada de natural, ele é construído à medida que a criança é educada pelos instrumentos sociais de poder que a levam a se transformar em uma mulher, segundo os códigos, como já advertira Simone de Beauvoir no seminal *O segundo sexo*, obra de 1949.” (p. 41). Ideia essa que se relaciona com o pensamento de Preciado (2002), mencionado anteriormente neste trabalho.

Por outro lado, as reflexões de Butler caminham para o questionamento da ideia do gênero como algo biologicamente construído, uma vez que dessa forma, segundo ela, também há uma espécie de destino, nesse caso, a cultura e não a biologia. Ela afirma que:

Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino. (Butler, 2020, p. 28-29).

Antes do trecho transcrito, Butler (2020) chega a questionar como e onde ocorre a construção do gênero e amplia o pensamento de Simone de Beauvoir, refletido na afirmação “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, ao dizer que “Não há nada em sua explicação que garanta que o “ser” que se torna mulher seja necessariamente fêmea” (p. 29), ideia essa que se relaciona com a compreensão das identidades trans.

Não se pode negar a complexidade da questão de gênero. Figueiredo (2018) afirma que “Butler vê o gênero sempre em relação” (p. 41) e isso fica claro nas palavras da própria filósofa ao afirmar que “O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada.” (Butler, 2020, p. 42).

Juntamente com a discussão de gênero aparece também a Teoria *Queer*. Esse conceito foi cunhado pela escritora e professora Teresa de Lauretis em 1991, “como um rótulo que buscava encontrar o que há de comum em um conjunto muitas vezes disperso e relativamente diverso de pesquisas” (Miskolci, 2020, p. 33). Mas, popularmente, o nome mais vinculado a essa teoria é o de Judith Butler.

Miskolci (2020) afirma que muito se fala sobre orientação e opção sexual, mas nada disso voltado aos héteros, “ninguém ainda pensa na heterossexualidade como algo opcional” (p. 14). De acordo com o autor, a Teoria Queer faz esse tipo de provocação e um dos focos dessa teoria é a heteronormatividade, que é definida pelo autor como a ordem instituída de que todo mundo deve ser heterossexual e, caso não seja, adote o modelo heterossexual para a vida, e que “Gays e lésbicas normalizados, que aderem a um padrão heterossexual, também podem ser agentes de heteronormatividade” (p. 15).

A afirmação de Miskolci revela a falta de um posicionamento crítico quanto a temas como sexualidade e sexo, e isso remonta a tempos antigos, pois a relação do ser humano com o prazer foi e é bastante vigiada. Na tentativa de compreender essa realidade, o próximo item traz um breve histórico sobre ela.

1.3 Breve histórico sobre a sexualidade humana e a transgeneridade

Invenções como a ideologia de gênero, mencionada anteriormente, permeiam o senso comum e dificultam o respeito com pessoas trans e homossexuais, pois se relacionam à fantasia, e o interesse, de convencer crianças e adolescentes a serem homossexuais e transgênero (vide o famoso “kit gay”, tema de *fake news* que ajudou a definir as eleições para a presidência do Brasil em 2018).

Exemplos como esses revelam o quanto a sexualidade e o sexo estão mergulhados no tabu. Com o intuito de aprofundar mais no assunto, alguns aspectos históricos da sexualidade humana são expostos aqui, pois a relação do ser humano com o sexo e com a sexualidade é repleta de ambiguidade e esses temas foram e ainda são vistos como algo que se deve controlar e negar, contudo extremamente necessários para a manutenção da vida humana.

Salles e Ceccarelli (2010) retomam Foucault (1985) ao afirmarem que:

[...] discursos sobre a sexualidade aparecem em momentos sócio-históricos precisos como uma tentativa de normatizar as práticas sexuais de acordo com os padrões da época, pois o controle da via social e política só poderia ser alcançado pelo controle do corpo e da sexualidade (p. 22).

Essa ideia de controle do corpo e da sexualidade alheia fez e faz parte do imaginário das pessoas e se a sexualidade voltada para a cisheteronormatividade incomoda, a que se afasta desse padrão é capaz de provocar raiva, repulsa, desejo, estranheza e esses sentimentos podem retornar, de forma violenta, para os indivíduos que os suscitam.

Salles & Ceccarelli (2010) ainda afirmam que a regulamentação do sexo é um tema relacionado ao poder do Estado, das elites e da religião e que essas instâncias influenciaram a visão das manifestações que não respondiam aos critérios estabelecidos por elas e que ameaçavam a ordem vigente a serem vistas como “desviantes”.

O sexo e a sexualidade muitas vezes foram vistos, e ainda são, como algo impuro, puramente carnal, ruim para o ser humano, mas a necessidade da reprodução era o contraponto que desde a Grécia antiga, na figura de Sorano de Éfeso aos dias atuais, com a influência de algumas visões religiosas acerca do casamento dá ao ato sexual a ideia de pureza, apresenta um objetivo. Logo, quando o sexo e a sexualidade não se submetem à procriação são vistos como algo meramente carnal.

A partir do século XII, de acordo com Salles & Ceccarelli (2010), surge a ideia do “coito natural”, relacionado à “natureza humana”, que afirma agradar a Deus tudo aquilo que é natural por ser bom e essa ideia dá origem à separação das “práticas sexuais em “normais”, identificadas à procriação, e “anormais”, que diziam respeito a práticas infecundas.”, a saber, “pedofilia, necrofilia, masturbação, heterossexualidade separada da procriação, homossexualismo¹¹, sodomia...”.

Essa visão do sexo como algo pecaminoso se aproxima da crítica que Adorno (2015) faz ao discurso dos tabus sexuais ao alegar que esse discurso soa anacrônico numa época em que moças independentes financeiramente têm namorados, os meios de comunicação de massa juntamente com a publicidade usam e produzem estímulos sexuais.

O autor afirma ainda que a liberação do sexo inexistente, é apenas aparente, logo, não houve a queda dos tabus sexuais, mas sim o recalque: “uma nova e mais profunda forma de recalque, com todo o seu potencial destrutivo” (p.202). Retoma assim o pensamento de Freud, de que um conteúdo recalcado pode tomar proporções ainda maiores que o consciente.

É necessário destacar que não é só a visão religiosa que “persegue” a sexualidade e o sexo. A visão médica também reclama sua autoridade na condição de dizer o que é certo e errado, sadio ou doente. Um ponto crítico relacionado à participação da medicina foi a patologização da homossexualidade e da transexualidade. Durante mais de 25 anos a transexualidade foi considerada um Transtorno de Identidade de Gênero pelo Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM IV – e pela Classificação Internacional de Doenças – CID-10. Essa realidade, contudo, caminha para a mudança com a

¹¹ A palavra homossexualismo não é mais usada, pois o sufixo “ismo” é utilizado para designar patologias, contudo, como a citação é direta, ela permanece nessa forma antiga a fim de revelar fidelidade ao conteúdo.

despatologização da transexualidade, pois houve a revogação da classificação como doença nos dois índices mencionados.

A luta pela despatologização foi permeada de receios, pois os tratamentos como a cirurgia de redesignação e a hormonioterapia foram possíveis no Brasil por causa da patologização da transexualidade, logo, corria-se o risco de o Sistema Único de Saúde (SUS) não arcar com os gastos do tratamento, já que não havia nenhuma patologia (Mello et al, 2012, p. 153). Contudo, ainda há a denominação de Disforia de Gênero no DSM V e no Guia Prático de Atualização da Sociedade Brasileira de Pediatria, de 2017.

Segundo esse Guia, a disforia é “o estresse, o sofrimento e desconforto causados por essa discrepância” (p. 2). – discrepância aqui vista como “a incongruência entre o sexo biológico e a identidade de gênero.” (idem). Nesse sentido, denominações como essas ainda oferecem munição para a visão preconceituosa, pois reforçam a ideia da transexualidade e da travestilidade como anormais, logo, na visão de muitos, como algo ruim, prejudicial e errado.

Essa visão está na sociedade em geral e ajuda na manutenção do preconceito contra as pessoas trans. De acordo com Crochik (2006), o preconceito é algo constituído socialmente, embora seja um fenômeno psicológico, ou seja, ele se manifesta individualmente, contudo, a formação do preconceito se dá pela relação do indivíduo com a sociedade, é algo apreendido. Nas palavras do autor, “A sua manifestação é individual, assim como responde às necessidades irracionais do indivíduo, mas surge no processo de socialização como resposta aos conflitos aí então gerados.” (p. 13). Esses conflitos que Crochik menciona se estabelecem em decorrência das divisões que existem na sociedade. O que comprova a constituição social do preconceito é o fato de que seu objeto muda de tempo em tempo, de comunidade para comunidade, logo, a formação de uma personalidade preconceituosa é algo que está relacionado à família, à sociedade, à cultura.

Pode-se afirmar que atualmente, parte da sociedade compreende que a sexualidade não é uma questão de escolha, mas sim de orientação, mas algumas visões tradicionais e religiosas ainda mantêm a relação da homossexualidade, da bissexualidade e da transgeneridade com o doente e o pecaminoso. A partir disso surgem propostas religiosas, como a chamada “cura gay”, que tornam a vida das pessoas bissexuais, homossexuais e trans bastante complicada, principalmente na adolescência, quando algumas famílias insistem nessas propostas por considerá-las válidas.

Faz-se necessário destacar que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) se posiciona totalmente contra qualquer tipo de tratamento de reversão sexual, de acordo com a Resolução

CFP ° 001/99, de 22 de março de 1999 e orienta quanto ao atendimento das pessoas transexuais e travestis, de acordo com a Resolução nº 1, de 29 de janeiro de 2018.

Como mencionado até aqui, a transgeneridade é caracterizada pela discordância entre o gênero determinado no nascimento e a identidade e expressão da pessoa. Mudanças corporais como tratamentos de hormonioterapia e cirurgia de redesignação sexual são feitos para trazer a identificação do corpo ao gênero com o qual a pessoa se identifica. Um conceito que se aproxima dos tratamentos cirúrgicos e hormonais é o de passabilidade, que, de acordo com Letícia Lanz (2015), “traduz o quanto uma pessoa transgênera se parece fisicamente, se veste, fala, gesticula e se comporta de acordo com os estereótipos do gênero oposto ao que lhe foi consignado ao nascer.” (p. 129).

Nesse sentido, a cisheteronormatividade ainda predomina, pois são recompensadas aos olhos da sociedade as pessoas transgêneras que se parecem o máximo possível com pessoas cisgêneras. Mas nem sempre as pessoas trans querem essa passabilidade, principalmente as que se identificam como não binárias, da mesma forma que nem todas as pessoas trans optam pela cirurgia ou pela hormonioterapia, mas as mudanças corporais e de nome são vistas por essas pessoas como uma forma de adequarem o corpo ao psicológico e não o contrário, o biológico não deve determinar a forma de uma pessoa se expressar no mundo. (Coelho e Sampaio, 2014).

Por esse prisma, a mudança de sexo, de nome e de gênero não é algo atual. Desde a Mitologia Grega Arcaica à Roma Antiga e depois pelos séculos vindouros até a atualidade há mitos, lendas, casos de homens travestidos de mulheres e vice-versa. Isso deixa claro que a travestilidade e a transexualidade, ainda que sejam temas mais discutidos atualmente, fazem parte de eras remotas da Humanidade, pois os mitos se referem a elas. Em Beledoni (2000) Jean-Pierre Vernant afirma que:

O mito era, para os gregos, uma maneira, entre outras, de compreender como o mundo foi feito; e, contando histórias para os outros, justificavam o prestígio de certos personagens de suas famílias, de coisas muito diversas. Não há o mito, há relatos, há narrações, é como eles falam. Os homens narram, eles narram coisas; quando não há escrita, narram oralmente, eles as transmitem por tradição oral, e é isso que chamamos de mito. (p. 17).

Ou seja, o mito não deve ser analisado de forma literal. Se em tempos remotos houve narrativas relacionadas a esses conteúdos, é porque fizeram parte da sociedade da época e o fato de serem retratados com a ajuda de deuses e ninfas não tira a importância deles. Mas a resistência ao acolhimento dessas identidades de gênero merece atenção.

Um corpo que sempre se destacou aos olhos dos brasileiros foi o de Roberta Close. De acordo com Berenice Bento (2008, pp. 11-12), desde 1984, “a sociedade começou a se deparar com as confusões de gênero em escala midiática”, provocadas por manchete de uma revista de circulação nacional com a seguinte afirmação: “A mulher mais bonita do Brasil é homem”. Tratava-se de Roberta Close, que reivindicou sua identidade de gênero naquela época e apesar disso teve que passar pelo constrangimento de utilizar a documentação com o nome de batismo por muitos anos.

O exemplo de Roberta traz à tona o quanto a luta pelos direitos das pessoas trans cresceu no Brasil. Houve conquistas, o constrangimento vivenciado por ela ao não conseguir mudar a documentação com o nome de batismo já não existe mais. Em 2019, Ramsés Rodrigues e Mariluz Terra¹² apontaram falhas no SUS relacionadas à discriminação de pessoas trans.

Em 2021, no Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+, 28 de junho, o ministro Gilmar Mendes determinou que o SUS respeitasse a identidade de gênero declarada pela pessoa ao marcar exames e consultas e deu o prazo de 30 dias para o Ministério da Saúde alterar o sistema do SUS. Além disso, desde 2018 as pessoas trans já podem alterar os nomes e gênero nos registros diretamente nos cartórios. Conquistas como essas ainda são pequenas perante as injustiças cometidas com as pessoas trans, mas devem ser comemoradas.

1.4 Travestis e transexuais: uma minoria das minorias

A população mundial é bastante diversa, mas essa diversidade tende a provocar divisões. O fato de uns serem ricos e outros pobres, uns serem pretos e outros brancos, uns serem cis e outros trans, faz com que as pessoas, que compõem cidades, estados e países, se separem em grupos que não têm a mesma importância social e poder político e são numericamente desiguais.

Geralmente, maiorias dominam minorias, mas isso nem sempre acontece quando o assunto são as relações sociais. De acordo com Rodrigues (2016): “Os parlamentos, os governos funcionam através de maiorias e minorias. A maioria governa e a minoria é governada.”¹³. Um exemplo dado pelo autor é a posição da mulher na sociedade, em quantidade, as mulheres são maioria, contudo, são tratadas como minoria, uma vez que não

¹² Na palestra mencionada na introdução.

¹³ Afirmação de Gilberto Rodrigues, professor de Relações Internacionais da UFABC, em vídeo para o canal do Youtube da Casa do Saber, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Y5hoPS-mQsc>.

têm seus direitos de igualdade respeitados, pois são tratadas de forma diferente em relação aos homens, pois “minorias não é uma questão de quantidade, é uma questão de como as pessoas são tratadas, se elas são tratadas de forma igual” (*Idem*).

Luis de Gonzaga Mendes Chaves (1971) afirma que, sociologicamente, a palavra minoria tem sido utilizada em dois sentidos: primeiro, que se refere a um grupo de pessoas que vive uma situação de dependência ou desvantagem em relação ao grupo “maioritário”; e, segundo que se refere às “minorias nacionais”, étnicas ou raciais, que na condição de minoria de fato convivem com a maioria no contexto nacional. Além disso, o autor destaca que “As minorias recebem quase sempre um tratamento discriminatório por parte da maioria.” (p. 149).

Há várias minorias conhecidas pela população mundial; os negros, as pessoas com deficiência e as mulheres, dentre estas. Junta-se a elas, a minoria LGBTQIA+ – conhecida como minoria sexual e de gênero. Essas minorias se intercalam e, nesse caso, as pessoas que se relacionam a mais de um grupo discriminado, sofrem ainda mais com a discriminação. Uma mulher, preta, trans, lésbica, costuma ter menos oportunidades na sociedade que uma mulher branca, realidade que se relaciona diretamente com a interseccionalidade.

No entanto, ao levar-se em consideração apenas a população brasileira, chega-se à conclusão de que somando mulheres, negros, população LGBTQIA+, o número de pessoas será enorme. Então, por que elas não se unem para lutarem juntas por melhores oportunidades?

Crochik (2011) vê na falta de união na luta contra o preconceito algo que enfraquece as minorias, pois, são várias lutas pequenas e separadas. No entanto, há dissensões que comprometem a possibilidade de união. Oliveira (2020) afirma que o Movimento Social de Negros e Negras não “abraça” travestis e mulheres transexuais negras. Bento (2008) traz que algumas feministas não aceitam a presença de mulheres transexuais em coletivos de mulheres. Esses exemplos revelam a complexidade das relações.

Nesse sentido, Miskolci (2020) afirma que “muitos homossexuais também normalizados ajudam na estigmatização e na percepção negativa daqueles que não cabem na heteronormatividade.” (p. 15), o que deixa clara a ideia de que um é melhor do que o outro. Algo que também pode ser visto no movimento feminista da qual fazem parte algumas integrantes que não aceitam totalmente a participação de mulheres trans.

De acordo com Deborah Christina Antunes (2019) em diálogo com Adorno, Horkheimer afirmou que “nós somos a favor do caótico, daquilo que não foi incluído” (p.

213)¹⁴. Eles não concordavam muito em relação à palavra caótico, mas naquele momento, 1956, a reflexão em torno do embate proletariado *versus* burguesia, faz ressurgir não a figura idealizada desse proletariado, mas “aqueles grupos que são sistematicamente perseguidos – estando empregados ou não – ao mesmo tempo que sua existência se realiza como uma função específica de manutenção da sociedade burguesa.” (Antunes, 2019, p. 214).

Além disso, Antunes (2019), cita Horkheimer ao afirmar que a classe trabalhadora “estava dividida entre trabalhadores que não se sentiam plenamente integrados – e, portanto, teriam algo a perder – e aqueles que permaneceram fora do mercado de trabalho, mas que não tinham qualquer ideia de formas possíveis de organização.” (p. 214). Diante disso, não havia uma real união entre grupos da classe, ao considerar-se os interesses particulares. Isso aconteceu naquela época e continua a acontecer.

A relação de dominação da maioria em relação à minoria, no que se refere às pessoas trans, permite ainda que diferenciações sejam vistas como doenças, afirma Bento (2008). A falta de compreensão acerca dos conflitos vivenciados pela comunidade trans culminou na patologização de todas as pessoas que manifestavam a divergência que sentiam entre o corpo e a identidade de gênero, o que fica claro quando a autora diz que “Na condição de “doente”, o centro acolhe com prazer os habitantes da margem para melhor excluí-los” (Idem, p. 22).

Essa visão provoca dor e angústia nas pessoas que não se veem dentro do que é considerado adequado. Além disso, foram e são motivos de estudos e pesquisas; durante muito tempo, pessoas cis falaram sobre as pessoas trans, estudaram seus comportamentos, sentimentos e sensações, mas não deram a elas o direito de falarem sobre si mesmas.

Bento (2008) ainda destaca o fato de pessoas heterossexuais terem sido responsáveis por analisar e decidir, diante da solicitação de uma pessoa transexual, pela cirurgia de redesignação e se essa pessoa era ou não transexual “de verdade”.

No Brasil, até 2013, as pessoas transexuais tinham que ser diagnosticadas com um transtorno para poderem ter acesso à cirurgia e ao tratamento e elas tinham que ter autorização de uma pessoa cis, geralmente médicos e médicas, que tinha o papel de dizer se e quando poderiam fazer a cirurgia de redesignação e o tratamento hormonal. Coelho e Sampaio (2014) falam também sobre o isolamento das pessoas transexuais na adolescência decorrentes das situações de conflito e discriminação. “Para a maior parte desse grupo de pessoas, a escola é vista como um ambiente hostil, promotor de violência, revelando uma realidade moldada pelo

¹⁴ Segundo Antunes (2019) esse diálogo foi registrado por Gretel Adorno, esposa de Adorno, pois os autores “planejaram escrever em conjunto uma nova versão do *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels”. (p. 213)

despreparo e desconhecimento da sociedade e dos educadores sobre a transexualidade” o que aumenta ainda mais o sentimento de inadequação.

Mas essa situação tem mudado por causa das lutas travadas pelos representantes da comunidade trans, como mostram algumas páginas das redes sociais, como: @trasnpreta, @trans.exualidade, @transboylife_ no Instagram; e os canais Transdiário, Canal das Bee, Canal Voz Trans* e o Tempero Drag no Youtube. Entretanto, para que haja a igualdade, os privilégios precisam sair do poder da minoria privilegiada, o que gera inúmeros ataques, por exemplo, a qualquer política pública ou mudança na Lei para fazer com que as minorias discriminadas recebam direitos.

Uma situação que ilustra esses ataques é o sistema de cotas raciais em faculdades e concursos do Brasil; criado em 2000, ainda é motivo de questionamento, como ficou claro com a decisão do ex-ministro Abraham Weintraub de acabar com as cotas para negros, indígenas e pessoas com deficiência em cursos de pós-graduação. Felizmente essa decisão foi revogada, mas ela revela que a ocupação das universidades, empresas públicas e vários lugares por pessoas negras e indígenas ainda incomoda muita gente.

Cotas em empresas privadas, universidades, concurso público para pessoas com deficiência, negros, indígenas, quilombolas são algo paliativo, pois o ideal é uma sociedade em que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades. Mas, essa realidade está distante da sociedade brasileira. Assim, por mais que as cotas não sejam a resolução da exclusão, elas são necessárias no momento atual, enquanto a mudança não é feita de forma estrutural.

Antunes (2019) cita *A personalidade autoritária* de Adorno como uma das maiores pesquisas relacionadas ao preconceito, pois não há como falar de minorias sem relacionar com o preconceito, e explica esse fenômeno como “resultante das condições objetivas de uma vida orientada pela escassez e pelo medo, pela destruição e pela dominação” e vai além, ao afirmar que:

Trata-se de um modo de orientação em um mundo já caótico e incompreensível, e também uma forma de tentar manter os, poucos é verdade, privilégios (supostamente) adquiridos dentro de uma organização incapaz de garantir a existência daqueles que a ela pertencem (ou que são ditos pertencer) – apesar dos chamados avanços tecnológicos. (p. 215).

A partir dessa citação fica claro que o preconceito é um obstáculo que, se não pode ser extinto, deve ser minimizado e a inclusão é uma das formas de atingir esse objetivo para que as minorias sejam empoderadas e passem a buscar e a defender seus direitos.

Cabe aqui a análise crítica sobre o modo como as próprias minorias mantêm a visão preconceituosa em nome dos poucos privilégios que elas conseguem, o que favorece as divisões. Pode-se perceber isso nas relações entre homens e mulheres no mercado de trabalho, entre alunos pretos e brancos pertencentes às classes baixas, entre cisgênero e transgênero e entre pessoas trans que fazem cirurgia de redesignação e as que optam por não fazer. Essas hostilidades dentro das várias minorias terminam por manter o privilégio nas mãos de uma minoria.

1.5 A importância dos movimentos sociais na busca por conquistas das pessoas trans

Em 2018 o movimento LGBT¹⁵ comemorou 40 anos de luta no Brasil. Apesar de as homossexualidades e as transgeneridades terem uma história mais antiga, somente em 1978, durante a Ditadura Militar, surge o Grupo de Afirmação Homossexual – Somos, relacionado ao Movimento Homossexual Brasileiro – MHB. Nesse contexto, o mundo vivenciava também o surgimento de movimentos feministas e negros. Inicialmente a sigla denominava lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneras. Hoje abarca mais expressões da sexualidade como queer, intersexo, assexuais, pansexuais e tende a crescer, como revela o final da sigla LGBTQI+.

De lá para cá, muitas conquistas foram alcançadas, mas ainda falta muito para chegar ao ideal. Entre essas conquistas estão a despatologização da homossexualidade, frisa-se e, conseqüentemente, a mudança do termo homossexualismo – relativo à doença – para homossexualidade; a união estável entre pessoas de mesmo sexo; a proibição, por parte do CFP de qualquer tentativa de um psicólogo “curar” pacientes homo ou bissexuais; a criação do nome social – solicitado por pessoas trans que não se identificam com o gênero marcado pelo nome de batismo; a cirurgia de readequação/redesignação: processo transexualizador e, mais recentemente, de acordo com o *Manual de Comunicação LGBTI+*, o CFP publicou a Resolução CFP 01/2018, que regulamenta a forma de atendimento dos profissionais psicólogos a travestis e transexuais pautado por combate ao preconceito.

Dentro dessa perspectiva, os movimentos sociais se destacam como algo imprescindível para a mudança da sociedade. De acordo com Ponchirolli (2019):

Os movimentos sociais são formados por grupos de indivíduos que defendem, demandam e/ou lutam por uma causa social e política. É uma forma da população se organizar, expressar os seus desejos e exigir os seus direitos. São

¹⁵ As letras “QIA” e o sinal + foram adicionados posteriormente à sigla.

fenômenos históricos, que resultam de lutas sociais, que vão transformando e introduzindo mudanças estruturais nas sociedades.

Gohn (2011) traz a seguinte fala:

Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. (p. 334/335).

Ambas as citações revelam a importância do agrupamento de pessoas que lutam por um mesmo objetivo, pois, se existem diferenças individuais dos componentes desses grupos, também há aproximações, já que a necessidade de mudanças, de quebra de privilégios e de conquista de direitos para as minorias é comum.

Gohn (2011) acrescenta ainda que “Uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é que são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes.”. (p. 333). É necessário destacar que esses movimentos são muito importantes, pois dão voz e lugar às pessoas que são oprimidas de diversas formas e essas pessoas devem falar por si, ter seu lugar de fala reconhecido e os movimentos sociais permitem isso.

De acordo com Djamila Ribeiro (2017), lugar de fala é um termo cuja origem é imprecisa, mas acredita-se que surgiu “a partir da tradição de discussão sobre *feminist stand point* – em uma tradução literal “ponto de vista feminista” – diversidade, teoria racial crítica e pensamento decolonial”. (p. 32) Esse termo defende que todas as pessoas têm um lugar de fala e que isso deve ser respeitado, logo, uma mulher branca cis hetero não tem o mesmo lugar de fala que uma mulher negra trans hetero e cada pessoa deve falar do seu lugar e dar a palavra a quem fala de lugares diferentes.

Jesus afirma que:

É contumaz que terceiros (geralmente cis) falem por nós, iniquamente, sem considerar nossos pontos-de-vista, nossa visão de mundo, nosso protagonismo em todas as suas expressões. [...] O aumento da visibilidade tem sido positivo para a nossa população. Encontramos espaços como o deste livro para tomar conta de nossa própria representação, sem nos submeter aos filtros e aos rótulos de terceiros. (Moirá, *et. al.* 2017).

É necessário que o tema defendido pelo movimento esteja na sociedade, que ele seja discutido de forma responsável, ética a fim de que o esclarecimento se faça presente. Isso diz da visibilidade, com vistas à equidade. Um exemplo simples e complexo ao mesmo tempo, que explica a necessidade dessa visibilidade é o uso de banheiros pela população trans, algo extremamente polêmico, que traz constrangimentos frequentes para homens e mulheres transexuais. Entidades representantes apresentam essa situação como um dos pontos que se configuram com desafio para o acesso ao mercado de trabalho, pois as empresas públicas ou privadas teriam dificuldade em “solucionar” esse problema.

Parece algo ínfimo? Pode ser, mas não é um assunto tão estranho a outra minoria. O filme de 2016, *Estrelas Além do Tempo*, baseado em fatos reais da década de 60, mais precisamente 1961, traz essa problemática com outras personagens: mulheres brancas e negras e a separação de banheiros, que não poderiam ser compartilhados.

Parece ser um ponto simples e banal, porém diz de algo comum ao ser humano já que milhares de pessoas usam banheiros públicos todos os dias e essa ação simples, básica se torna um problema, não só no mercado de trabalho, mas em qualquer ambiente. Segundo Genero e Vieira (2019):

O constrangimento para o uso do banheiro por parte de sujeitos trans, o medo de sofrer violência ou discriminação, o temor da própria equipe pedagógica em lidar com situações de preconceito e/ou deparar-se com as diferenças no ambiente escolar podem trazer, até mesmo, a ocultação da importante questão do uso de banheiros por sujeitos trans, e assim, sucessivamente, a invisibilidade destes sujeitos, tornando a experiência da diferença no ambiente escolar um contexto de segredo, de exclusão e da não problematização e desconstrução de discursos de verdade e preconceitos acerca das identidades trans. (p. 708).

Dentro desse contexto, a discussão crítica que envolve, por exemplo, a democracia em relação às pessoas transexuais pode ampliar a mentalidade de parcela da sociedade que, por falta de conhecimento, atualiza e reproduz falas e ações preconceituosas. Uma nação que prima pela democracia deve enxergar em seus cidadãos, sejam eles trans ou cis, pessoas com potenciais que devem ser aproveitados. A população trans consome, arca com seus impostos, tem deveres como qualquer outra parcela, então, por que seus direitos devem ser negados?

Como é necessário instituir ações afirmativas para que as pessoas transexuais possam trabalhar dignamente e estudar, isso deve ser feito de forma cuidadosa. Para que esses direitos sejam respeitados, é necessário que os movimentos sociais continuem a agir; que a população transexual tenha voz e visibilidade; que ela ocupe cada vez mais lugares na sociedade; e que

transite em mais espaços para que seus corpos não sejam estranhos no futuro; e que numa sociedade, talvez utópica, as expressões pessoais de cada ser não sejam motivo de violência física, psicológica e verbal.

Gohn (2011) afirma que:

Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. (p. 336).

Nessa perspectiva, as conquistas do movimento negro e do feminista estão à frente do movimento LGBTQI+, e essa afirmação é feita com base na análise dos espaços que as pessoas representadas por esses movimentos ocupam na sociedade. De acordo com Mello *et. al.*, (2012): “Quando se pensa em uma perspectiva comparada, porém, não há dúvidas de que o movimento LGBT já materializou muitas conquistas para pessoas que até poucos anos eram percebidas como inexistentes, moralmente poluídas ou sem valor social [...]” (p. 158). Contudo, talvez isso se deva ao fato de que o movimento LGBTQI+, como mencionado antes, represente uma gama maior de expressões e essas expressões, e a aceitação delas no social, difere.

Atualmente, no Brasil, a presença de gays e lésbicas tem maior visibilidade: ocupam espaços de destaque, como na classe artística, na política e áreas consideradas mais conservadoras como o Direito e Medicina; e até o Exército e a Marinha. De acordo com Tahiane Stochero (2013) nesse ano havia 30 militares homossexuais reconhecidos nas Forças Armadas. Essa realidade se faz com base em anos de luta, mas a população trans ainda não conseguiu o mesmo espaço.

Gohn (2011) deixa claro que os direitos humanos, em relação à participação cidadã, devem ser respeitados:

É preciso que sejam respeitados os direitos de cidadania e que se aumentem progressivamente os níveis de participação democrática da população. Esses níveis expressam-se em espaços públicos, consolidados em instituições que deem forma aos direitos humanos e ao exercício da participação cidadã, presentes nos conselhos, plenárias, fóruns e outras possíveis instituições a ser inventadas. Tudo isso compõe o universo da temática educação e movimentos sociais (p. 357).

E a atividade remunerada está relacionada aos direitos humanos. Logo, dentro da temática da transexualidade e da travestilidade, é necessário que a população trans esteja cada vez mais inserida na política, economia, arte, em espaços como escolas e universidades a fim de que suas necessidades sejam ouvidas, sejam repensadas e respeitadas. Enquanto essa população estiver à margem, não haverá respeito, pois a camada privilegiada não tem interesse em dividir seus privilégios com as minorias. O incômodo deve partir de quem é vilipendiado e de quem é sensível a essa realidade, e caminhar para as mudanças que quer presenciar na sociedade.

Diante dos conflitos existentes no Movimento LGBTQIA+ e entre ele e outros movimentos, como destacam Bento (2008) e Oliveira (2020), é inegável, contudo, a importância deles na conquista de melhores condições na vida da população que eles representam.

No que se refere à população trans especificamente, o movimento que se destaca é o nacional de travestis e transexuais, que deu origem à atualmente conhecida ANTRA¹⁶, cujas principais linhas de atuação são:

- a) Mapear, produzir estudos e denunciar nas instâncias cabíveis os assassinatos de pessoas Trans no Brasil, bem como cobrar soluções desses crimes;
- b) Promover campanhas informativas e apresentar propostas a fim de garantir o direito das Travestis e Transexuais;
- c) Colaborar em todos os níveis com outras redes, que trabalham com Direitos Humanos, a fim de desenvolverem trabalhos conjuntos, intercambiando experiências nas áreas de atuação de cada uma;
- d) Denunciar e promover a divulgação, em todos os meios de comunicação possíveis, de todo e qualquer caso onde for detectado preconceito e ou discriminação por identidade de gênero;
- e) Ter por princípio apoiar toda e qualquer ação de prevenção do HIV/Aids Hepatites Virais e outras DST em todos os seus aspectos e âmbitos;

¹⁶ Informações disponíveis no site da ANTRA: <https://antrabrasil.org/>

- f) Apoiar as ações que visem a melhora da qualidade de vida das pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS;
- g) Atuar diretamente na incidência política e na criação de climas e ambientes favoráveis para Travestis e transexuais;
- h) Incentivar e apoiar a realização de Encontros Nacionais de Travestis e Transexuais para potencializar as bandeiras de lutas e encaminhar as demandas de suas afiliadas.

Além disso, o dossiê da ANTRA sobre os assassinatos contra transexuais e travestis é um documento muito importante no meio. Como a união das minorias ainda é algo utópico, as especificidades precisam aparecer e a ANTRA trabalha em defesa da população trans, uma vez que no próprio movimento LGBTQIA+, o “T” é marginalizado, uma das reclamações presentes no 1º Colóquio LGBTQI da UFG. Outra organização conhecida pelas lutas é a Aliança Nacional LGBTI+, “uma organização da sociedade civil, pluripartidária e sem fins lucrativos” que “[...] atua no âmbito nacional com pessoas LGBTI+ e aliadas, bem como organizações das mais diversas naturezas interessadas em apoiar a causa LGBTI+, a fim de articular os/as diversos/as atores/as interessados/as em colaborar com esta luta”.¹⁷

Com o objetivo de diminuição do preconceito contra a população LGBTQIA+, a Aliança Nacional LGBTI, o Grupo Dignidade e a rede GayLatino lançaram em 2018 o *Manual de Comunicação LGBTI+*, a fim de levar à área jornalística a terminologia mais atualizada sobre a população LGBTI+. Mas esse material não se limita a essa área, ele é relevante a todas as pessoas que veem o preconceito como um atraso para a sociedade, é um manual amplo que leva em consideração o lema “nada sobre nós, sem nós” (Romeu Kazumi Sassaki, 2011).

O referido manual não é a primeira iniciativa de informação. Em 2012, Jaqueline Gomes de Jesus idealizou e desenvolveu o *Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião*, publicado online e distribuído gratuitamente. Em 2017, a Globo Comunicação e Participantes lançou o *Caderno Globo 12 – Corpo: artigo indefinido* – que também traz vários temas: “O objetivo é estimular o debate e mostrar como a questão de gênero é múltipla. Tanto quanto são as formas de existência.” (p. 5).

¹⁷ Informações disponíveis no site da Aliança LGBTI+: <https://aliancagbti.org.br/sobre/>

Iniciativas como essas colaboram com a inclusão das pessoas trans (e também das cis, pois não se limitam à temática trans), pois divulgam informações necessárias para o adequado tratamento de todas as pessoas. Além disso, oferecem espaço para que os temas tenham a visibilidade necessária.

Um reforço na caminhada que envolve essa conquista está na educação tal qual concebe Adorno (1995a):

A seguir, e assumindo o risco gostaria de apresentar a minha concepção inicial de educação. Evidentemente não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir do seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a produção de uma consciência verdadeira. Isto seria inclusive da maior importância política; sua ideia, se é permitido dizer assim, é uma exigência política. Isto é: uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado (p. 141-142).

Adorno não restringe a educação ao meio acadêmico, pois conhece e a necessidade dessa educação emancipatória desde o início da vida da pessoa e não desvincula o meio acadêmico da sociedade, como esclarece Crochik (2011) ao afirmar que:

Embora a razão e a ciência tenham servido à cultura para o seu progresso, não deixam de fazer parte, de ser dependentes, desta cultura que as desenvolve para se modificar. Com isso estão imersas naquilo mesmo que pretendem libertar, não sendo livres a priori. Disso resulta que servem aos interesses humanos estabelecidos, ao mesmo tempo que lutam contra eles. (p. 120).

A partir dessa tensão é que se tem a possibilidade de promover mudanças, o que embasa o próximo capítulo no qual se trata sobre a importância da inclusão da comunidade trans.

Capítulo 2. A dialética inclusão/exclusão a as transidentidades

A inclusão das minorias é um tema de grande relevância na sociedade, pois advém da necessidade da equidade. As cotas existentes nas universidades e nos locais de trabalho são exemplos de políticas públicas que visam à inclusão. A implantação dessas foi acompanhada de muita discussão e divergências, mas trouxe mudanças na realidade de muitas pessoas.

A resistência vivenciada na busca de diminuir o privilégio de alguns para aumentar o de muitos para tentar equalizar consequências de dívidas históricas passa por dissensões e discussões. É o que acontece com a população negra ou com situações sociais e financeiras de determinados grupos, por exemplo. Embora a inclusão seja extremamente importante, ela vem acompanhada de muitos obstáculos que precisam ser combatidos, como o preconceito que é causador de injustiças.

Do outro lado do processo de inclusão está a exclusão, presente em toda a sociedade. Sawaia (2020) afirma que exclusão é um tema atual, porém ambíguo e explica que essa ambiguidade não indica erro ou imprecisão, mas revela a complexidade da exclusão social. A autora destaca, ainda, que as análises da desigualdade se fixam em pontos econômicos e sociais, que seriam pobreza e discriminação, respectivamente, e a questão da injustiça social, fundamental dentro dessa temática, não recebe a necessária atenção.

Segundo essa autora, o que existe é uma dialética: a dialética inclusão/exclusão, pois não tem como falar de uma sem falar da outra. A exclusão aqui não se refere à ideia de que há uma parcela que não é vista como pertencente à sociedade. Sawaia (2020) afirma que não há o totalmente excluído: “Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico.” (p. 8)

Por esse prisma, a exclusão está a serviço do funcionamento da sociedade, do sistema. Dessa forma, a autora defende que:

a dialética inclusão/exclusão [...] gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado. Essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência. (p. 9).

Nesse sentido, para lidar com essa dialética, precisa-se levar em consideração os vários contextos sociais, pois ela não se limita a apenas um; no que se refere à questão econômica, serviu e serve de plataforma de campanha para muitos políticos; no entanto, as modificações são mínimas e a manutenção da situação de pobreza, falta de educação e saúde adequadas continuam a contribuir para a eleição de pessoas que prometem modificar algo cuja continuidade responde ao interesse de uma minoria. Para Sawaia, esse tipo de inclusão é perversa e a exclusão é vista como uma espécie de ferramenta que mantém a “ordem social”, reconstituindo formas de desigualdade.

Para que a inclusão não seja *pro forma*, a intenção por trás dela precisa ser a de promover mudanças no sistema e não desconsiderar a existência e a importância dele. Assim, faz-se necessário que o interesse do coletivo prevaleça, o que nem sempre acontece.

Como afirma Crochik (2011), “um dos problemas atuais na constituição do indivíduo é que a sua consciência se volta para a defesa de seus próprios interesses sem que esses estejam necessariamente vinculados aos interesses coletivos, o que deveria ocorrer.” (p. 166). Nesse sentido, independente de a pessoa que ocupa o poder ser ou não parte de uma minoria, ela pode agir em interesse próprio e não da parcela que representa, como Sérgio Camargo, que desde 2019 é presidente da Fundação Cultural Palmares, ao negar o processo de racismo e a escravidão de sua própria raça, como amplamente divulgado na mídia.

Jodelet em Sawaia (2020) traz uma questão que incentiva reflexão ampla do contexto que cerca as injustiças sociais:

(...) o que é que faz com que em sociedades que cultuam valores democráticos e igualitários as pessoas sejam levadas a aceitar a injustiça, a adotar ou tolerar frente àqueles que não são seus pares ou como eles práticas de discriminação que os excluem? (p. 56-57)

Essa questão fala sobre a incoerência entre o ideal e o real. O regime de governo do Brasil é a democracia; juntamente com esse regime aparece a cidadania, mas as pessoas excluídas não têm voz que possa interessar a muitos governantes e não usufruem plenamente de seus direitos, no entanto, devem arcar com os deveres.

Iris Marion Young (2006) também atenta à incoerência entre a teoria e a prática relacionadas à democracia e afirma que em uma “democracia forte” são necessários o encontro e o diálogo entre autoridades públicas e cidadãos, contudo, nem sempre isso acontece, o que se torna prejudicial. No contexto brasileiro, as minorias são muito prejudicadas por essa falta de representatividade. A autora ainda afirma que é comum pessoas

reclamarem por seus grupos não serem representados de forma adequada “nos organismos influentes de discussões e tomadas de decisão, tais como legislaturas, comissões e conselhos, assim como nas respectivas coberturas dos meios de comunicação.” (p. 140).

Se não há representatividade das minorias, a tendência é que a situação desfavorável a elas se mantenha, o que coopera para a continuidade da exclusão e das injustiças sociais.

Sawaia (2020) defende que as análises da desigualdade se fixam em pontos econômicos e sociais, que seriam pobreza e discriminação, respectivamente, e a questão da injustiça social, fundamental dentro dessa temática, não recebe a justa atenção.

Assim, se faz necessário discutir as consequências da exclusão, ao notar-se que a desigualdade social, a injustiça e o sofrimento se inter-relacionam, pois fazem parte da vida da pessoa excluída, e essas dimensões podem ser experimentadas várias vezes em um mesmo dia.

A exclusão gera exclusão, pois as comunidades excluídas ficam ainda mais distantes da garantia de seus direitos; desigualdade, injustiça e sofrimento fomentam a manutenção do privilégio nas mãos de poucos e dificulta a mudança.

Um exemplo dessa situação é a violência relacionada a jovens negros residentes das favelas que não choca a sociedade; os casos vão alimentando as estatísticas e são percebidos com uma normalidade inerte, o que revela que para a elite, a violência vivenciada por pretos, pobres, travestis e transexuais, dentre outros grupos, é a parte que cabe a eles no latifúndio da vida.

Ao partir do pressuposto de que o funcionamento do sistema é o determinante da exclusão, percebe-se que não há como intentar mudanças sem compreender esse funcionamento e intervir nele, lutar por elas. Uma das formas de intervir é reconhecer os saberes e as experiências das pessoas trans e cooperar com a luta delas pela visibilidade das situações que vivenciam, dos direitos que têm e do quanto podem oferecer a esse sistema. Assim, Wanderley em Sawaia (2020 afirma que:

Na verdade, existem valores e representações do mundo que acabam por excluir pessoas. Os excluídos não são simplesmente rejeitados física, geográfica ou materialmente, não apenas do mercado e de suas trocas, mas de todas as riquezas espirituais, seus valores não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural. (p. 18-19).

Nesse sentido, o processo da exclusão mantém a falta de oportunidades para as pessoas excluídas o que impacta no futuro das gerações, ao passo que mantem o

funcionamento da sociedade de acordo com o interesse de poucos. Essa realidade resulta na questão financeira e nos índices de pobreza do país. A autora afirma que “pobreza e exclusão não podem ser tomadas simplesmente como sinônimos de um mesmo fenômeno, porém estão articuladas” (p. 21).

Em relação às pessoas trans, essa afirmação pode ser percebida no fato de que nem todas são pobres, mas pertencem a uma sociedade que não faz questão delas, que não as aceita como são. Exemplos dessa realidade são Bruna Benevides, afastada da Marinha desde 2012, quando assumiu a transexualidade, sob a alegação de “questões de saúde” e aposentada compulsoriamente (Vanessa Nicolav, 2020); e de Maria Luiza da Silva, primeira mulher transexual das Forças Armadas de Brasília, afastada do trabalho desde 1998 (Oliveira, 2021).

Wanderlei (2020) traz, sobre essa discussão, a citação da professora Aldaíza Sposatti (1996), referente à exclusão em São Paulo, mas que pode ser ampliada para todo o país, em que ela menciona que a discriminação no Brasil “é econômica, cultural e política, além de étnica.” (p. 21) – e é possível acrescentar, também, sexual – e continua:

Este processo deve ser entendido como exclusão, isto é, uma impossibilidade de poder partilhar o que leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão inclusive, com violência, de um conjunto significativo da população, por isso, uma exclusão social e não pessoal. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública. (p. 20).

E essa realidade tem grande relação com o preconceito, pois, a exclusão ao longo de séculos dificulta a luta pela sobrevivência. Crochik (2011) afirma que “o preconceito surge como resposta aos conflitos presentes nessa luta” (p. 13). A exclusão resulta da in experiência de quem exclui em relação ao excluído e à falta de reflexão do primeiro sobre o que vive o segundo. Contudo, a luta mais importante é justamente a busca por equidade, acessibilidade e representação pública, para que as existências trans sejam validadas. Assim as necessidades dessa comunidade poderão pautar a elaboração de leis e busca por direitos que as respeitem.

Como mencionado anteriormente, a violência contra as pessoas trans é justificada pela forma como elas vivem, que é considerada uma afronta aos “cidadãos de bem”. São consideradas anormais, independente da vida que levam na sociedade, das horas dedicadas a estudos, do interesse no trabalho, dos impostos que pagam. Nesse contexto, uma das

necessidades voltadas para a comunidade trans está relacionada ao sofrimento e à saúde mental das vítimas, uma vez que elas são julgadas por sua orientação e expressão sexual e essa realidade pode trazer consequências emocionais que prejudicam a qualidade de vida.

Segundo Bruna Benevides, Secretária de Articulação Política da ANTRA: “A maioria dos homens trans no Brasil, por exemplo, já passou por violência verbal, institucional e física. Grande parte do sofrimento psíquico vem da discriminação que existe nos equipamentos de saúde, na educação e na própria família”. Em uma campanha de combate ao suicídio feita em setembro de 2018, a ANTRA traz a seguinte afirmação: “As pessoas trans não se suicidam porque são trans. Elas se suicidam porque o resto da sociedade não as trata como se fossem pessoas.”¹⁸, o que revela que a exclusão e o preconceito são muito prejudiciais para a saúde mental dessas pessoas.

Além disso, o medo faz parte de suas rotinas. Notícias como a do assassinato de Keron Ravach, adolescente trans de 13 anos, morta a pauladas, socos e chutes no Ceará¹⁹, são comuns no Brasil, local onde a prostituição de homens e mulheres trans é mais procurada. Não há segurança para vidas diariamente ameaçadas. De fato, a segurança em todo o país é bastante ineficiente, mas esse público é bem mais visado ou mais suscetível.

De acordo com Silva (2019):

Dada a invisibilização sistemática produzida sobre os assassinatos de pessoas trans, não havendo inclusive contabilização oficial por parte do Estado brasileiro sobre a incidência desses crimes, os dados a partir dos quais o relatório é produzido baseiam-se, grosso modo, em denúncias policiais e em casos veiculados na mídia. (p. 21).

Essa realidade revela a falta de preocupação com os crimes que a transfobia incita. Outro tipo de crime relacionado à transfobia é a violência verbal aliada à interpretação equivocada da liberdade de expressão, direito defendido pela Constituição cidadã de 1988. No artigo 5º, inciso IX, lê-se a seguinte afirmação:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

¹⁸ Citação retirada página da ANTRA.

¹⁹ <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/01/08/jovem-trans-de-13-anos-foi-morto-a-pauladas-no-ceara-por-cobrar-divida-de-r-50-do-suspeito.ghtml>

A má interpretação desse direito serve de pretexto para que o preconceito continue a ser disseminado na sociedade disfarçado de manifestação de opinião e esteja presente em comentários transfóbicos em redes sociais e em programas de TV, em piadas que alimentam estereótipos, em músicas e afins. Mas, se esse tipo de contexto não é algo novo, as respostas a eles têm tomado rumos diferentes dos que têm sido vistos até agora.

Recentemente, um apresentador brasileiro, já conhecido por sua postura homofóbica e transfóbica, perdeu a parceria de 62 patrocinadores em seu programa por causa de comentários homofóbicos feitos ao vivo. Houve movimentação na internet e pressão para que as marcas se afastassem e muitas optaram por não vincularem seus nomes à LGBTfobia. Essa mudança já é fruto da lei que criminaliza a homofobia e a transfobia, pois sem ela, as cobranças não encontrariam embasamento.

Mas como destaca Eça de Queiroz em *A cidade e as serras*, “Não há nada novo sob o sol, e a eterna repetição das coisas é a eterna repetição dos males” (p. 151). Nesse sentido, o preconceito também não é um tema novo, mas continua bastante atual. No passado, ele incentivou pesquisas como a que deu origem ao livro *A Personalidade Autoritária*, de Adorno (1950), que traz o antissemitismo como foco. Na atualidade, ele se direciona a vários grupos que são os mais conhecidos no Brasil: os negros, homossexuais, transexuais, travestis e indígenas.

De acordo com Crochik (2011), o preconceito tem origem no processo de socialização e esse “só pode ser entendido como fruto da cultura e de sua história”. O preconceito oprime, tira direitos e oportunidades de suas vítimas e pode ser o disparador de problemas de grande relevância social, como o suicídio. Assim, é importante atentar à existência dele, se não para eliminá-lo, para amenizar suas consequências.

Segundo o autor:

Embora esse seja um fenômeno também psicológico, aquilo que leva o indivíduo a ser ou não ser preconceituoso pode ser encontrado no seu processo de socialização, no qual se transforma como indivíduo. [...] A sua manifestação é individual, assim como responde às necessidades irracionais do indivíduo, mas surge no processo de socialização como resposta aos conflitos aí gerados. (p. 13).

O Brasil é um país que se diferencia dos outros em muitos aspectos, como cultura, linguagem e as características fenotípicas. O povo brasileiro é miscigenado e isso faz com que não haja uma característica física que represente o brasileiro e a brasileira, como acontece em

alguns países europeus e asiáticos. Além disso, brasileiros são reconhecidos no exterior como um povo alegre, acolhedor e, muitas vezes, essas características ideais servem de justificativa para a negação do preconceito. Souza (2009) afirma que toda nação moderna possui um mito e o Brasil não é diferente. De acordo com o “mito brasileiro”:

Nós, brasileiros, somos o povo da alegria, do calor humano, da hospitalidade e do sexo. Em resumo, somos o povo da “emocionalidade” e da “espontaneidade” enquanto oposição à racionalidade fria e ao cálculo que caracterizaria supostamente as nações avançadas do centro da modernidade. (p. 29).

Esse mito, segundo o autor, produz um sentimento de pertencimento, de unidade. Pobres e ricos, brancos e negros são calorosos e espontâneos. Contudo, a realidade está muito longe de ser assim, há violência, exclusão e humilhação. Pessoas negras, homossexuais, transexuais, obesas, travestis, usuárias de drogas e pessoas com deficiência são diariamente vítimas de preconceito.

Ainda assim, recentemente o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, afirmou que no Brasil racismo não existe²⁰. Mas, negar o racismo, o machismo, a transfobia é um desserviço para o combate ao preconceito, pois como combater algo que não existe? Como é possível existir segregação em um país cujo povo é conhecido pela alegria, calor humano e hospitalidade? Por que combater algo que é, muitas vezes, conhecido como puro “vitimismo”? Um homem branco pode afirmar que racismo não existe? Esse exemplo só reforça a ideia de que as minorias devem ocupar os lugares de poder, para que possam ser representadas de forma fidedigna.

Para tanto, a inclusão não trata da simples presença em espaços comuns, sejam eles locais de trabalho, escolas, faculdades, mas, sim, da convivência, das condições das pessoas conseguirem se desenvolver nesses espaços, pois a convivência neles pode ser bastante aversiva a depender de como as relações se estabelecerão. Assédio moral e *bullying* são exemplos de atitudes que existem em locais de convivências educacionais e profissionais que revelam uma interação desrespeitosa, pautada na discriminação e no preconceito.

Resende (2005), ao comentar Horkheimer, afirma que a universidade é “um espaço de formação reconhecido socialmente.”, contudo, essa formação não exclui a manutenção do preconceito. Dentro dessa perspectiva, as instituições escolares, sejam elas de ensino fundamental, médio ou superior, se mostram como um espaço de conflitos, pois promovem o

²⁰ vide reportagem em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/20/mourao-lamenta-assassinato-de-homem-negro-em-mercado-mas-diz-que-no-brasil-nao-existe-racismo.ghtml>

que Erving Goffman (1988) chama de “encontro entre normais e estigmatizados” o que pode fazer com que os indivíduos estigmatizados se sintam inseguros e deslocados. Logo, se por um lado a Universidade pode oferecer conhecimento e possibilidade de ascensão profissional, por outro pode ser um ambiente extremamente hostil e “adoecedor”.

Um exemplo relacionado à afirmação acima é o livro em que Jean-Marie Lambert (2017) revela o desrespeito contra todas as minorias, que não são reconhecidas pelo autor. Na visão dele, o uso da palavra preconceito para qualificar quem tem “postura contrária à agenda gay/gênero” é preconceituoso. Nesse livro o autor, assim como várias pessoas no Brasil, ainda nega a existência de várias formas de preconceito, sem levar em consideração que seu lugar de fala e de observação não é o único existente. Essa citação serve apenas para ilustrar a defesa da visão preconceituosa sem embasamento: não há minorias, não há prejuízos para grupos excluídos, não há preconceito, não há exclusão para essas pessoas.

Em época de racismo reverso e de heterofobia, literaturas como essa tendem a fomentar manifestações preconceituosas. Ademais, a citação utilizada acima ilustra que o estudo formal não é ferramenta de combate ao preconceito e revela que nas universidades há indivíduos que mantem pensamentos limitados e atitudes preconceituosas.

As universidades não são ocupadas unicamente por pessoas preconceituosas, mas elas estão lá, como estão em toda a sociedade, nelas se encontram todas as contradições presentes no contexto da sociedade. Dessa forma, desconsiderar a presença do preconceito é perder a oportunidade de buscar amenizá-lo, seja por informação, por regras ou leis.

Além disso, o que se discute em relação ao preconceito não é concordância ou discordância, mas sim o respeito. É não transformar diferenças em desigualdades, é não negar oportunidades às pessoas que não se encaixam no padrão branco, cis e hetero no qual a sociedade se embasa. Dessa forma, com respeito, evita-se discriminação de crianças adotadas por casais homoafetivos; agressões físicas e verbais a pessoas homo e trans e a ideia de que só há uma forma de expressão para todos os mais de 7,874 bilhões de seres humanos existentes na Terra.

As diferenças existem e isso é um consenso, mas algumas diferenças mobilizam muito algumas pessoas e quem são essas pessoas? Quais as características delas?

Crochik (2001) traz os resultados da pesquisa que fez em 1999 acerca da relação existente entre a ideologia da racionalidade tecnológica, as características narcisistas de personalidade e a predisposição ao preconceito.

De acordo com o autor, a racionalidade tecnológica está relacionada à forma de interpretação do mundo e valoriza, assim a lógica. Uma visão prática, matemática, que

valoriza a competência; caracterizada, também, pela “ausência da percepção das contradições e a tendência a sistematizar os fatos” (p. 91). O conceito de narcisismo se baseou em trabalhos dos frankfurtianos e de Freud, dentre outros e levou em consideração, para a construção da escala, temas como: noção de tempo, apreciação de terceiros, necessidade de modelos, relacionamentos superficiais, sentimentos de inadequação e insatisfação, dentre outras relacionadas com a personalidade narcísica.

Os resultados da pesquisa de Crochik (2001) reafirmam as pesquisas que embasaram a obra de *A Personalidade Autoritária*, a saber, “os sujeitos que aderem à ideologia da racionalidade tecnológica tendem a ter um maior número de características narcisistas e vice-versa.” (p. 93). O autor ainda explica que:

A percepção do mundo de forma sistemática, técnica, visando à eficiência e à perfeição de diversas esferas da realidade é, em certa medida, o contraponto do desvio da atenção por parte do indivíduo para si mesmo, possibilitando a hipótese de que a visão tecnológica da realidade pretende evitar a percepção do sofrimento, gerado constantemente pela nossa cultura. (p. 93).

Nesse sentido, Crochik (2001) entende que “a nossa sociedade valoriza o desenvolvimento desse tipo de indivíduo” (p. 93) e isso fica claro na competição que é estabelecida na conquista de vagas em empresas públicas e privadas e em vestibulares. A destruição do outro é algo comum, uma vez que não há lugar para todos. É incoerente promover uma corrida que elege como ganhador quem cruze a linha de chegada primeiro, se cada participante iniciou a corrida em lugares e momentos diferentes. Não é possível falar de meritocracia quando não há equidade e para que essa equidade seja possível no Brasil, as desigualdades precisam ser vistas e combatidas.

Como resultado dessa visão deturpada, as políticas públicas de cotas para negros, indígenas, PcDs (pessoas com deficiência), e, no caso de vestibulares, candidatos de baixa renda, geram revolta e conflitos que facilitam o aparecimento do preconceito que, diante da busca pela manutenção de privilégios, pode não ser percebido. Muitas vezes os discursos preconceituosos aparecem camuflados de igualdade, pois muitos afirmam que se todos são iguais perante a Lei, não há necessidade de cotas. Essa igualdade, que existe apenas na teoria, só pode ser considerada a partir da igualdade de direitos e de oportunidades e é esse o papel das políticas de inclusão.

Outra constatação da pesquisa de Crochik (1999) é que a relação entre personalidade narcisista e a predisposição ao preconceito também pode ser comprovada, ou seja, a tese de

Horkheimer e Adorno que deu origem à pesquisa sobre a personalidade autoritária ainda é bastante atual. A pesquisa de Crochik teve um número menor de participantes²¹, mas isso não impacta na credibilidade dos resultados, que afirmam que “o preconceito continua a estar associado à ideologia que o indivíduo defende e às características de personalidade.” (p. 95).

Outro ponto relativo ao preconceito é que ele independe da presença do objeto, diz mais do preconceituoso do que do objeto, mas está ligado a representações relacionadas a esse, não é inato, mas sim constituído a partir do processo de socialização (Crochik, 2011). De acordo com esse autor, na base da relação entre o preconceituoso e o objeto estão os estereótipos constituídos na e pela cultura, assim, o indivíduo com predisposição ao preconceito se apropria dos estereótipos e os direciona ao objeto.

Crochik (1996) afirma que estereótipos são predicados fixos atribuídos ao objeto. Esses predicados são ampliados para todo o grupo e se tornam uma característica que acaba por explicar, na crença do preconceituoso, o motivo do preconceito. No caso das pessoas trans, há o estereótipo de depravação, doença, anormalidade, de erro no geral. Soma-se a isso a questão dos tabus que envolvem o assunto sexo, tema que não limita à sexualidade, por essa ser algo mais amplo, mas que está nela.

Nesse sentido, torna-se necessário abordar uma relação bastante relevante para essa discussão, a relação indivíduo e sociedade. De acordo com Horkheimer e Adorno (1973), é possível afirmar que indivíduo e sociedade não se separaram, não há como conceber um indivíduo apartado do contexto social, pois os pensamentos, atitudes, expressões dos seres são resultados da relação com instituições familiares, religiosas, políticas e não partem de algo unicamente interno e particularizado. Nesse sentido, os autores afirmam que “A vida humana é, essencialmente, e não por mera casualidade, convivência.” (p. 47).

Assim, a sociedade deve ser analisada como um todo, pois “A interação e a tensão do indivíduo e da sociedade resumem, em grande parte, a dinâmica de todo o complexo” (Horkheimer e Adorno, 1973, p. 53). A partir dessa afirmação, entende-se que não há como considerar mudanças a partir apenas de um dos lados, sociedade ou indivíduo, pois é a tensão entre ambos que impacta a dinâmica de cada contexto. Por sociedade, de acordo com os autores, deve-se entender “o conjunto de homens, com grupos de diversas dimensões e significados, que compõem a humanidade.” (p. 25), mas eles alertam que esse conceito, apesar de ser fácil explicação para essa área, não combina com o que se vê, de fato, como sociedade e trazem um que consideram ter um sentido mais importante, a saber:

²¹ O número menor de participantes se deve ao fato de que o autor estava pesquisando uma população específica – universitários – de uma instituição específica – Universidade de São Paulo.

[...] uma espécie de contextura formada entre todos os homens e na qual uns dependem dos outros, sem exceção; na qual o todo só pode subsistir em virtude da unidade das funções assumidas pelos coparticipantes, a cada um dos quais se atribui, em princípio, uma tarefa funcional; e onde todos os indivíduos, por seu turno, estão condicionados, em grande parte, pela sua participação no contexto geral. Assim, o conceito de sociedade define mais as relações entre os elementos componentes e as leis subjacentes nessas relações do que, propriamente, os elementos e suas descrições comuns. (p. 25-26)

Os conceitos de Cultura e Civilização são importantes também na compreensão do preconceito. Cultura e civilização não devem ser vistas como antagônicas, pois se isso acontece, as portas para a barbárie são abertas (Horkheimer e Adorno, 1973). Desse modo, não se pode separá-las. No entanto, cultura pode ser considerada como tudo que o homem viveu até hoje, na história da Humanidade e civilização seria o surgimento das instituições dentro dessa cultura.

É essa cultura que na atualidade fomenta a competição, a autodestruição e a destruição do outro, por meio da desconsideração da natureza interna. Os autores afirmam que há uma desvirtuação de valores, o progresso técnico transformou homens civilizados em objetos. Segundo eles: “está ficando difícil separar o progresso técnico, não da civilização, mas da prostração na idiotia, em tal medida os homens estão sendo marginalizados do processo de produção de bens.” (Horkheimer e Adorno, 1973, p. 99).

Além disso, deixam claro que a possibilidade de mudança vem do “esforço para impelir a civilização, de forma positiva, num rumo em que ela própria se supere.” e que “O que toda a cultura nada mais fez, até hoje, do que prometer, será realizado pela civilização quando esta for tão livre e ampla que não exista mais fome sobre a Terra.” (Idem, p. 99). No entanto, o que pode ser visto hoje no mundo vai de encontro a essa afirmação, pois a busca pelos interesses individuais, fomentada pelo sistema de produção capitalista, afasta as pessoas do bem-estar coletivo.

O pensamento dos autores se relaciona, ainda, com a ideia da emancipação, contrária à alienação, que só pode ser alcançada por meio de uma educação pautada no combate à pseudoformação. Isso diz do desapego de privilégios para que haja oportunidades e/ou homens não se vejam como rivais, mas sim como colaboradores. Para tanto, o individualismo deve dar espaço ao coletivismo. Impelir a civilização a algo que pode acontecer quando os cidadãos entenderem que se o ganho é de poucos, ele não está a serviço de grandes resultados,

a exemplo da realidade brasileira: enquanto houver analfabetismo, miséria, a nação não cresce e pode ser usada para que objetivos escusos sejam alcançados.

Horkheimer e Adorno não explicam o caminho para que isso aconteça nem tampouco dizem se isso é, de fato, possível. O objetivo dos autores é a leitura da realidade. E essa realidade apresenta uma contradição: para a manutenção da sociedade capitalista é necessário que haja as pessoas exploradas, presas aos serviços pouco remunerados e sem valorização. O preconceito é uma das ferramentas da manutenção dessa realidade. Apesar disso, destacam um norte para a busca pela emancipação do pensamento dos indivíduos, a Educação, pauta para o próximo item.

2.1. A importância da educação no combate à exclusão e ao preconceito contra pessoas trans

Preconceito e educação. O primeiro é uma das chagas da humanidade, o qual deve ser transformado em alvo dessa; a segunda, a arma que pode ser usada para atingi-lo. É ele um dos obstáculos para a obtenção de direitos iguais, de oportunidades, de equidade; surge da desigualdade e dá sequência a ela. A educação é o contraponto, por meio dela, uma realidade de poucas oportunidades pode se transformar em crescimento e desenvolvimento.

Por educação pode-se entender a formação também, embora essa seja ligada à educação formal, mas não se prende a ela. Trata-se aqui da educação defendida pela Constituição Cidadã de 1988, capítulo III, seção I, Art. 205, que traz o seguinte:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O preconceito é um tema que, como dito antes, permeia as relações humanas. No atual contexto brasileiro, voltou a receber destaque em manchetes jornalísticas, e revela retrocesso em relação a algumas conquistas, como a criminalização do racismo; o que comprova que o preconceito sempre existiu e que, provavelmente, continuará entremeado à sociedade por muito tempo; e que a Lei de criminalização é muito importante, mas sozinha não consegue solucionar o problema.

Em 2020, em meio a uma pandemia, o aumento da violência doméstica contra mulheres e da agressão contra pessoas trans – principalmente as mulheres trans – e a morte de cidadãos brasileiros e estrangeiros por conta de cor da pele ganharam espaço. Essa última deu

origem a um movimento contrário à violência policial, intitulado *#BlackLivesMatter* – Vidas Negras Importam – que teve início nos Estados Unidos da América e ficou famoso em todo o mundo. Tudo isso revela que o preconceito, como afirma Crochik (2011), é algo socialmente constituído.

Diante desse caos, a pergunta que fica é a seguinte: existe a possibilidade de acabar com a existência do preconceito? Adorno, Horkheimer, Becker, Crochik afirmam que erradicar o preconceito pode ser algo utópico, mas atenuar é algo possível por meio da Educação que favoreça a presença de “reflexões sobre fins transparentes e humanos” (Adorno, 1995a, p. 161), a fim de evitar a barbárie e de conquistar a emancipação humana.

Essa ideia se aproxima do que a Constituição vê como educação que propicie cidadania, que, de acordo com o Dicionário Online de Português (Dicio), é a “Condição de quem possui direitos civis, políticos e sociais, que garante a participação na vida política. Estado de cidadão, de quem é membro de um Estado. Exercício dos direitos e deveres inerentes às responsabilidades de um cidadão.”

Para tornar possível o conhecimento que liberta, a educação para a emancipação deve estar aliada a uma visão crítica do mundo. Crítica dita aqui no sentido que traz Nicola Abbagnano (2007), quando remonta à crítica kantiana que “não age no vazio nem precede o conhecimento, mas atua sobre os conhecimentos de que o homem efetivamente dispõe, com o fim de determinar as condições de sua validade” (p. 223). Ou seja, é a que se faz a partir de algo existente, em que o indivíduo não se limite a aceitar sem questionar, a não perceber as forças governamentais, econômicas, sociais que há por trás de decisões, propagandas, notícias e manchetes de jornais e as lutas que clamam por mudanças. Esse tipo de educação não é algo que deva ficar a cargo somente de instituições educacionais, como a Constituição deixa claro, há necessidade do envolvimento de outras instituições, como mostra o trabalho da Aliança LGBTI+ e da ANTRA.

Escolas e universidades são lugares propícios para a manifestação do preconceito, pois são ambientes que favorecem a convivência de pessoas muito diferentes não só física, mas ideológica e financeiramente. A crítica é algo necessário para que essas relações sejam repensadas, questionadas.

Se por um lado as crianças, ao frequentarem os primeiros anos do ensino fundamental podem experimentar estranhamento em relação umas às outras, que trazem contextos diferentes daquele em que cada uma delas foi forjada, por outro, alunos universitários também podem experimentar esse estranhamento e isso pode proporcionar situações em que ocorra a reprodução de preconceitos apreendidos desde os primeiros anos de vida.

Mas, o ambiente universitário é o contraponto que pode oferecer aos alunos a possibilidade da crítica, da ampliação da visão, a modificação de julgamentos. Seja pela discussão direta, seja pela possibilidade do contato, da experiência com o diferente. Nas universidades, milhares de alunos e alunas com pensamentos, crenças, aparência, expressão sexual, classe social ou orientação sexual diferente estão em contato, mais próximo, em salas de aula e laboratórios, ou distante, nas dependências dos *campi*.

É necessário pensar o indivíduo na sociedade em que ele se insere, para além dos muros das instituições escolares e para além dos grupos com os quais ele convive. E aqui começa a se delinear a relevância não apenas da questão da educação conteudista, que visa aprovações em vestibulares e/ou concursos, mas da educação para a vida, o que podemos chamar de educação cidadã. Dentro dessa ideia, Adorno afirma que:

A educação seria impotente e ideológica se ignorasse o objetivo de adaptação e não preparasse os homens para se orientarem no mundo. Porém ela seria igualmente questionável se ficasse nisto, produzindo nada além de *well adjusted people*, pessoas bem ajustadas, em consequência do que a situação existente se impõe precisamente no que tem de pior. (1995a, p. 143).

Daí a urgência de um governo que se propõe a ser democrata reconhecer a necessidade da educação, nos moldes propostos por Adorno, voltada para a emancipação de todo e qualquer cidadão, de uma forma plural e até antagônica ao pensamento adotado por seus líderes momentâneos. A democracia é governo para todos, logo um líder dito democrata não pode governar apenas para quem comunga seus valores e pensamentos. E a educação é necessária não só para que haja líderes capacitados, mas também para que a sociedade não permita que os não capacitados cheguem ao poder, já que alguém sem as características que Adorno aponta não oferece oportunidade de mais crescimento e sim de destruição.

Uma sociedade composta de pessoas emancipadas tem a possibilidade de pensar o futuro, de perceber as necessidades de seus cidadãos, de se adaptar ao novo, às novas configurações que se apresentam, e ter em mente que a sociedade é um organismo vivo. Somente assim é possível melhorar a qualidade de vida, aumentar a oferta de oportunidades.

Adorno (1995a, p. 143) afirma que “emancipação significa o mesmo que conscientização, racionalidade” e que a realidade envolve um movimento contínuo de adaptação. Para ele, a educação não deve desconsiderar o objetivo de adaptação, que é orientar o homem para o mundo, mas também não deve se limitar a ela.

Em Adorno (1995a) Becker amplia esse pensamento ao defender que:

Evidentemente a aptidão para se orientar no mundo é impensável sem adaptações. Mas ao mesmo tempo impõe-se equipar o indivíduo de um modo tal que mantenha suas qualidades pessoais. A adaptação não deve conduzir à perda da individualidade em um conformismo uniformizador. (p. 144).

Esse trecho pode ser analisado por duas perspectivas, primeiramente a macro, da sociedade política no que se refere à diferença entre conformismo e adaptação, uma vez que adaptar-se é necessário, inclusive, para a sobrevivência. Adaptação é uma característica percebida por Darwin²² na análise do mundo animal e não se afasta muito das necessidades humanas, fisiológicas e sociais. Já o conformismo, ao contrário da adaptação, pode levar à morte, tanto física quanto ideológica.

Em segundo lugar, a micro, pois a adaptação ao novo não implica na perda da individualidade de ninguém. Aqui o combate ao preconceito encontra terreno fértil, pois refuta o senso comum de que adaptar-se é o mesmo que abrir mão de quem se é. Becker mostra que não, adaptar-se, por exemplo, ao crescimento do número de pessoas trans, à visibilidade e ao lugar de fala dessas pessoas, significa perceber que elas devem ter acesso a tudo que o Estado oferece, pois têm direitos e deveres como cidadãs; é aceitar que o gênero não deve qualificar ninguém como melhor ou pior. É reconhecer as necessidades do outro e não transformá-las nas próprias.

Adorno, no texto *Educação após Auschwitz* (1995b), ao relacionar a barbárie ao Holocausto, mostra que Auschwitz foi o retorno da barbárie e defende a ideia de que “A exigência de que Auschwitz não se repita é primordial em educação” (p. 104). Para Adorno, a possibilidade de acontecimentos bárbaros continua presente na sociedade atual, ela não acabou, apenas se encontra adormecida, podendo despertar em condições propícias. A depender do meio essa selvageria pode ser mais reprimida ou mais insuflada.

A barbárie apresentou várias facetas desde então, talvez não tão chamativas quanto a vivenciada na Segunda Guerra Mundial, mas não menos importantes. O contexto mundial e nacional ilustra essa afirmação, ao observar-se que a extrema direita promoveu episódios como eleição de Donald Trump para presidente dos Estados Unidos, em 2016, e a de Jair Bolsonaro para a presidência do Brasil, em 2018.

Esses políticos incentivam seus adeptos a ações que vão contra a democracia existente nesses países, como aconteceu quando Trump incentivou seus eleitores a invadirem o Capitólio dos Estados Unidos quando da ratificação da vitória de seu sucessor, Joe Biden, em

²² vide <https://institutodarwin.org/darwin>

2021. Os envolvidos em atitudes como essa, sejam eles políticos ou eleitores, fazem apologia direta e indireta a fatos como a ditadura no Brasil e o Holocausto com seus campos de concentração, como Auschwitz.

Na tentativa de diminuir as chances do ressurgimento da selvageria que abre portas ao retorno de acontecimentos nefastos de grandes proporções, como a escravidão e o Holocausto, Adorno afirma que: “A educação só teria algum sentido como educação para uma reflexão crítica.” (1995b, p. 106). Por esse prisma, a educação é primordial para os pertencentes das minorias para que, por meio da crítica, da busca por mudanças, essas pessoas possam ter as ferramentas e as possibilidades de lutarem por suas conquistas.

A crítica expressa aqui diz respeito à compreensão das relações existentes na sociedade e não à crítica cultural mencionada por Adorno (1998). De acordo com o autor, o crítico da cultura não se percebe pertencente à cultura criticada e olha para esta com certo menosprezo. Essa visão revela a falta de compreensão do quanto a cultura impacta o indivíduo e a partir disso, “O crítico da cultura mal consegue evitar a insinuação de que possui a cultura que diz faltar”. Nesse sentido, é necessária a percepção de que a cultura está em cada um. A partir disso, é possível afirmar que não há sociedade sem indivíduos e que não há indivíduos fora de uma sociedade.

Por esse prisma, pode-se afirmar que a formação das crianças também merece atenção quando o assunto é o combate à exclusão e ao preconceito. Nessa perspectiva, Crochik (2001) traz uma pesquisa feita em Portugal relacionada ao preconceito contra negros e crianças com deficiência. A hipótese levada em consideração foi a do contato. Foram pesquisadas as atitudes de crianças sem deficiência em relação a crianças com deficiência em escolas segregadas e integradas. A conclusão a que as pesquisadoras chegaram foi a de que:

[...] as crianças das escolas segregadas têm um conceito de si mais próximo da deficiente do que as crianças da outra escola, assim como uma avaliação mais positiva do deficiente do que as crianças da escola integrada. As autoras consideraram que o simples contato com crianças com deficiência, sem nenhum apoio institucional, aumenta as atitudes contrárias aos deficientes. (p. 82-83)

Crochik (2001) cita Monteiro (1996) ao afirmar que a hipótese do contato vem da ideia do preconceito independente da presença do objeto. Diante do contato, os estereótipos culturais poderiam ser modificados. Então, as características naturalizadas e universalizadas de um indivíduo para todos de seu grupo poderiam dar lugar a “semelhanças existentes quanto aos valores, ideias, emoções, permitindo reelaborar a percepção inicial das diferenças.” (p.

83). Contudo, esse conteúdo não será aprofundado aqui e sim trabalhado no próximo item.

A partir disso, tem-se que as crianças são formadas por relações estabelecidas, num primeiro momento, pela família e pela escola. Essas duas instituições estão inseridas numa sociedade repleta de injustiças e de exclusão que são causas e consequências do preconceito.

Crochik (2011) defende que o preconceito é resultado da luta pela sobrevivência que há na sociedade e a socialização promove o encontro com situações e características que tornam os indivíduos preconceituosos ou não. Dessa forma, “o preconceito se caracteriza por um conteúdo específico dirigido ao seu objeto e por um determinado tipo de reação frente a ele, em geral, de estranhamento ou de hostilidade. Ao conteúdo podemos chamar de estereótipo (...)” e estereótipo “compõe-se de uma série de predicados fixos que são atribuídos ao objeto, mas há um principal, do qual os outros são derivados.” (Crochik, 1996, p. 49). Assim, famílias podem ser vítimas de preconceito e olhar de forma preconceituosa outras famílias, pois elas são constituintes e constitutivas da sociedade.

Questiona-se, pois: se a socialização é realizada por instituições nas quais o preconceito está presente, então como antever mudança?

Os frankfurtianos afirmam que a relação entre indivíduo e sociedade não é algo linear, sem tensão, sem conflitos e a partir disso é possível pressupor que a possibilidade de mudança existe quando a insatisfação que o encontro com a realidade traz a algumas pessoas mais atentas às incoerências e às injustiças sociais une pessoas em torno de um mesmo interesse. Essa insatisfação tem o potencial de incentivar manifestações e resistências em busca de alterações sociais, no entanto, faz-se necessário destacar que não garante mudanças. Essa falta de garantia, porém, não deve ser percebida como impedimento à resistência.

A formação atual é caracterizada pelo que Adorno (2002) chama de semiformação ou semicultura, pois o interesse maior é a necessidade e a manutenção do capitalismo: “A formação cultural agora se converte em uma semiformação socializada, na onipresença do espírito alienado, que, segundo sua gênese e seu sentido, não antecede à formação cultural, mas a sucede. Deste modo, tudo fica aprisionado nas malhas da socialização.” (p. 1). A semiformação se relaciona diretamente com o poder da indústria cultural, que está a serviço do capitalismo.

No que se refere à população trans, um momento importante é o Dia Internacional do Orgulho LGBTQI+, comemorado em 28 de junho. Em 2021 esse tema já foi ampliado para o mês do orgulho. As marcas atentas a esse público investiram em propagandas com o tema que, não se pode negar, aumenta a visibilidade dessa comunidade. Contudo, estaria esse

aumento de propagandas a serviço da cidadania do público LGBTQI+ ou a serviço do próprio lucro ou, em outras palavras, do capitalismo? E como fica o restante do ano?

Esse tipo de situação remete à alienação, que abre portas para a barbárie, pois desconhece ou não dá a merecida importância aos problemas existentes na sociedade.

A partir disso, fica claro que as instituições precisam se fortalecer para conseguirem alcançar o objetivo de educar para o mundo. Adorno afirma que:

Para mudar essa situação, não poderia bastar o sistema escolar primário, tal como este é normalmente, amiúde bastante problemático na campanha. Penso numa série de possibilidades. Um seria – estou improvisando – que se planejassem programas de televisão que atendessem aos pontos nevrálgicos desse estado específico de consciência. Penso também na formação de algo assim como grupos e colunas móveis de educação, formados por voluntários, que saíssem a campo e que, através de discussões, tentassem suprir as falhas mais perigosas. Certamente, não ignoro que tais pessoas dificilmente seriam bem recebidas. Mas não tardaria em constituir-se um pequeno grupo de discussão em torno delas, que poderia, talvez, converter-se em foco de irradiação. (1995b, p.111-112).

Essa afirmação de Adorno aponta a importância a reflexão e crítica para o desenvolvimento de um processo de esclarecimento direcionado a autonomia do pensamento. O papel da educação não se encontra só nas mãos do Estado, mas também nas mãos de cada cidadão que reconhece a importância que ela tem. Pessoas atuantes, que percebem a necessidade de cooperar para o bem comum. Assim, organizações como a Aliança Nacional LGBTI+, a ANTRA²³ e coletivos têm papel fundamental nessa educação, tanto para formar a cultura de respeito por parte das pessoas cis, quanto da emancipação das pessoas trans.

A Aliança realizou nos meses maio e junho de 2021 um curso de capacitação de Coordenações Municipais e às Coordenações das Áreas Temáticas e Específicas, compostas por pessoas cis e trans, para atuarem na busca e defesa dos direitos da comunidade LGBTQI+ na sociedade, e aumentar o diálogo com políticos a fim de que eles entendam as necessidades dessa comunidade, inclusive.

É importante ressaltar que as universidades podem se tornar o berço dos grupos de discussão que Adorno destaca. A produção de conhecimento que há nas instituições de ensino superior deve retornar para a comunidade numa espécie de “pagamento” pelo investimento que receberam dessa sociedade e, também, para colaborar com o crescimento e evolução da

²³ Apresentadas no capítulo 1.

sociedade. Conhecimento e ação social devem estar totalmente relacionados, jamais separadas.

Dentro dessa perspectiva, de acordo com Resende (2005):

O processo de formação não se limita a sua formação acadêmica em seus vários níveis, embora este seja um componente importante, ele se desenvolve continuamente em suas relações cotidianas no interior da universidade, pois o indivíduo (o professor) também se forma e se transforma no trabalho, ou seja, nas relações sociais de trabalho. Pode se dizer que o processo formativo do docente é um *continuum*, pois inclui a formação pretérita, a formação acadêmica (produto da própria universidade) e as relações cotidianas no interior da instituição universitária. (p. 173).

Por isso o ambiente universitário é tão importante na formação, pois ele abre campo para a possibilidade da experiência com o novo. Assim, as universidades devem estar preparadas para oferecer esse espaço de convivência e de interação e isso só acontece se houver discentes da comunidade LGBTQI+, em especial discentes trans, que são o foco deste trabalho.

Nesse ponto cabe destacar a necessidade da representatividade, pois, juntamente com o lugar de fala, está claro que todos os corpos devem ocupar todos os lugares da sociedade. Dessa forma, é necessário que pessoas trans estejam nas escolas de ensino fundamental, médio e superior para que futuramente o número de representantes dessa comunidade possa ser maior, o que ajuda na luta por direitos e no reconhecimento da existência de uma vida para além da questão sexual. Alunos e alunas trans que estão nas universidades hoje talvez sejam futuros professores que possam utilizar a sua experiência para promover a mudança, ao inspirar mais e mais pessoas a enfrentarem os desafios que a sociedade impõe.

Dessa forma, a prostituição, que atualmente é a principal renda de 90% da população trans pode ceder lugar a outras profissões no futuro e se desfaça essa imagem em razão do direito dessas pessoas ocuparem, também, outros lugares, segundo Letícia Ferreira (2020),.

Para tanto, é necessário reconhecer as deficiências da educação, desde a falta de formação dos professores até a questão estrutural e financeira, para, assim, tentar saná-las. Essa luta se mostra árdua em um país onde a educação frágil é usada como ferramenta para manutenção das desigualdades.

Indivíduos participantes que refletem sobre as incoerências do sistema ajudam a educação a ficar mais forte. O preconceito está presente, para atenuá-lo é necessário reconhecer sua existência e não mascará-la, por exemplo, com a ideia de liberdade de

expressão. A fim de minimizar o poder do preconceito, conhecimento e educação, na sua mais ampla definição são ferramentas importantes.

É consenso que a educação de base é fundamental para que a possibilidade de mudança seja vislumbrada, mas, paralelamente a esse trabalho, que trará resultados em longo prazo, algo deve ser feito na atualidade. Talvez o local para essa ação seja as IES. Mas isso não diminui a importância da participação de outras instituições sociais.

2.2 O preconceito como obstáculo à inclusão de travestis e transexuais

Como visto até aqui, o processo de inclusão é necessário na sociedade para que as oportunidades também façam parte da vida da população marginalizada. Sem esse movimento é impossível conseguir qualquer tipo de mudança. Assim, a preocupação com a inclusão das pessoas trans em todas as áreas da sociedade é um ponto de relevância nacional, porque a maioria das pessoas transexuais e travestis encontram muitas dificuldades na sociedade. Para que a inclusão seja uma realidade, é necessário que haja a democratização do ensino, etapa importante relacionada à cidadania e à luta por direitos. Nesse sentido, as políticas públicas são ferramentas essenciais para que a inclusão possa acontecer.

Segundo Secchi, Coelho, e Valdemir Pires (2020), mesmo sem consenso no que se refere à definição de uma política pública, ela pode ser vista como:

[...] uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. [...] uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública.
Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante. (sem página).

De acordo com os autores, programas como o Minha Casa Minha Vida, o de distribuição de medicamentos gratuitos e a legislação que dá à mulher o direito de se aposentar cinco anos antes que os homens são políticas públicas de habitação, saúde e previdência social, respectivamente. Nesses exemplos, com exceção do relativo à Previdência social, o público-alvo são pessoas excluídas, no mínimo, pela baixa renda.

A pobreza é um problema que pode ser considerado o principal foco de combate das políticas públicas e de ações afirmativas. Wanderley (2020) argumenta que:

A pobreza contemporânea tem sido percebida como um fenômeno multidimensional atingindo tanto os clássicos pobres (indigentes, subnutridos, analfabetos...) quanto outros segmentos da população pauperizados pela precária inserção no mercado de trabalho (migrantes discriminados, por exemplo). Não é resultante apenas da ausência de renda; incluem-se aí outros fatores como o precário acesso aos serviços públicos e, especialmente, a ausência de poder. Nesta direção, o novo conceito de pobreza se associa ao de exclusão, vinculando-se às desigualdades existentes e especialmente à privação de poder de ação e representação e, nesse sentido, exclusão social tem que ser pensada também a partir da questão da democracia. (p. 23).

A exclusão mencionada acima diz respeito ao que vivem muitas pessoas trans, sem acesso à saúde, ao poder, à representatividade, à educação, aos direitos em geral. Mas na atualidade, pode-se afirmar que houve alguns avanços no que se refere a conquistas e esses avanços são relativamente recentes.

Em 2013, a delegada goiana, Laura de Castro Teixeira, fez sua cirurgia de redesignação sexual na Tailândia e tornou-se a primeira delegada trans do Brasil. Em 2020, Rayka Vieira Santos foi a primeira mulher trans a concorrer ao Miss Brasil Mundo. Nas eleições de 2020, de acordo com a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), foram eleitos quinze parlamentares – quatorze mulheres trans e/ou travestis e um homem trans (Davi Spilleir, 2020). Ainda nesse ano, Alexya Salvador se tornou a primeira mulher trans nomeada reverenda na América Latina (Franklin Felix, 2020) e em 2021, Jacque Chanel foi ordenada pastora e criou a primeira igreja trans do Brasil (Paula Rodrigues, 2021).

Esses dados podem e devem ser comemorados perante a realidade das pessoas trans em épocas passadas, mas estão longe de serem sinônimo de igualdade de direitos e de espaço.

Mello *et. al.* (2012) destacaram a dificuldade de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais conseguirem assegurar seus direitos sozinhos e apontaram a necessidade de “construir uma aliança com os setores não conservadores da sociedade, particularmente outros movimentos sociais, a fim de garantir liberdade sexual e de gênero [...]” (p. 158). Essa afirmação ainda é real, mas com o número de representantes eleitos, essas alianças têm mais possibilidade de existirem. Logo, as políticas públicas voltadas para a comunidade trans precisam ser enriquecidas dentro e fora das instituições para que no futuro essa representatividade seja ainda maior.

Dentro das políticas públicas estão as ações afirmativas, “políticas públicas feitas pelo governo ou pela iniciativa privada com o objetivo de corrigir desigualdades raciais presentes

na sociedade, acumuladas ao longo de anos. Uma ação afirmativa busca oferecer igualdade de oportunidades a todos.”²⁴, contudo, elas não se limitam a questões raciais.

A Coordenadoria de Ações Afirmativas da UFG desenvolve projetos que visam ao ingresso e à permanência de discentes pretos, pardos, indígenas, com deficiência e trans além de também garantir às pessoas transexuais e travestis o direito ao uso do nome social na instituição. As ações afirmativas no contexto universitário são instrumentos de cidadania, de luta contra o preconceito, a favor do processo de inclusão social.

Crochik (2011) afirma que há obstáculos para a inclusão, mas que isso não é algo que possa impossibilitá-la, mas se faz necessário conhecê-los a fim de bem lidar com eles. Segundo esse pressuposto, o preconceito não se manifesta apenas pela violência física, verbal ou psicológica: outra forma de manifestação do preconceito é a indiferença e a frieza:

Alunos e alunas trans relataram no primeiro colóquio LGBTI+ que a referida instituição realizou em outubro de 2019. Participantes revelaram que para alguns colegas de turma eles e elas são pessoas invisíveis já que, muitas vezes, as interações só acontecem quando professores insistem em trabalhos em grupo, mas fora daquele contexto, não há uma relação amigável, profunda, como acontece com as outras pessoas.

Essas afirmações vão ao encontro do que Crochik (2001) traz ao retomar a ideia de Allport referente à hipótese do contato, segundo a qual, para que esse traga algum avanço, algumas condições são necessárias, a saber:

frequência, diversidade, duração, o estatuto dos grupos dos membros em relação, se essa é competitiva ou cooperativa, se é de dominação ou de igualdade, se é voluntária, se é real ou artificial, o tipo de personalidade dos indivíduos e as áreas do contato. (p. 83-84).

Sem essas condições, o contato pode ser prejudicial ou, no mínimo nulo, não traz nenhum avanço quanto à minimização do preconceito. Crochik (2001) cita o trabalho de Maria Benedicta Monteiro, intitulado *Conflito e cooperação nas relações intergrupais*, no qual a autora retoma as conclusões de um estudo feito por Worchel *et. al* em que os autores afirmam que, nas palavras de Crochik:

[...] os indivíduos que trabalharam anteriormente em situação cooperativa, um novo trabalho nessa mesma situação independe do fracasso ou sucesso da atividade, no que se refere à alteração das relações grupais, enquanto que se em uma primeira situação os indivíduos trabalham em um contexto competitivo, o

²⁴De acordo com o site da UFAM - <https://proext.ufam.edu.br/dpa/sobre-acoes-afirmativas.html>

sucesso ou o fracasso de uma atividade realizada posteriormente em conjunto afeta a atração pessoal. (p. 84).

No contexto da inclusão esses resultados se mostram relevantes, pois, como mencionado anteriormente, essa vai além da permanência em uma sala de aula ou no local de trabalho. Ilustra a assertiva o exemplo da inclusão de pessoas com deficiência auditiva em alguns locais de trabalho. Se não houver a condição de comunicação por meio de LIBRAS ou de quaisquer sinais que sejam necessários, a situação poderia ser chamada de inclusão? Pode acontecer de o trabalhador com deficiência permanecer todo o horário sem contato, sem compartilhamento, sem cooperação.

No que se refere à população transexual, abrir as portas das universidades para ela exige, também, que sejam tomadas medidas para que haja de fato a inclusão e, principalmente para que as pessoas trans permaneçam na instituição e se graduem.

Ainda há outra forma de preconceito que Crochik (2011) chama de preconceito compensatório. O autor explica que:

O preconceito arraigado e oculto à própria pessoa que o desenvolveu pode levar à ambiguidade de sentimentos frente a seu alvo, que deveria ser aceito, respeitado, mas que no íntimo não o é. Assim, como uma maneira de ocultar ainda mais de si mesmo essa não aceitação do outro, exagera-se a defesa do que é hostilizado, forçando a sua inclusão em um grupo do qual o preconceituoso julga, sem poder afirmar manifestamente, que não deveria tomar parte. (p. 33).

Esse tipo de manifestação pode ser ilustrado com a preocupação exagerada com o outro, numa espécie de proteção, o que deixa implícito que ela precisa de cuidado por não ter capacidade. Essa necessidade de não deixar claro nem para si que o preconceito existe diz da estrutura de personalidade da pessoa, como deixa claro o autor, e dificulta a possibilidade de diálogo com essa visão e, conseqüentemente, a modificação dela.

Para Crochik (2001), “só a transformação social que elimine ou, ao menos, minimize a necessidade de competição e fortaleça a cooperação é capaz de eliminar o preconceito”, como revela o estudo da personalidade autoritária. (p. 84). Nesse sentido, outro ponto relevante e o incentivo à reflexão, ao questionamento, à informação e à visibilidade do tema.

Em outro trabalho (2011), o autor afirma, em relação às pessoas com deficiência, que:

Não bastam adaptações arquitetônicas e atitudes favoráveis dos que convivem na escola ou no trabalho com as pessoas que têm deficiência para que essas não

sofram preconceito, mas a ausência dessas adaptações e atitudes indica uma negligência, uma indiferença, que já é ofensiva a quem é esquecido; esse tipo de negligência é uma forma de preconceito expresso pela frieza das relações existentes. (p. 37).

Ao trazer essa ideia para o contexto da comunidade trans, se pode compreender que leis como a que regulariza o direito à cirurgia de redesignação sexual²⁵, a que faculta o direito do uso do nome social e da requalificação civil²⁶ ou a que criminaliza a transfobia e a homofobia²⁷ se tornam frágeis, se os preconceituosos insistem em usar o nome de batismo da pessoa que renunciou a ele, se humilham e constroem as vítimas ou se continuam transfóbicos sob alegação de que o problema de inadequação está no outro. Mas a falta dessas leis é pior, porque implica na não visibilidade de quem precisa delas, de quem se beneficia com elas e de quem tem a satisfação de ter a sua expressão e identidade de gênero reconhecidas.

2.3 A relevância da inclusão de travestis e transexuais no contexto universitário

No contexto nacional, desde seu surgimento, as universidades se mostraram elitistas e essa realidade mudou pouco em nosso país. Sob o prisma político, a população de baixa renda só pôde entrar nas universidades brasileiras a partir do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando alunos negros e de baixa renda ocuparam seus lugares: nas universidades públicas, graças à política de cotas; e nas universidades privadas, graças a programas como Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e Programa Universidade para Todos (Pro Uni).

Resende (2005) afirma que a universidade é um local de formação e que “a compreensão do espaço universitário deverá levar em conta sua relação com a sociedade e com a cultura na qual está inserido” (p. 55). No caso do Brasil, essa afirmação retoma o fato de que somente quando um ex-operário conquistou um lugar de poder, pessoas pertencentes a grupos excluídos começaram a ocupar com mais frequência os espaços universitários.

Não é possível desvincular as instituições de ensino superior do contexto social ao constatar-se que essas instituições são compostas por indivíduos socializados. Dessa forma,

²⁵ Portaria nº 1.370, de agosto de 2008. Nessa data a cirurgia era permitida somente para mulheres trans e em junho de 2019 o SUS passou a permitir a cirurgia para homens trans.

²⁶ Decreto 8.727 de abril de 2016 dá o direito ao nome social. Em março de 2018, a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275 passou a garantir a requalificação civil.

²⁷ Decisão aprovada pelo STF em junho de 2019.

por mais que nesses locais haja o ambiente propício para a formação intelectual, também haverá indivíduos dos mais variados pensamentos e comportamentos e, dentre eles, os preconceituosos e os objetos do preconceito.

Em outras palavras, encontra-se nas IES as mesmas contradições existentes fora delas, pois independente do conhecimento e da produção científica inerentes a elas também formam pessoas mal preparadas em relação à cidadania. Muitas delas intencionadas em manter as desigualdades existentes na sociedade ou no mínimo indiferentes à necessidade de mudanças. Um lugar que até o século passado não estava acessível a parcelas marginalizadas da população.

Isso fica claro na afirmação de Resende (2005): “[...] a maioria das pessoas que assume posições de destaque e poder em nossa sociedade já frequentou os bancos da universidade, inclusive aquelas envolvidas em fraudes, corrupções e crimes de todos os tipos.” (p.54). É importante, assim, que as minorias tenham ainda mais acesso às universidades para também ocuparem posições de destaque e poder em busca da defesa dos seus direitos.

Mas isso não é tarefa fácil e essa possibilidade de mudança que mexe com o funcionamento social pode ser experimentado como algo bastante desagradável pela minoria privilegiada. Arjun Appadurai (2009) faz uma relação entre a globalização e o aumento do ódio às minorias – ele partiu da análise da violência contra os muçulmanos, mas é possível relacionar o que ele afirma ao contexto discutido neste trabalho – e questiona o que leva as minorias a serem objeto de medo e de raiva ainda que relacionadas à “fraqueza política e militar” (p. 45).

O medo e a raiva podem estar relacionados diretamente à ameaça de uma mudança no sistema. Dessa forma, o autor afirma que:

Como abstrações produzidas por técnicas de recenseamento e procedimento, as maiorias sempre podem ser mobilizadas para pensar que estão em perigo de se tornar minoria (cultural ou numérica) e para temer que as minorias, pelo contrário, possam facilmente transformar-se em maioria (por meio do aumento simples da reprodução ou por meios legais ou políticos mais sutis). (p. 66)

A partir disso, Appadurai (2009) entende a globalização como facilitadora dessa possibilidade. No contexto nacional, o receio dessa mudança transpareceu no discurso do ministro da Economia Paulo Guedes ao afirmar que dólar alto era algo bom, pois quando estava barato, empregada doméstica estava indo à Disney (Manoel Ventura, 2020). Ainda que

se reestruture o discurso, o preconceito e a exclusão fazem parte das entrelinhas da fala do ministro e essa visão é comum a outras pessoas que não veem a divisão de privilégios como algo bom.

Vagas em universidades públicas entram nesse contexto e não cabe mais à realidade brasileira que estejam a serviço de uma minoria de privilegiados. Nesse sentido, Resende (2015), em referência a Ribeiro (1962), afirma que “A universidade é importante na formação de cidadãos; por isso ela deve ser livre e acessível a todas as correntes, buscar permanentemente novos conhecimentos e nunca se atrelar a nenhuma doutrina.” (p. 57).

Por esse prisma para que a Universidade consiga atingir o objetivo de formar cidadãos, estes precisam não apenas ingressar na instituição, mas permanecerem nela, pois se não houver a assistência necessária, a evasão se torna um obstáculo para a inclusão. As políticas de inclusão da população trans devem, pois, estar atentas às necessidades específicas dessa comunidade a fim de que a permanência seja uma realidade. Dentre essas a falta de emprego e, muitas vezes, de apoio familiar e problemas emocionais advindos dessa realidade e do preconceito vivenciado ao longo da vida.

Salles e Silva (2008) discutiram o preconceito nas escolas, mas é possível trazer a reflexão que fizeram para a realidade do curso superior. De acordo com as autoras:

Nas escolas, os adolescentes e jovens interagem com outros, adolescentes e jovens, que são diferentes deles ou de seu grupo de referência em função, entre outros aspectos, da cor, da sexualidade, da nacionalidade, do corpo, da classe socioeconômica. No espaço escolar essa interação com o diferente, quando não é problematizada, se dá por meios de relações interpessoais pautadas por conflitos, confrontos e violência. (p. 150).

Diante disso, a inclusão e permanência da comunidade trans no ensino superior pode se relacionar com a forma como tem sido recebida dentro das instituições. O ambiente deve, portanto, ser preparado para receber cada vez mais discentes transexuais e travestis, de modo a tornar o ensino superior nas IES públicas continuamente democratizado.

Dias (2012) aponta quatro objetivos principais com os quais as finalidades básicas da Educação Superior devem estar relacionadas. São eles:

1. A elaboração de conhecimentos novos (função de pesquisa), o que implica também fazê-los progredir e cuidar de sua aplicação;
2. A educação e a formação de pessoal altamente qualificado (função de ensino);
3. A participação ativa no progresso da sociedade, inclusive pela prestação de serviços à sociedade, principalmente por meio de sua contribuição ao

desenvolvimento sustentável, à melhoria da sociedade (extensão) e à criação e difusão da cultura;

4. A função ética, que implica o desenvolvimento da capacidade de crítica social, favorecendo a formação integral e a formação de responsáveis capazes de iniciativas, aptos para o diálogo e para a construção de uma sociedade. (p. 72)

Nesse sentido, a inserção da comunidade trans é bastante relevante, pois essa comunidade também tem muito a oferecer e a receber no que se refere ao ensino, pesquisa e extensão. Devem fazer parte da produção de conhecimento e usufruir desse. O autor ainda afirma que: “se articular mais profundamente com a sociedade e sua ação, para ser considerada de qualidade, tem de ser pertinente ou relevante, ou seja, deve visar à solução dos problemas mais importantes da sociedade, nos âmbitos local, nacional ou internacional” (p. 72-73), e a exclusão social é um desses problemas que exige a busca por soluções.

As políticas públicas são possibilidades de solução de atenuação das desigualdades promovidas pela exclusão, pois oferecem às pessoas trans a oportunidade de buscar profissões que possam oferecer a elas mais qualidade de vida e menos vulnerabilidade, o que não acontece na prostituição. Essas políticas não garantem que todas as pessoas trans ocuparão as IES, assim como não acontece com negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, contudo, permite que possam, caso queiram, estar lá, ou seja, fazem com que o ambiente acadêmico não seja um lugar inatingível.

2.3.1 a inclusão das transidentidades na Universidade Federal de Goiás.

A Universidade Federal de Goiás foi criada em 14 de dezembro de 1960 e, segundo o ranking da *Times Higher Education* de 2021, é a melhor de Goiás, ocupa a 24ª posição dentre universidades do país e a 44ª posição entre as instituições da América Latina. Possui, de acordo com divulgação da própria instituição em 2019, mais de 30 mil alunos matriculados em 156 cursos de graduação e mais de 10 mil alunos na pós-graduação.

Até 2015, segundo jornal da instituição, havia 16 alunos que se reconheceram na condição de trans. Além disso, de acordo com a Coordenadoria de Ações Afirmativas (CAAF), de 2014 a 2020, 54 discentes usaram o nome social e já atualmente, 30 discentes fazem uso dele na instituição. Contudo, a comunidade trans na UFG pode ser maior, pois o Provimento nº 73, do Conselho Nacional de Justiça, publicado em junho de 2018 permite às pessoas transgênero alterarem nome e gênero diretamente nos cartórios e, assim, não há a necessidade do uso do nome social.

Importante ressaltar que esses dados foram obtidos em plena pandemia, via e-mail da CAAF para a pesquisadora, num momento em que não era possível pesquisar “in loco”, em razão dos protocolos de distanciamento social e do trabalho remoto.

Esse número é claramente ínfimo perto da comunidade acadêmica da UFG. Mas essa instituição não é indiferente ao papel importante que tem na sociedade e à importância de minimizar os problemas que se relacionam com temas que envolvem gênero e sexualidade.

Em 1999, foi criado pela professora Mariluzza Terra, da Faculdade de Medicina, o Projeto Transexualidade (TX) ²⁸, ligado ao Hospital das Clínicas, que oferece acompanhamento psicológico à comunidade trans e realiza a cirurgia de redesignação sexual – a reconstrução dos genitais e retirada ou implante dos seios. O projeto é referência regional, nacional e internacional e já realizou cirurgias em mais de 80 pessoas; passa, no entanto por algumas dificuldades como a falta de profissionais que redundou em sua paralização por dois anos, e somente em 2016 retomou suas atividades.

No final de 2006 foi criado o Núcleo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Gênero e Sexualidade, Ser-Tão, vinculado à Faculdade de Ciências Sociais da própria instituição; é composto por professores, estudantes e representantes de entidades civis interessados no tema e oferece ao público em geral, na página do núcleo, uma biblioteca virtual com variadas publicações entre livros, artigos, dissertações e teses.

Em razão da pandemia, as informações sobre o Ser-Tão foram enviadas por e-mail à pesquisadora:

A ideia é que o Núcleo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (Ser-Tão), possa também dar o devido lugar às dimensões de extensão e ensino que já integram boa parte do nosso trabalho na Universidade. Ao longo destes mais de 10 anos de atuação, estivemos envolvidas/os com diferentes atividades, seja estritamente no âmbito acadêmico, como também em ações voltadas para a comunidade externa. Logo, nossa atuação não se deu somente a partir de estudos e pesquisas em gênero e sexualidade, mas também através de aulas na graduação e pós-graduação, de ações de extensão, atividades formativas e intervenções voltadas à promoção da equidade de gênero e garantia de direitos sexuais.

E as atividades do Núcleo não cessaram durante a pandemia:

²⁸ Foi criado com o nome de Projeto Transexualismo, mas por causa da mudança da nomenclatura passou para Projeto Transexualizador e, atualmente, tem o nome de Projeto Transexualidade. vide <https://www.ufg.br/search?utf8=%E2%9C%93&search=Projeto+Transexualidade>

Buscando dar continuidade às atividades do Ser-Tão, diante do cenário de adversidade, que nos impõe o distanciamento e a impossibilidade de realizarmos eventos presenciais, temos utilizado as redes sociais para fortalecer as nossas parcerias, divulgar conhecimento, discutir temas pertinentes ao nosso campo, mas também relacionados ao COVID-19, privilegiando os lugares de fala daquelas/es que são marcadas/os pelas diferenças de raça, gênero e sexualidade. A inclusão do arco-íris na tarja da nossa logomarca se refere a este lugar de fala que desejamos destacar neste momento.

Outro ponto positivo é a existência da CAAF, que se dedica a propor e criar políticas de ações afirmativas, cuja resolução de criação foi aprovada na reunião do Consuni do dia 23 de maio de 2014. Dentro dessa coordenadoria há a Coordenação de Inclusão e Permanência (CIP), que, dentre outras iniciativas desenvolve projetos de ações afirmativas e inclusão para o ingresso e a permanência dos discentes na instituição.

Em 2014 foi aprovada no Conselho Universitário a Resolução nº 14/2014 que assegura a servidores, estudantes e usuários da universidade a possibilidade de uso e de inclusão do seu nome social nos registros oficiais e acadêmicos. Em março de 2021 a solicitação do uso de nome social passou a ser feita pelo SEI .

Em 2015, após o ENUDSG (Encontro Nacional em Universidades Sobre Diversidade Sexual e de Gênero), que aconteceu na UFG, foi iniciada a criação do Prepara Trans, um cursinho popular e gratuito direcionado à preparação da comunidade trans para ENEM e vestibulares. O projeto foi criado por discentes e docentes da UFG e é vinculado à Faculdade de Ciências Sociais, mas acontece no prédio da Faculdade de Educação.

Em 19 de maio de 2017, foi aprovada a Resolução Consuni nº 12/2017 que regulamenta a criação de uma comissão permanente de acompanhamento de denúncias e processos administrativos relacionados a questões de assédio moral, sexual e preconceito no âmbito da UFG, de acordo com o parágrafo único, Art. 2º:

Considera-se assédio moral a prática abusiva, explícita ou velada, que se manifesta por meio de gestos, palavras e atos e que desrespeita, de forma sistemática e frequente, a integridade física e/ou psicológica de uma pessoa ou grupo, na relação entre membros da comunidade universitária, tais como:

- I- chefe e subordinado/a;
- II- professor/a e estudante;
- III- colegas de igual nível hierárquico;
- IV- um/a ou mais subordinados/as em relação à chefia;
- V- e outras relações.

Soma-se a essa resolução o trabalho ativo da Ouvidoria da UFG, responsável por receber denúncias de assédio e discriminação. Além dessas iniciativas, existe também a assistência estudantil, sob responsabilidade da PRAE/UFG, que disponibiliza aos discentes: bolsa alimentação; moradia estudantil; bolsa permanência; e assistência psiquiátrica e psicológica no Programa Saudavelmente²⁹.

Um evento relevante para a comunidade trans da instituição foi o 1º Colóquio LGBTI+, que aconteceu nos dias 16 e 17 de outubro de 2019. De acordo com o Relatório de Atividades Desenvolvidas, também enviado por e-mail à pesquisador pela professora Marlini Dorneles, Coordenadora da CAAF:

O evento voltado para a atenção, escuta e visibilidade da população LGBTIs+ da UFG fez parte da Programação do 16º Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão da UFG (CONPEEX), onde ocorreu o I COLÓQUIO LGBTI+ da UFG, fruto das demandas que essa população apresenta, principalmente das pessoas não-binárias, transexuais e das travestis. Com o tema: PELO DIREITO AO BEM VIVER, pensado e desenvolvido junto ao Coletivo TransAção, visou não apenas reunir essa população para ouvi-la, mas sobretudo para pensar em estratégias que de fato venham trazer dignidade para cada pessoa. (p. 1).

A partir desses dois dias de encontro, foi realizada uma lista de encaminhamentos e ações previstas, a saber:

1. Que a PRAE busque se adequar as novas realidades estudantis, com análise interseccional da pessoa para fins de atendimento assistencial, como atendimento psicológico especializado.
2. Buscar meios de termos ao molde da UNB, uma coordenadoria voltada exclusivamente para o atendimento e acompanhamento das Mulheres e da população LGBTI+ da UFG.
3. Mobilizar novamente o Coletivo TransAção, com reuniões presenciais quinzenais ou semanais dependendo da necessidade. Com isso pensarmos juntas em estratégias para combater toda forma de preconceitos, injustiça, discriminação e LGBTIfobia. Unindo forças com a CAAF/CIP e PRAE, bem como outros órgãos estratégicos da UFG e HC, para que o atendimento da população de Transexuais e Travestis, permaneça, se fortaleça e criem planos de melhorias, bem como que venha a se expandir. (p. 4)

Em razão do início da pandemia e à dificuldade de contatar discentes pertencentes à comunidade trans, não é possível, no momento, afirmar o que foi e o que não foi realizado. Apesar disso, essas iniciativas revelam que a universidade está atenta às necessidades da comunidade trans, pelo menos do ponto de vista legislativo, mas há muito ainda por ser feito a

²⁹ Informações disponibilizadas para a comunidade LGBT no Portal da UFG. Vide Referências.

fim de que o número de discentes trans aumente e que a universidade seja percebida pela maioria como um lugar seguro e acolhedor. Desse modo, cabe perguntar o que ainda pode ser feito para que a instituição se torne ainda mais acessível à comunidade trans. É possível inferir que muitos obstáculos foram ultrapassados por esses 30 discentes atuais para que chegassem à universidade, contudo, é importante conhecer ainda mais os obstáculos que estão dentro do espaço universitário.

Compreender como o preconceito se mostra, quais condições e situações, palavras e ações são extremamente necessários para combatê-lo e ouvir a percepção de discentes travestis e transexuais em relação a essa questão também ajuda a entabular estratégias com o mesmo objetivo. Então, a partir do que foi encontrado ao final da pesquisa esse trabalho pode cooperar com a criação de mais ações direcionadas a discentes e servidores técnicos-administrativos a fim de transformar cada vez mais a instituição analisada em um “instrumento de construção da democracia”. (Mello *et al.* 2009, p. 292).

Para mensurar o impacto histórico da exclusão na vida das pessoas trans e a importância do processo de inclusão para que a dívida advinda dessa exclusão comece a ser reparada, torna-se necessário analisar como esse processo está acontecendo nas instituições sociais, dentre elas, as universidades. A instituição analisada nesta pesquisa é a Universidade Federal de Goiás, o levantamento sobre o que a referida instituição oferece à comunidade trans foi realizado neste capítulo e o próximo traz a análise da percepção dessa comunidade acerca da inclusão vivenciada na UFG.

Capítulo 3. A inclusão de travestis e transexuais na Universidade Federal de Goiás

Esse capítulo aborda o desenvolvimento prático do trabalho no âmbito universitário com as intercorrências e algumas considerações que se façam necessárias para análise da percepção da comunidade acerca da inclusão na UFG.

3.1 A pesquisa

O presente trabalho é uma pesquisa qualitativa. Inicialmente realizou-se um levantamento bibliográfico relacionado aos temas: transexualidade, travestilidade, universidade, preconceito e inclusão em áreas multidisciplinares. Também se analisou documentos da UFG publicados no site da instituição e relacionados às ações afirmativas e em especial as que envolvem discentes trans.

A relação indivíduo e sociedade é importante para a compreensão da temática. Várias áreas de conhecimentos estudam essa relação, entre elas, a Psicologia Social. Para esta:

(...) a relação recíproca entre o indivíduo e seu meio social: de um lado, trata do impacto que as pessoas exercem em seus amigos, familiares, colegas e até em desconhecidos. Por outro, estuda a maneira como cada um de nós é influenciado pelos outros no que diz respeito a nossos sentimentos, experiências e comportamentos. (Günther 2011, p. 58).

Por esse prisma, a universidade, como instituição social é o foco da pesquisa – em especial as relações entre discentes, entre docentes e discentes, entre técnicos e discentes, bem como o impacto que a UFG exercer na vida de uma parcela de alunas e alunos, enfim a influência na vida desses discentes de tudo o que é vivenciado no ambiente universitário.

Hartmut Günther (2011) argumenta que há três formas principais de estudar e compreender o comportamento humano dentro da psicologia social empírica, a saber:

1. observar o comportamento que ocorre naturalmente no âmbito da vida real;
2. criar situações artificiais e registrar o comportamento diante de tarefas definidas para estas situações;
3. perguntar às pessoas sobre o que fazem, pensam ou experienciam acerca de algo no passado, no presente ou no futuro. (p. 58)

Dentre as três, a última é a que mais se relaciona com essa pesquisa, pois para realizá-la é necessário conhecer a percepção das alunas e alunos trans, o que elas e eles experienciam na Universidade no que se refere à inclusão. Busca-se compreender se o que a universidade

oferece, se tem atingido o objetivo de democratizar o ensino superior, em especial para as pessoas trans.

A metodologia qualitativa foi escolhida por valorizar a análise de microprocessos por meio de estudos que levam em consideração o individual e o grupal (Heloisa Helena T. de Souza Martins, 2004). De acordo com a autora, os críticos dessa metodologia apontam a dificuldade de que a representatividade dos sujeitos da pesquisa qualitativa possa ser generalizada. Tal circunstância não é vista aqui como problema, ainda que não seja possível a generalização, frisa-se. O foco é contribuir para a melhoria da realidade de inclusão e permanência na instituição do grupo em análise e até constituir-se o estudo em ferramenta de prevenção da problemática discutida nos capítulos anteriores. Conhecer os universos individuais é importante para mapear o que ocorre no grupo. A experiência individual, portanto, deve também ser valorizada.

Minayo (2012) apresenta dez pontos que envolvem a abordagem qualitativa:

- a) conhecer o que estrutura a pesquisa qualitativa;
- b) definir o objeto como forma de pergunta ou uma sentença problematizadora;
- c) delinear as estratégias de campo;
- d) observar os processos que ocorrem no cenário da pesquisa;
- e) ter em mente teoria e hipótese, mas estar aberto para questioná-las;
- f) organizar o material e domínio de conhecimento empírico;
- g) construir a tipificação do material recolhido e ter capacidade para realizar a transição entre o conhecimento empírico e a elaboração teórica;
- h) “exercitar a interpretação de segunda ordem”, pois de posse da material existe a possibilidade de ter que buscar novos conhecimentos, além disso, a interpretação precisa ser fiel ao que foi dito pelos entrevistados;
- i) produzir conteúdo acessível, fiel e contextualizado;
- j) garantir os critérios de fidedignidade e de validade. (pp. 621-626).

A partir disso, os passos que a autora traz nortearam esse trabalho: a busca pela experiência e vivência das/dos entrevistadas/os e pela compreensão e interpretação do que trouxeram. Dentro desse primeiro passo, a autora traz que “o verbo principal da análise qualitativa é compreender.” (p. 623). Essa compreensão, de acordo com Minayo, exige a prática da empatia. É necessário, pois, estar atento à individualidade do sujeito, mas também ao contexto histórico em que ele se insere. É nesse sentido de compreensão que as entrevistas foram feitas, pois existe o interesse em escutar as experiências de cada participante, com atenção às passagens alegres e às tristes também.

A questão norteadora da pesquisa é: qual a percepção das alunas e alunos trans acerca da inclusão na UFG?

Buscou-se compreender o processo de inclusão de pessoas trans na UFG por meio de entrevistas, portanto a amostra da pesquisa é composta por alunos/as trans da UFG. A fundamentação teórica para análise dos dados, frisa-se, é a Teoria Crítica da Sociedade.

A ordenação e a organização do material foram feitas com a preocupação de aproximar os dados trazidos pelas entrevistas e de facilitar a transição entre o que a autora chama de empiria e de elaboração teórica e de não contaminar os relatos; o exercício da interpretação dos chamados relatos de segunda ordem proporcionou a adição de determinadas obras e exclusão de outras para conferir ao trabalho mais concisão e clareza, ao buscar compreender o contexto que embasa as histórias de vivências dos discentes.

O texto foi produzido com a intenção de ser contextualizado e acessível para transmitir as informações e impressões de forma fidedigna e válida em relação aos achados nas entrevistas e reconhecer que as alunas e alunos participantes trouxeram uma verdade, mas não a única, como afirma Minayo. O caminho trilhado durante a pesquisa bem como as dificuldades encontradas foram expostos a fim de que nortear outras/os pesquisadoras/os e inspirar novos estudos.

Além dos passos mencionados por Minayo, as orientações de Goldenberg (2004) relativo à análise e ao relatório final na pesquisa qualitativa também foram seguidas nesse terceiro capítulo, principalmente no que se refere às dificuldades encontradas na realização da pesquisa.

3.2 A amostra e os participantes

A pesquisa traz uma amostra de conveniência composta por alunos/as trans da UFG, como citado anteriormente. As entrevistas foram feitas com quatro alunos e alunas transexuais e travestis, maiores de 18 anos, matriculados a partir de 2016 em variados cursos de graduação, que aceitaram participar da pesquisa e que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice B), em que constam informações sobre o procedimento da pesquisa, com captação de áudio, o tempo para o desenvolvimento da entrevista, o sigilo envolvido e os riscos previstos, que envolvem possíveis desconfortos emocionais, constrangimentos, e/ou mobilização de questões e de conteúdos internos, o que poderá levar a alguma crise emocional.

O TCLE foi enviado por e-mail e três participantes responderam-no com o termo assinado e escaneado; o TCLE da quarta participante foi entregue presencialmente.

Em decorrência da pandemia de Covid-19 e da suspensão das aulas presenciais, ocorreram muitas dificuldades para conseguir dados na UFG sobre os alunos e alunas transexuais e travestis, bem como o contato com os discentes participantes.

Um ponto de partida seria obter o quantitativo de alunos que solicitaram o nome social na UFG, dados estes antes de responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD – mas, atualmente sob a responsabilidade da CAAF. Os contatos por e-mail se mostraram bastante morosos como se comprova pela demora em obter as respostas necessárias.

Outra dificuldade foi a paralisação das aulas presenciais e falta de convivência no campus em razão das medidas sanitárias provocadas pela pandemia de Covid-19. Como alternativa buscou-se anotações referentes aos quatro contatos realizados pela pesquisadora no 1º Colóquio LGBTI+ da UFG, em outubro de 2019, no entanto, somente um mantinha o número de telefone ativo.

A alternativa seguinte foi buscar participantes nas redes sociais, como Instagram e Facebook; solicitou-se indicações a servidores – sem receber resposta – e discentes, via e-mail institucional e vias mais informais, como *WhatsApp*; conseguiu-se o apoio do Programa Saudavelmente, que enviou uma mensagem de *WhatsApp* aos contatos vinculados ao programa.

No projeto enviado para apreciação do Comitê de Ética a proposta era da realização de cinco (5) entrevistas, mas em razão das dificuldades já citadas foram realizadas quatro (4).

Como critérios de inclusão estão alunos e alunas de graduação da UFG, atualmente matriculados ou desligados há menos de dois anos, que se apresentam como transexuais ou travestis e que sejam maiores de 18 anos; e critérios de exclusão, alunas e alunos de qualquer outra IES e/ou menores de 18 anos.

A identificação dos entrevistados nesse trabalho traz os seguintes nomes: Kim, Aly, Samuel e Cris.

Kim tem 26 anos, mulher negra, que reivindica a travesti como identidade de gênero, como um posicionamento político. O curso da graduação é na área de Exatas e não tem um período fixo. Não tem renda fixa, às vezes consegue trabalhos como aulas particulares e reparos de roupas, o que gera uma renda aproximada de 700,00.

Aly tem 25 anos, se apresenta como pessoa trans não-binária, que não se identifica nem como homem nem como mulher. Cursava graduação na área de Humanas e não estava em um período fixo. Desligou-se da UFG no final de 2019. Trabalha como tatuador e tem uma renda mensal que se aproxima de 1.000,00.

Samuel tem 23 anos, pessoa trans não-binária, pois se percebe em um ponto entre os gêneros feminino e masculino. A graduação é na área de Humanas e não tem um período fixo. Trabalha em *call center* e tem uma renda mensal de um salário-mínimo.

Cris tem 19 anos, se identifica como homem trans, mas se vê também como pessoa não-binária, ainda que aceite ser tratado no masculino. A graduação de Cris é na área de Exatas e cursava o segundo período; ingressou na universidade duas semanas antes do início da pandemia e da suspensão das aulas presenciais. Não tem renda fixa, às vezes trabalha como *freelancer* com aulas particulares.

3.3. As entrevistas

Foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturada, previamente agendada por contato telefônico ou por mensagens de *WhatsApp* e realizadas em razão da pandemia, frisa-se, de forma on-line, de forma sincrônica, como defende Uwe Flick (2013), por vídeo chamada pela plataforma *Google Meet*, com captação de áudio e com a duração máxima de 60 minutos. Contudo, as entrevistas dos discentes mais novos duraram menos tempo. Como consta no TCLE, os documentos assinados pelas pessoas entrevistadas, bem como o áudio e a transcrição das entrevistas, permanecerão arquivados sob a responsabilidade da pesquisadora, por cinco anos e serão apagados e destruídos após esse período.

A opção pela entrevista semiestruturada se deu porque “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]”³⁰. Para Manzini (2004), é caracterizada pelo uso de roteiro e exige planejamento das questões que possam atingir os objetivos da entrevista. Além disso, a entrevista semiestruturada é, de acordo com o mesmo autor, indicada para:

(...) buscar informações sobre opinião, concepções, expectativas, percepções sobre objetos ou fatos ou ainda para complementar informações sobre fatos ocorridos que não puderam ser observados pelo pesquisador, como acontecimentos históricos ou em pesquisa sobre história de vida, sempre lembrando que as informações coletadas são versões sobre fatos ou acontecimentos. (p. 4)

No caso desta pesquisa, o roteiro de entrevista tem como objetivo conhecer a realidade social dos alunos e alunas e a percepção que têm acerca da chegada e da permanência na instituição, por meio de narrativas trazidas por cada discente. Essa segunda parte, mais

³⁰Triviños (1987) apud Manzini (2004).

subjetiva, também pode ser analisada tanto do ponto de vista individual quanto do coletivo, pois algumas experiências podem ser vistas como recorrentes na vida de muitas pessoas da comunidade trans, como a questão do preconceito.

Pollak (1992) afirma que:

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. (p. 204)

Nesse sentido, a memória coletiva também pode ser resgatada. Em contrapartida, com a narrativa, corre-se o risco de uma espécie de atualização dos sofrimentos vividos. Sobre esse tipo de atualização, Delia Catullo de Goldfarb (2004) recorre a Piera Aulagnier cuja visão diz da constituição histórica do eu sobre o tempo e sobre a memória. No tocante à questão da relação entre a emoção atual e a outra que foi experimentada em situação anterior, ela afirma que:

Ambas guardam entre si uma relação tal de re-vivência, que quase consegue abolir o tempo que distancia uma da outra, ao ponto de serem sentidas como se fossem a mesma; assim, uma intensidade que parecia perdida retorna provocando a avalanche da memória, pois um traço na emoção presente provoca um investimento na mesma lembrança que já provocara esse tipo de emoção. Este acontecimento que apaga o tempo entre uma e outra experiência terá como consequência algum tipo de modificação em ambas; assim, a emoção atual achará sua causa, e a passada sua resignificação. Quando, ante algum estímulo presente e sob os efeitos de alguma emoção, as pessoas lembram de qualquer fato do passado, geralmente referem-se a isso dizendo que sentiram-se iguais à ocasião em que tal fato aconteceu. (p. 98-99).

É um risco previsto, embora pequeno perto da importância de valorizar as narrativas, de oferecer um lugar de escuta, de inquietação e de interesse pelas experiências e pelo bem-estar dos alunos e alunas.

No livro *Vidas Trans – A coragem de existir*, a professora Jaqueline Gomes de Jesus, uma mulher trans, traz uma fala que pode ilustrar esse passado que não passa, pois se atualiza frequentemente:

Mas quem ouve a pessoa trans? — Age-se como se não falássemos. Quem a lê? — Age-se como se não escrevêssemos... É contumaz que terceiros (geralmente cis) falem por nós, iniquamente, sem considerar nossos pontos-de-vista, nossa visão de mundo, nosso protagonismo em todas as suas expressões. Somos tão estigmatizadas. Silenciadas. Ridicularizadas. Violentadas. Invisibilizadas. O machismo e a transfobia nos perseguem, ferem e causam sofrimento (Moirá, *et. al.* 2017).

E é exatamente esse contexto que não queremos reproduzir, por isso, apesar de a busca pelas entrevistas ter sido percebida como a parte do trabalho mais complexa e até mesmo desgastante, insistiu-se nelas para ouvir de cada aluno e aluna, suas experiências e vivências. A experiência diz do que “o ser humano apreende no lugar que ocupa no mundo e nas ações que realiza. O sentido da experiência é a compreensão: o ser humano compreende a si mesmo e ao seu significado no mundo da vida³¹” e a vivência “é o produto da reflexão pessoal sobre a experiência”. (Minayo, 2012, p. 622).

Fato a se considerar é que o tempo entre a anuência da UFG e a realização das entrevistas foi exíguo, o que impactou as fases seguintes de análises e apresentação da dissertação pois esgotava-se o prazo regulamentar para conclusão do mestrado, como consequência das dificuldades apresentadas anteriormente e sequenciadas no Apêndice A.

3.4 A análise

Inicialmente, é necessário destacar, como orienta Goldenberg (2004), a relevância dessa pesquisa. A importância desse trabalho se pauta na necessidade das pessoas trans de usufruírem dos direitos que lhe são próprios e ao mesmo tempo negados em decorrência do preconceito e da exclusão. Essa realidade revela que os interesses da comunidade trans não são prioridade para as pessoas cis, logo, para se conseguir a maior representatividade de travestis e transexuais na sociedade, é necessário voltar o olhar para a situação da inclusão nas formas mais variadas. A escolha, neste trabalho, foi pela análise da inclusão no ensino superior com foco na Universidade Federal de Goiás.

Como destacado no Capítulo II, a UFG está atenta à inclusão e à permanência da diversidade de forma geral, não só em relação à comunidade trans, mas a todas as minorias. De forma sucinta, tudo que há na instituição está direcionado a todos os discentes que necessitam da assistência disponível, como a CAAF, o Prepara Trans, a Resolução Consuni nº 12/2017, a Moradia Estudantil e as Bolsas Permanência e Alimentação. Já a Resolução

³¹ Heidegger apud Minayo (2012).

Consuni nº 14/2014 se refere especificamente à comunidade transgênero, não apenas alunos, mas servidores docentes e técnicos.

O ingresso de discentes trans na Universidade ainda não é algo naturalizado, contudo, no que se refere ao contexto da UFG, o número de discentes transexuais e travestis tem aumentado. Como mencionado anteriormente, segundo dados do CAAF enviados por e-mail à pesquisadora, o número atual de discentes que fazem uso do nome social é 30, contudo pode ser que esse número seja maior, ao considerar-se a possibilidade de retificação do nome em cartório e o fato de quem nem todas as alunas e alunos trans solicitam o uso desse nome na instituição, como mostram as entrevistas de Cris e de Samuel.³²

Os programas, as bolsas, as resoluções são criados com o objetivo de tornar a estada do aluno na universidade algo possível, mas não podemos desconsiderar a realidade dos alunos e alunas anteriores e fora da instituição. A análise das entrevistas revelou que a relação com a família, o tempo de vínculo com a instituição e o contexto social interferem diretamente na permanência das alunas e dos alunos na universidade, pois a depender dessas variáveis, vai haver maior ou menor demanda em relação à instituição.

No que se refere à moradia estudantil, somente uma das pessoas entrevistadas faz uso dela. Em relação às bolsas, duas pessoas conseguiram esses benefícios, sendo eles Programa Alimentação e Auxílio Permanência. Quanto ao nome social, três pessoas fizeram ou fazem uso dele, sendo duas pelas vias legais, matrícula ou processo, e a terceira de forma indireta, por contato com a coordenadora do curso. O Programa Saudavelmente também é percebido como algo que oferece bem-estar, saúde mental e acolhimento, como destacou Samuel.

Aly ingressou na UFG já com conhecimento sobre a resolução do nome social. Fez o cursinho Prepara Trans e foi auxiliado por amigos que o orientaram quanto aos trâmites necessários, realizados pós-matrícula. Demorou um pouco para o nome social constar no sistema, mas na primeira semana de aula, uma das professoras do curso *“foi super receptiva”* e trocou o nome na chamada, o que deixou Aly muito feliz. Kim informou que o registro do nome social aconteceu no ato da matrícula. Questionada se não foi necessário buscar o Centro de Gestão Acadêmica – CGA, afirmou que *“Não precisei, mas assim, é, isso porque eu falei, no ato da matrícula pro, pra pessoa que me atendeu na época, que eu queria ser tratada pelo meu nome, né?”*

Samuel continua com o nome de registro na lista de frequência, ainda tem algumas dúvidas se o nome social seria totalmente aceito, mas na empresa onde trabalha já fez a solicitação do uso do nome social e lá está tudo regularizado. Em relação à faculdade, afirma

³² Os nomes foram modificados para preservar a identidade das pessoas entrevistadas.

que alguns colegas respeitam o nome que escolheu e que lhe representa melhor enquanto outros insistem no nome de registro. Outro ponto que ficou claro é a falta de conhecimento sobre a solicitação do nome social na UFG:

Samuel: Eh, eu, eu não pedi justamente porque como tá...Ahn...as aulas estão à distância, tão aula remota... Ahn, eu não tive ainda a coragem ainda de falar com os professores a respeito disso, ou eu não saberia como, porque também às vezes eu sou muito tímido pra dizer as coisas e, e buscar as informações. Se tivesse um período presencial, eu acho que eu me sentiria mais seguro nesse ponto. Porém, é, eu vi que tinha uma colega minha, que também ela era trans na sala e na chamada ainda continuava o nome dela de registro. Então, não era uma coisa só minha. É minha e de outras pessoas também. É, agora eu não entendo por que que ela não pediu. Porém eu, eu não sabia muito bem como pedir a mudança para o nome social. Na minha empresa eu já pedi a mudança para o nome social. Porém, as pessoas que já conviviam comigo ainda elas tratam ainda no nome de registro ainda.

A fala de Samuel revela que mesmo com a existência da Resolução Consuni nº 14/2014, há falta de informação relacionada aos procedimentos para solicitar o uso do nome social. Nesse sentido, pode-se afirmar que não basta disponibilizar a Resolução, faz-se necessário torná-la mais próxima da comunidade acadêmica.

Cris ingressou na UFG em 2020 e não foi matriculado com o nome social, contudo, o nome escolhido está sendo usado pelos professores na lista de frequência mesmo sem ter aberto um processo, como determina a Resolução Consuni nº 14/2014. Questionado sobre a necessidade de precisar avisar aos professores sobre a mudança de seu nome no início de cada semestre, afirmou o seguinte:

Cris: Do, dos professores? Bom, eu não sei, eu não sei como, mas eu acho que os professores já sabem, porque no primeiro semestre eu tive que enviar e-mail pra todos os professores, enviar e-mail pro coordenador e o coordenador repassar pros professores. E aí, nesse segundo semestre, eu não precisei avisar em nada. Na chamada aparece meu nome social e não meu nome morto. Então, eu acho que rolou uma comunicação entre a coordenação e os professores em relação a isso.

O caso de Cris também pede atenção, porque é a pessoa interessada que deve dar início ao processo de nome social na UFG. Essa realidade que ele apresentou pode ser interpretada como um avanço, pois a opção pelo uso do nome social não necessitou da abertura de um processo ainda.

Contudo, como ingressou na instituição pouco antes do início da pandemia da Covid-19 no Brasil, caberia uma análise mais ampla; e também a entrevista com coordenação e direção a fim de verificar se a ausência da necessidade do processo se deu em decorrência da suspensão das aulas e das atividades presenciais em geral, pois só em março a abertura do processo para uso do nome social passou a ser feito direto pelo SEI; ou se seria consequência, por exemplo, do espaço que a CAAF tem, desde 2018, no Curso de Docência no Ensino Superior promovido pela UFG do qual todos os professores e professoras recém-concursados devem participar³³:

Nesse curso, em 2020 foram ofertados 10 encontros, então não há a obrigatoriedade da participação dos novos docentes no encontro *O respeito às diferenças*, ministrado pela professora Marlini Dorneles, pois (eles devem comparecer à sete, no mínimo). Essa realidade revela que deve existir interesse prévio do docente em relação a essa temática e das ações que a Universidade vem promovendo, como: as tendas Diversidade, Inclusão e Acessibilidade no Espaço das Profissões e no CONPEEX; campanhas de atenção à saúde do homem e da mulher cis e trans, nos dois *campi*; a realização de reuniões com o objetivo de melhorar a divulgação e o fluxo do uso no nome social na UFG, e do 1º Colóquio LGBTQI+.

Ainda com relação ao nome social, Aly e Kim tiveram problemas com um erro que houve no sistema e que fez o nome de registro aparecer na chamada e na listagem do RU, mas afirmaram que conseguiram resolver essa situação facilmente, sem grandes constrangimentos, como mostram os seguintes trechos:

Aly: *Olha, eu não lembro muito bem, mas aconteceu alguma situação lá que eu vi que meu nome tava diferente. A pessoa tinha me chamado diferente, né? Aí eu já fui na CAAF e eles me ajudaram a alterar de novo e deu tudo certo.*

Kim: *Só que aí...é...eu acho que há uns dois anos atrás, o sistema da UFG deu uma bugada, sabe? E aí apareceu o nome de registro, né? E, e aí eu tive que ir lá na, no CGA, na reitoria e falar 'olha...eu preciso que altere', também não tive que, é...enfrentar nenhuma burocracia muito grande em relação a isso. Mas eu tenho muitas colegas da UFG que ainda enfrenta esse tipo de problema.*

De acordo com a fala de Kim, algumas pessoas enfrentam problemas quanto ao nome social, mas a pesquisadora não teve acesso a nenhuma delas. Em relação a esses episódios, é possível também verificar a falta de consenso quanto à forma de resolver o problema. Enquanto Aly procurou a CAAF, Kim foi ao CGA. A partir disso, destaca-se a importância da

³³ No ano de 2021, a pedido da professora Marlini Dorneles, coordenadora da CAAF, o tempo dedicado ao aprofundamento desse tema foi maior.

clareza na divulgação das informações relacionadas a tudo que cerca a Resolução do uso do nome social a fim de facilitar a vida das/dos discentes que tiverem problemas como esse, pois os trâmites equivocados podem ser desgastantes.

A partir do que foi obtido com as entrevistas e com o levantamento bibliográfico percebe-se que a vida dos discentes é impactada pelas experiências fora da instituição. A relação com a família é um dos pontos que chama atenção, pois o apoio familiar permite que os alunos e alunas tenham, no mínimo, a moradia. Contudo, de acordo com o levantamento bibliográfico, a falta de apoio familiar é algo comum à pessoa trans.

Nesse sentido, a moradia estudantil é um dos benefícios que ajudam na permanência dos estudantes. Contudo, como critério para se candidatar às vagas está a necessidade de a/o estudante ser do interior. Em consideração à realidade da comunidade trans, esse critério pode prejudicar, uma vez que o fato de a família morar em Goiânia não significa que a/o estudante tenha moradia. Durante o 1º Colóquio LGBTQI+ essa dificuldade que alunos e alunas trans de Goiânia, sem apoio familiar, têm de conseguirem vagas nas casas dos estudantes foi apresentada para a Pró-reitora adjunta da PRAE, professora Ana Cristina Silva Rebelo.

Não se pode desconsiderar que as minorias encontram muitas dificuldades para ter acesso ao ensino público superior e que a luta pela inclusão e a permanência se relaciona com todas as minorias presentes na UFG, como negros, indígenas, quilombolas, pessoas de baixa renda, pessoas com deficiência e a comunidade LGBTQI+.

Para auxiliar os estudantes, a UFG conta com seis Casas de Estudantes Universitários (CEUs)³⁴, que oferecem pouco mais de 300 vagas. Por outro lado, é necessário destacar que a comunidade LGBTQI+, em especial as pessoas trans, enfrentam alguns problemas a mais, como a não aceitação familiar e até a expulsão de casa. Diante de uma realidade assim, a permanência no ensino superior fica ainda mais complicada e a UFG deve estar atenta a isso.

Segundo Aly, apesar de sua chegada à Universidade ter sido algo muito bom na sua vida, teve uma experiência ruim na Instituição, decorrente da falta de preparo de servidores técnicos referente às dificuldades enfrentadas pelas pessoas trans, como mostra o trecho abaixo:

Aly: É só um algo, assim, que eu percebi que a gente tá falando, a gente fala muito de cota pra pessoas trans entrarem na universidade e, de fato, é muito necessário. Mas, é algo muito pequeno, se não houver um trabalho de, de permanência, de fato, das pessoas trans dentro da universidade. Porque, por exemplo, eu, eu sou...em um momento da universidade, eu tava morando só, porque nem sempre eu tive aceitação em casa, no começo é bem difícil.

³⁴De acordo com o site da UFG - <https://prae.ufg.br/p/32000-casas-de-estudantes-universitarios-ceu-s>

Eu não morava aqui mais. Hoje eu moro com os meus pais, de volta, né, hoje, a nossa relação é bem melhor, mas nem sempre foi assim e teve um período que eu tava na universidade, que eu tava morando só e passando muita dificuldade e eu pedi bolsa, eu pedi tudo que eu tinha direito de assistência, eu pedi e só consegui a assistência alimentação. E, e a assistência social, ela não lev..., a assistência social, né, ela não leva em consideração que as pessoas trans, em sua maioria, elas são expulsas de casa. E elas não têm vínculo, eh, não foi assim no meu caso, né, de ser expulso e tudo, mas eu não tava mais em casa, mas as pessoas são expulsas de casa e elas não têm vínculo parental mais. E...E nesse...E nessa questão de assistência social e de permanência é muito falho, porque quando eu tava precisando da assistência social e de uma bolsa permanência, é porque eu realmente estava precisando, porque eu não tinha de onde conseguir. Eu não tinha, da minha família, pra poder me ajudar e... e muitas pessoas não têm. E a resposta que eu tive foi eh, que eu, eu fiz a entrevista e tudo, eu pedi recurso e que eu, o que eu obtive resposta foi única...Porque eu não tinha conseguido nada, eu obtive de resposta, foi um encaixe na bolsa de alimentação e a resposta foi: você não tem nenhum parente que pode te ajudar? Porque ah, o que eles pedem, a renda familiar, a renda mensal da minha família como se eu vivesse com eles, sabe? Mas eu não vivia, eu tinha um endereço próprio, tudo. E... E eles baseiam nisso, num núcleo familiar que não existe, sabe? E aí a partir disso, eles não me considerou a bolsa eles ainda tiveram a audácia de me perguntar se eu não tinha telefone de algum parente, meu pra eles ligarem e tentar convencer o parente de me ajudar financeiramente, enquanto tava fazendo universidade, sabe? Então, é uma falha muito grande, eh, que não levar em consideração que a maioria das pessoas trans não tem família.

Essa falha apontada por Aly toca na questão do desconhecimento das particularidades da diversidade. É preciso que haja alguma capacitação para que o contexto que cerca alunos e alunas trans seja apresentado ao corpo de servidores docentes e técnicos da instituição, como a falta de oportunidades e de apoio familiar, o que certamente geraria a necessária compreensão para oferecer a estes um acolhimento efetivo.

Numa situação como a que Aly trouxe, será que a ligação de um servidor da Universidade mudaria algo na vida da pessoa que estava solicitando o auxílio?

Aly ainda afirma que:

Aly: (...) a permanência é que é complicado, porque a universidade não tem um preparo. E quando eu digo preparo, eh, não é só financeiro, porque a gente sabe que, que a situação de, de, financeiro, de repasse financeiro pra universidade, tá defasado, tá difícil, mas a, a, a falha é do não controle dessa, dessa, desses recursos financeiros em questão de

permanência ou não controle de não ter um controle rígido pra ver quem tá recebendo e quem não tá recebendo, porque enquanto tem gente que recebe e não precisa, tem gente que não tá recebendo, e não, não, não consegue preencher nem os requisitos, segundo o que eles pedem, pra, pra receber o, o auxílio que, que eles oferecem, né? Então, eu acredito que há esse despreparo, de, de questão de eles saberem o que fazer com a gente lá dentro, porque entrar na universidade, de certa forma é fácil (...).

E fala sobre as dificuldades vivenciadas dentro da instituição como a falta de tempo para estudar e trabalhar, aliado à falta de apoio familiar e de possibilidades de trabalho, o que leva muitas vezes, à prostituição como a única saída para homens e mulheres trans. Essa realidade vai ao encontro de notícias veiculadas em jornais e do Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017³⁵.

Nesse mesmo caminho, Kim ainda que tenha deixado claro que a UFG oferece a ela a possibilidade de um futuro melhor, também mencionou o que percebe como falta de preparo das servidoras e servidores na instituição no que se refere à vida das pessoas trans:

Kim: Ai, amiga, igual eu te disse, né? Eu sempre dependi da assistência estudantil pra, pra sobreviver, né? Então, eu acho que o processo mesmo de ir à reitoria solicitar, é bem desgastante, sabe? No sentido de que, ai, parece que não querem você aqui, sabe? (sorriso) Parece que...e aí assim, nesse sentido eu não fui bem acolhida, porque poderia ser mais fácil, sabe? Se as gestoras e as técnicas fossem mais treinadas e mais preparadas pra receber uma pessoa como eu, sabe? Eu não precisaria dizer pra elas tudo que eu sofri, tanto que a vida de uma pessoa travesti é horrível no Brasil, sabe? Se elas lessem os dossiês da ANTRA, sabe, eu não precisaria me expor e chorar e contar coisas que são íntimas, sabe? Então, apesar de tudo, eu fui acolhida, a UFG é minha mãe, sabe? Eu dependo da UFG pra viver. E pra não estar na prostituição, sabe? Porque eu não tenho pra onde voltar. Não tenho (choro).

P - O negócio é assim, chegou aqui é daqui pra frente, né?

Kim – (chorando) É daqui pra frente, sabe então, assim, apesar de tudo, apesar de toda dor, toda a burocracia, as políticas de morte, as políticas de expulsão naturalizadas, eu falo que sim, eu fui bem acolhida e continuo sendo muito acolhida. Sabe? Porque não sei o que seria. Ai, aliás, eu sei o que seria, rsrs, se não fosse isso aqui, né?

Nesse momento foi realizada uma retomada do que ela havia falado a fim de compreender a situação emocional da aluna:

³⁵ Disponível no endereço eletrônico <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>

P - Deixa ver se eu entendi, então, do que você me falou agora. Não é algo fácil. Mas só o fato de você estar na Universidade, estar estudando, ter a casa do estudante e essa bolsa, por mais difícil que seja, isso já é um acolhimento e tanto pra você.

Kim - Maravilhoso, maravilhoso, eu só agradeço a minhas ancestralidades, sabe? Que permitiram isso, porque é isso, amiga, se não fosse aqui (risos) ia ser babado, sabe?

Após verificar que Kim estava bem, apesar de emocionada e que a entrevista poderia continuar, assim foi feito.

A fala de Kim ilustra a contradição que existe dentro da Universidade e na sociedade em que ela está inserida. Por um lado há a abertura e por outro há a falta de preparo para receber e orientar a comunidade trans. Esse quadro só reforça o fato de que a Universidade é constituída por pessoas formadas por essa sociedade e que são formadoras também.

Faz-se necessário destacar que existem pessoas sensíveis à luta da comunidade trans e essas cooperam com a permanência das pessoas trans na Universidade. Contudo, a falta de conhecimento e de treinamento, como Kim afirmou, pode se tornar mais impactante porque traz a possibilidade de servir de gatilho para a atualização de experiências ruins vividas anteriormente.

Outro ponto questionado na entrevista, a vivência de preconceito dentro da universidade, mostrou que as quatro pessoas entrevistadas percebem a UFG como um lugar onde há o preconceito, mas sem grandes ou violentas manifestações. Cris chegou a afirmar que a Federal de Goiás é um *safe place*. Samuel trouxe o relato de preconceito do qual foi vítima, mas não vinculado ao fato de ser uma pessoa trans, mas sim pelo fato de ter passado um tempo de internação em hospital psiquiátrico. Kim, que já foi aluna da UFG em outro curso diferente do que faz hoje, afirmou que foi vítima de preconceito não como uma mulher trans, mas como uma “bicha preta afeminada” no passado sim. No entanto afirmou que não há violência contra ela hoje na unidade em que estuda, mas destacou que os colegas fazem trabalho com ela, conversam, interagem, elogiam sua atuação acadêmica, mas nada além disso, como mostra o trecho a seguir:

Kim: É, todo lado, amiga, todo lado, sabe? Ninguém te convida pra almoçar, pra sentar a mesa, tá entendendo? E é isso a vida da travesti acadêmica, eu não tenho colegas dentro do meu curso, amigos, sabe?

(...)

Pras pessoas não serem o ó com você, sabe? Aí é o ó, gata, é o ó, eu me sinto péssima, péssima, péssima, péssima, porque é igual eu tô te falando, ninguém me chama pra almoçar, gata. (risos) Mas, assim, é isso...Tá entendendo?

(...)

Mas assim, é só isso, não vão estabelecer relações comigo para além dessa superficialidade acadêmica, sabe?

Essas afirmações ilustram o que Crochik (2011) aponta como obstáculo para a inclusão, que é outra forma de o preconceito se manifestar: a indiferença. Ela se difere das agressões, dos xingamentos, mas não deixa de impactar negativamente a vida da vítima. Nesse sentido, ainda que tenha havido um trabalho de cooperação nas atividades em grupo solicitada pelos docentes, Crochik (2001), não houve modificação nas relações fora da sala de aula.

Aly também trouxe um exemplo que se aproxima do vivido por Kim, no que se refere à questão da indiferença, mas em relação a uma docente. Como pessoa trans não binária, Aly não tem o interesse de responder a uma passabilidade cis, gosta de barba, de cabelo curto e gosta também de unhas compridas e pintadas. Em uma determinada aula na faculdade em que se discutia um ritual indígena voltado para a menstruação, a professora relacionou a menstruação como uma característica feminina e Aly se posicionou:

Aly: E aí a gente tava falando sobre algumas, algumas, alguns rituais de povos indígenas, né? De, de ancestralidade, essas coisas. E aí chegou num ponto que a professora tinha...um ritual de um povo indígena aqui do Brasil, que, que era voltado, é à questão da menstruação, a, a fase que a pessoa menstrua, né? Que rituais e tudo. E aí a professora pontua muito a questão de, da menina menstruar, da mulher menstruar e não, tipo, tudo bem falar assim, saca? Mas, não tá tudo bem a partir do momento que eu estou na sala e eu falo, 'não, professora, assim, eu meio que entendo, porque eu menstruo também'. E ela fazer uma cara de, de super horrorizada e, e cortar o assunto na, na, na hora, se fazer de desentendida e continuar usando os mesmos termos, sabe? (...) Falei, então, professora...porque ela tava muito falando que, que, que homens não entendem, não sei o que. Aí, eu falei, 'então, professora, é porque eu menstruo também. Eu também tenho útero. Então, eu posso falar sobre isso também, tá?' E aí, ela, não...

Esse episódio, de falta de acolhimento e de valorização da experiência de Aly, aliado a outros momentos de autoritarismo da mesma professora, e a problemas particulares culminou no seu desligamento da UFG.

Na entrevista Aly afirma que muitas vezes é difícil para uma pessoa cis perceber o preconceito existente na atitude da professora, mas o relato foi fiel ao sentimento que teve. Isso deixa claro que em relação ao preconceito, à transfobia, é necessário atentar ao

sentimento da vítima, pois nem sempre quem vê a cena ou ouve as falas vai recebê-las como as pessoas a quem elas foram direcionadas.

O que aconteceu com Aly, de ter sua voz calada em relação a um assunto sobre o qual podia falar, ilustra a fala de Jaqueline de Jesus (Moirá, *et al.* 2017) sobre o fato de não haver interesse em ouvir as pessoas trans, mas há o interesse em falar por essas pessoas, principalmente quem é cis.

Recentemente houve uma polêmica que envolveu a apresentadora da Rede Globo, Fátima Bernardes, que convidou o psiquiatra Jairo Bouer para responder às dúvidas do público sobre pessoas LGBTQIA+. Dentre essas dúvidas, estava a diferença entre travesti e transexual. Na oportunidade ela foi criticada por convidar uma pessoa cis e não uma pessoa trans para falar sobre a comunidade trans. Esse comportamento é comum na sociedade e precisa mudar, dar o lugar de fala a quem realmente merece.

As discussões que cercam as transidentidades não devem ser assunto somente relacionado às pessoas trans, assim como o feminismo não deve ser defendido apenas pelas mulheres; assuntos como esses precisam continuar a receber mais visibilidade na sociedade a fim de ganhar adeptos, cis ou trans, na luta pela equidade. Porém, o respeito ao lugar de fala deve existir. Essa a razão para que o propósito com esse trabalho seja levar a mais pessoas, dentro e fora da universidade, a importância das identidades trans, a beleza dessas trajetórias e as lutas que as acompanham.

Para complementar os dados levantados com as entrevistas, foi feita uma pesquisa relacionada às demandas de LGBTfobia protocoladas na Ouvidoria da UFG³⁶. No período de 2017 a 2020, não houve nenhuma denúncia específica de transfobia. As denúncias foram assim separadas: 2017 - 14 denúncias, sobre 2 casos diferentes de homofobia; 2018 - sem registro; 2019 - 2 denúncias, sobre 1 caso de homofobia; 2020 - sem registro. Essa informação pode significar que não há na UFG casos de transfobia como pode significar que as manifestações preconceituosas não têm sido denunciadas. Logo, faz-se necessário realizar mais pesquisas a fim de compreender resultados como esses e de verificar se a comunidade de discentes trans tem conhecimento acerca dos meios de que a Universidade dispõe para auxiliá-la.

Ainda em relação às entrevistas captou-se que as quatro pessoas que participaram disseram que entrar na Universidade foi um grande acontecimento e que vêm a estada lá como uma oportunidade para um futuro de realizações, mas essa expectativa não impede que

³⁶ Informação solicitada à Ouvidoria da UFG pela pesquisadora e recebida por e-mail .

haja sofrimento. A partir dos relatos, ficou claro que o ensino presencial oferece um pouco mais de possibilidades de constrangimento ou mesmo de ansiedade.

O ensino remoto compareceu nas entrevistas, com exceção na de Aly, que não faz parte do quadro de discentes. A fala de Kim deixou claro que as aulas remotas têm facilitado a experiência dela na UFG no que se refere à formação de grupos.

Kim: (...) *na real, na real, agora no remoto, quando é trabalho em grupo, assim, que o professor fala, eu já coloco lá: 'olha, se alguém quiser compor um grupo comigo, pode me mandar mensagem'.* E tem super dado certo.

Em outro momento, ela afirmou que com o ensino remoto, as pessoas se sentiram mais confortáveis em se relacionar com ela.

Cris deixou claro que não teve tempo de convívio presencialmente, mas não trouxe nenhum juízo de valor sobre o ensino à distância. Samuel falou sobre as aulas on-line ao mencionar que não teve coragem de solicitar aos professores a mudança do nome de registro pelo nome social e relatou um momento de extremo constrangimento ao ter sua imagem gravada numa aula em que esqueceu a câmera aberta e estava com uma roupa que mostrava partes de seu corpo. Os colegas comentaram no chat, mas Samuel não estava com o bate-papo do *Meet* aberto e a gravação da aula continuou. Segundo Samuel, muitas piadas foram feitas e a vontade que teve foi de não ligar mais câmera ou microfone. Contudo isso não chegou a acontecer. O *Meet* grava apenas quem está falando ou quem está com o microfone aberto, mas o constrangimento, independente de ter gravado ou não, não tem como ser apagado da experiência de Samuel.

Mesmo assim, esse tipo de situação, apesar de ser bastante desrespeitosa, exigiria mais aprofundamento para ser qualificada como transfobia, portanto nesse trabalho não foi interpretada dessa forma.

O preconceito existe na Universidade. Dois dos participantes o vivenciaram relacionado ao fato de serem trans e um deles ao fato de ter sido internado em clínica psiquiátrica, contudo de forma considerada por Kim como menos violenta, mas não por isso inexistente. Contudo, a partir do pressuposto de que das quatro pessoas entrevistadas somente uma se afastou da Universidade e que três dessas pessoas tiveram problemas relacionados ao preconceito velado ou não, pode-se afirmar que apesar da existência de atitudes e visões preconceituosas e do autoritarismo por parte de alguns docentes, a inclusão e a permanência têm resistido. Muito provavelmente pela assistência estudantil, por meio da bolsa e da moradia presentes na vida de Kim, e da assistência psiquiátrica e psicológica do Saudavelmente, presente na vida de Samuel.

De modo geral, o que fica claro a partir do conteúdo das entrevistas é que os problemas que existem não são característicos da Universidade, a qual está inserida na sociedade, frisa-se, e reflete o que existe nessa, portanto não é vista pelos participantes como o pior lugar para estar. Ao contrário, percebe-se que a ocorrência de um desligamento ou decepção decorre de uma junção de fatores e não das relações estabelecidas, o da falta delas, dentro da instituição.

Além disso, a posição política e experiência de vida interferem na forma como cada indivíduo vivencia o contexto universitário. Aly e Kim se mostraram mais participativos na luta geral pela comunidade trans, também mais envolvidos com os problemas enfrentados por ela, mais voltados às experiências do coletivo. Dessa forma, a dor vivida por outra pessoa trans conhecida pode ser reatualizada, pois diz de alguém que é igual.

Samuel e Cris não relataram experiências de conflito familiar e/ou falta apoio financeiro e/ou emocional e isso difere as vivências enfrentadas por essas quatro pessoas. Por outro lado, Kim e Samuel além da transfobia, enfrentam o racismo por serem pessoas negras e Samuel também é vítima do preconceito direcionado às pessoas que fazem tratamento psiquiátrico.

Nenhuma das pessoas entrevistadas trouxe em seus relatos problemas específicos entre elas e outros discentes ou entre elas e docentes e técnicos, que possa ter sido encaminhado para a reitoria ou reportado à direção das unidades, mas foi possível perceber que a relação com colegas de turma não é muito profunda. Já a relação com alguns professores foi percebida como respeitosa por três entrevistados: Kim, Aly e Cris. Os participantes da entrevista são alunos das áreas de Humanas e de Exatas e encontraram professores respeitosos e não respeitosos nas duas áreas.

Isso foi uma surpresa, pois uma das hipóteses é de que, ao constatar-se a existência de preconceito na UFG, a área de Exatas seria a mais crítica, o que não pode ser comprovado. Mas é necessário destacar que para ter um resultado mais fidedigno a essa visão, mais discentes trans deveriam ser entrevistados e entrevistadas.

Como mencionado no início desse capítulo, duas entrevistas, com Aly e com Kim, duraram mais tempo, essas pessoas sentiram a necessidade de expor mais elementos, ao contrário de Samuel e Cris. E dessa forma foi possível chegar às falas de Kim, que se aproximam do que Sawaia (2020) defende ao afirmar que a sobrevivência não é a única preocupação do pobre e que a afetividade merece atenção. Ainda complementa: “(...) ao falar de exclusão, fala-se de desejo, temporalidade e de afetividade, ao mesmo tempo que de poder, de economia e de direitos sociais.” (p. 100). Nas falas de Kim, afastada a questão financeira,

pois não era o foco da entrevista, fica claro que a afetividade, o desejo e a economia são impactados diante de manifestações que ela insiste em dizer “*não violentas*”, mas ainda preconceituosas.

Além disso, em alguns momentos a aluna fez as seguintes afirmações:

Kim: *E é, e tem, tem os olhares de interesse aparentemente, tem é, tem o interesse, mas também tem o, o medo, né? Uma coisa que eu não sei explicar, porque não diz respeito a mim, né? As pessoas que, que tem que resolver esses problemas, entende?*

(...)

Kim: *Ehhh, não tenho amiga, sabe? E de forma remota é maravilhoso, porque eu acho que ficou mais colaborativo e como é mais impessoal, as pessoas se sentem mais confortáveis em se relacionar comigo. E assim, mas não tenho uma motivação, sabe? Eu não sou um monstro para mim ser tratado da forma que eu sou tratada. Tá entendendo? Mas, isso não é um problema meu, novamente, eu não sou o problema aqui.*

Fica claro que ela vê um problema nas relações com os colegas, mas não deve e não aceita ser responsabilizada por isso, o problema, como ela mesmo diz, não é ela. Nesse sentido, novamente, a fala de Kim se aproxima da ideia defendida por Sawaia (2020) de que o indivíduo não deve ser responsabilizado pela sua situação de excluído: “Mas ele não é uma mônada responsável por sua situação social e capaz de, por si mesmo, superá-la. É o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente.” (p. 101)

Com base em todo o levantamento teórico realizado para essa pesquisa, é correto afirmar que a exclusão pode ser vista como causa de desigualdades históricas. No entanto, a busca pela diminuição dessas desigualdades tem acontecido de forma crescente na sociedade e um exemplo disso são as ações afirmativas presentes nas instituições de ensino superior, em especial na UFG. No que se refere à percepção de alunas e alunos trans da referida instituição, é possível perceber, por meio das entrevistas, que elas e eles sentem o apoio da instituição para permanecerem na universidade, seja por meio da assistência ou do espaço considerado seguro.

Contudo, mais ações podem ser analisadas pela instituição, dentre elas a união com empresas públicas e privadas com foco no período pós formatura. Duas das pessoas entrevistadas manifestaram preocupação relativa ao futuro fora da universidade. Conseguirão um local no mercado de trabalho? Conseguirão seguir no mestrado e no doutorado? Em alguns momentos aparecem pensamentos positivos, otimistas, em outros vem o medo e o pessimismo.

É fato que o número de alunos e alunas trans na instituição ainda é pequeno, contudo, representantes dessa comunidade vêm ocupando mais o espaço universitário, haja vista o crescimento desse número. Percebe-se, assim, que há a abertura na UFG para a inclusão e a permanência desses alunos e alunas, mas isso não impede que as contradições sociais sejam percebidas também no espaço universitário.

Assim, percebe-se que há preconceito na instituição, mas não com um caráter tão agressivo quanto fora do campus. Muitas vezes eles aparecem em forma de indiferença e não de violência física ou verbal. Essa realidade ainda não é a ideal, mas revela que a Universidade Federal de Goiás tem conseguido apoiar seus alunos e alunas transexuais e travestis. Para que esse apoio seja maior, frisa-se, a instituição deve atentar ainda mais à necessidade de preparar o corpo de servidores técnicos e docentes para a chegada e permanência de discentes trans, com o intuito de que elas e eles não apenas entrem na UFG, mas que se apropriem desse espaço para que mais pessoas dessa comunidade vejam as IES, em especial a Universidade Federal de Goiás, como um lugar para elas.

A inclusão da diversidade no meio acadêmico, com destaque à comunidade trans, tem o potencial de transformar a sociedade em um lugar mais acessível e, de forma geral, favorecer a emancipação de parte da população que se desapega do véu da alienação, da crença na ideia de facilidade e felicidade baseada, muitas vezes, no próprio contexto de uma minoria privilegiada. Como afirma Adorno (1993):

(...) um método catártico, que não tivesse sua medida na eficiência da adaptação e no sucesso econômico, deveria almejar trazer as pessoas à consciência da infelicidade, tanto da universal quanto da individual, inseparável daquela, tirando-lhes as satisfações ilusórias em função das quais a ordem execrável se perpetua nelas, como se esta já não as tivesse suficientemente em seu poder desde fora (p. 53).

Dessa forma torna-se possível a aproximação de uma parte da população dos problemas vivenciados pelas outras parcelas da sociedade com vistas e promover mudanças com o apoio não apenas das classes oprimidas, mas de outras que passem a enxergá-las.

A pesquisadora entende que o período de mestrado não foi o suficiente para o aprofundamento esperado na temática, mas sente-se motivada a continuar os estudos sobre a inclusão das transidentidades na UFG, também como psicóloga voluntária do Programa Saudavelmente e como servidora da Universidade. Tal se dá em virtude da crença na importância do conhecimento acerca da realidade das alunas e dos alunos trans da instituição como ferramenta para o enriquecimento do processo de inclusão na Universidade.

Considerações Finais

Inicialmente enfatize-se que a realização dessa pesquisa no período de pandemia foi um grande desafio para a pesquisadora. Vários obstáculos, com os quais não se contava até 2020, se apresentaram, frisa-se, como já explanado anteriormente.

Apesar dos reveses, todos esses obstáculos podem ser percebidos como dados de pesquisa e, por isso, trabalho pode ser considerado como um grande salto de conhecimento sobre o tema no âmbito da UFG. Além disso, os objetivos desta pesquisa foram alcançados. A partir das entrevistas realizadas, é possível perceber que a comunidade trans que participou desse estudo vê a UFG como um local onde o processo de inclusão é real, como resultante das políticas de ações afirmativas desenvolvidas nesse espaço acadêmico. No entanto, há críticas relacionadas à permanência e a algumas situações vivenciadas com docentes e técnicos que destacam o desconhecimento acerca das vivências trans e a dificuldade de dar lugar e voz às experiências dessa comunidade. `

Quanto ao objetivo geral de compreender desafios à inclusão e à permanência, foi encontrado um ponto nevrálgico para a comunidade trans que é a questão financeira, gerada por problemas como a falta de espaço no meio profissional e a falta de apoio familiar. Além disso, a permanência é atravessada por questões financeiras e sociais. Discentes trans sem o apoio familiar e sem a inserção profissional necessitam da assistência estudantil para se manterem na Universidade. Em contrapartida, essa assistência, seja por meio de bolsas ou da moradia na Casa do Estudante, tem sido cada vez mais atacada por problemas como os recentes cortes orçamentários. Assim, um desafio é o de oferecer a essa comunidade a assistência necessária, pois sem ela, a permanência pode ser ameaçada. Isso porque esse trabalho reafirma que o auxílio, por meio de bolsas e moradia, é imprescindível para alunas e alunos transexuais e travestis.

Contudo, como proceder diante da falta de atenção do governo para com as minorias, principalmente as sexuais? O corte orçamentário de 18% em 2021 impactou não só as bolsas oferecidas pelas universidades como colocou sob ameaça o funcionamento das instituições. Essa realidade revela que a luta é grande e a resistência se faz necessária e que as decisões políticas atravessam o processo de inclusão. Dessa forma, a presença de representantes travestis e transexuais na política é bastante relevante.

No que se refere aos objetivos específicos, pode-se afirmar que a UFG está atenta às necessidades das identidades trans, contudo essa atenção pode melhorar, pois ainda há no

meio universitário estudantes trans que têm dúvidas quanto ao uso do nome social, regularizado desde 2014.

Diante disso, cabe a pergunta, o que falta para que esses direitos sejam ainda mais conhecidos pela comunidade discente? Ademais, o atendimento institucional a essa comunidade também requer aprimoramento em relação ao acolhimento àquelas pessoas que buscam o apoio financeiro da instituição. Contudo, como dito anteriormente, esse obstáculo não se relaciona apenas com a Universidade, mas com o governo do Brasil. As entrevistas deixam claro que essa realidade econômica nacional é de conhecimento deles/delas, mas isso não inviabiliza o tratamento humano e atencioso por parte dos servidores.

Além disso, tem-se que há manifestações preconceituosas na Universidade, no entanto, essas se pautam na indiferença que, apesar de incomodar, não foi reconhecida, pelas pessoas entrevistadas como um obstáculo para a permanência na instituição, mas que diante do acúmulo de outros problemas pode cooperar com o abandono da graduação.

Em relação às metas, no que se refere à criação de novas ações que possam facilitar a permanência de alunas e alunos trans é relevante o comprometimento da instituição com o objetivo de unir forças para que a comunidade trans tenha condições de permanecer na Universidade apesar da dificuldade econômica pela qual as IFES passam. Além da defesa das cotas para a população trans quanto ao ingresso na Universidade, propõe-se o incentivo da UFG para a criação de cotas para travestis e transexuais em estágios remunerados e obrigatórios e campanhas nas redes sociais para incentivar a contratação de egressos trans. Outro ponto relevante é a, ampliação de vagas para atendimento psicológico e psiquiátrico direcionado às demandas dos alunos e alunas trans, por meio do aumento de parcerias do Programa Saudavelmente com profissionais voluntários. São propostas que demandam tempo e amadurecimento, mas caso sejam realizadas, podem colaborar com a inclusão das pessoas trans não só na Universidade, mas facilitá-la na sociedade em geral.

Para que haja mudança, mais pessoas trans precisam ocupar lugares de poder na sociedade, precisam de mais visibilidade. Não a visibilidade que vêm recebendo nas manchetes de jornais por serem vítimas de assassinatos, com requintes de crueldade, como Roberta, queimada viva em Recife³⁷. Esse crime soma-se a dois outros e, em menos de uma semana três mulheres trans foram mortas no Brasil. A visibilidade que essas pessoas precisam é a que fala sobre seus direitos, é a que quebra os estereótipos, é a que as aproxima da humanidade que deve existir em cada membro da sociedade.

³⁷ vide matéria em <https://ponte.org/morre-roberta-mulher-trans-queimada-viva-no-centro-de-recife/>

Nesse sentido, o processo de inclusão dessa comunidade nos espaços universitários torna-se ainda mais relevante, pois possibilita, dentre outras coisas, a formação do conhecimento e ameniza um dos obstáculos à inclusão das identidades trans em outro espaço, o profissional.

Reconhece-se nesse tema um campo vasto que merece atenção, exige estudo e mais pesquisas, não aquelas que se interessam pela comparação da transexualidade e da travestilidade com a cisgeneridade, mas as que revelam os problemas enfrentados pelas pessoas transgênero, os retrocessos sociais que dificultam a vida delas e os avanços conquistados, a fim de que outros tantos sejam atingidos.

Quanto a pesquisas futuras, um ponto que merece atenção é a taxa de evasão, pois é muito importante saber se os alunos e alunas trans deixam a instituição após a conclusão do curso ou se abandonam a graduação por falta de condições financeiras e emocionais, assim como é relevante avaliar se as evasões acontecem no início ou no final da graduação. A análise relacionada à inclusão e à permanência na pós-graduação também é bastante relevante.

Outra possibilidade seria a pesquisa limitada a participantes que fazem uso da assistência, a fim de dimensionar a porcentagem de alunas e alunos que necessitam desse benefício.

Enfim, as possibilidades são vastas e o interesse em continuar essa trajetória na pesquisa é grande. Nessa caminhada luta-se contra o preconceito, do tipo que afasta o outro, que cala sua voz, que o ridiculariza, o preconceito que fomenta a visão de que não se pode ter problemas psicológicos e a de que o aluno/a aluna não tem nada para oferecer de contribuição e, por isso, precisa ouvir e não falar, como evidenciado nas entrevistas.

O caminho é não é fácil, mas como destaca Sawaia (2020) “Temos a obrigação de ser otimistas e buscar caminhos para atingir a felicidade pública”.

Referências

- Abbagnano, N. (2007). *Dicionário de Filosofia*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Adorno, T. (1993). *Mínima Moralía*. (Bicca, L. E., Trad.). São Paulo, SP: Ática.
- Adorno, T. (1995a). *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Adorno, T. (1995b). *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Adorno, T. (1998). *Prismas*. São Paulo, SP: Ática.
- Adorno, T. (2002). *Teoria da Semicultura*. (Oliveira, N.R, Pucci, B, Abreu, C.B.M,& Oliveira, P.R, Trads.) In: MIA - Arquivo Marxista na Internet-Seção em Português. Recuperado de <https://www.marxists.org/portugues/adorno/ano/mes/teoria.htm>
- Adorno, T. & Horkheimer, M. (2006). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Adorno, T. (2015). *Ensaio sobre a psicologia social e psicanálise*. São Paulo, SP: UNESP.
- Antunes, D. C. (2019, 17 de julho). *As minorias como o negativo, o movimento das mulheres e o espaço digital*. Revista Dialectus. Ano 8 (14), 213-234. recuperado de <http://www.periodicos.ufc.br/dialectus/article/view/41625/99061>
- Appadurai, A. (2009). *O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva*. In Iluminuras. São Paulo, SP: Itaú Cultural.
- Bagagli, B. P. (2017). *Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas*. Letras Escreve, 7 (1), 137-164. Recuperado de <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/view/3073/pdf>
- Balbino, J. (2020). *Piê poeta*. in 10 poetas para você conhecer. Especial Dia da Visibilidade. Recuperado de <https://margens.com.br/2020/01/23/10-poetas-trans-para-voce-conhecer-especial-diadavisibilidadetrans/>
- Beledoni, R. C. (2000). *Jean-Pierre Vernant e o diálogo com as ciências sociais: o homem grego e seu espírito livre*. História Social, nº 7, 13-19. Recuperado de <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/482>.
- Benevides, B. G., Nogueira, & S. N. B. (orgs.). (2021). *Dossiê dos assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE.
Recuperado de: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>
- Bento, B. (2008). *O que é transexualidade*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Bento, B. (2017). *A Reinvenção do Corpo – Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual* (3ª. ed.). Salvador, BA: Devires.

- Brasil, Supremo Tribunal Federal. (2019). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Recuperado de: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoconstituicao/anexo/cf.pdf>
- Brasil, Universidade Federal do Amazonas. (2019). *Sobre Ações Afirmativas e Comunidades Tradicionais*. Proext. Recuperado de <https://proext.ufam.edu.br/dpa/sobre-acoes-afirmativas.html>
- Brasil, Universidade Federal de Goiás. (2021a) *Universidade oferece serviços à comunidade LGBT durante todo o ano*. Goiânia, GO: Portal UFG. Recuperado de <https://www.ufg.br/n/142634-ufg-oferece-servicos-a-comunidade-universitaria-lgbt-durante-todo-o-ano>
- Brasil, Universidade Federal de Goiás. (2021b). *Programa Saudavelmente*. Goiânia, GO: Portal UFG. Recuperado de: <https://www.ufg.br/search?utf8=%E2%9C%93&search=Programa+Saudavelmente>
- Butler, J. (2020). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (19ª. ed.) Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Casa do Saber. (2016). *Quais são os direitos das minorias?* Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=Y5hoPS-mQsc&t=18s>
- Cavalli, M. A., & Vieira, T. R. (2019). *A pessoa transgênero e o mercado de trabalho*. In: Vieira, T. R. (org). *Transgêneros*. (pp. 435-450). Brasília, DF: Zakarewics.
- Chaves, L. G. M. (1971). *Minorias e seu estudo no Brasil*. Revista Ciências Sociais, II (1), 149-168.
- Crochik, J. L.(1996). *Preconceito, indivíduo e sociedade*. Temas em Psicologia, 4(3), 47-70. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1996000300004&lng=pt&tlng=pt.
- Crochik, J.L. (2001). *Teoria Crítica da Sociedade e Estudos sobre o Preconceito*. Revista Psicologia Política, 3 (1), 67-99. Recuperado de <https://repositorio.usp.br/item/001225019>
- Crochik. J.L. (2011a). *Preconceito, indivíduo e cultura* (3ª. ed.). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Crochik, J. L. (2011b). Preconceito e Inclusão. *WebMosaica Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, 3 (1), 32-42. (PDF).
- Coelho, M. T. A. D. & Sampaio, L. L. P. (2014). As transexualidades na atualidade: aspectos conceituais e contexto. In: *Transexualidades: um olhar multidisciplinar*. (13-23). Salvador, BA: EDUFBA.

- Correa, C. M. A. (2019). *Processo de Regulamentação do Nome Social em Universidades Públicas do Brasil e Trajetórias de Resistência Travesti e Transexual*. In: Vieira, T. R. (org). *Transgêneros*. (271-288). Brasília, DF: Zakarewics.
- Dias, M. A. R. (2012). Inovações na educação superior: tendências mundiais. In: Speller, P., Robl, F., & Meneghel, S. M. (orgs). *Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década*. (45-77). Brasília, DF: UNESCO, CNE, MEC.
- Dias, P.E. (2021). *Morre Roberta, mulher trans queimada viva no centro de Recife*. Recife, PE: Recuperado de <https://ponte.org/morre-roberta-mulher-trans-queimada-viva-no-centro-de-recife/>
- Falcão, B. (2018, 10 de outubro). *LGBTfobia: quem tem medo de morrer?* Jornal Opção. Recuperado de <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/lgbtfobia-quem-tem-medo-de-morrer-142529/>
- Ferreira, L. (2020, 29 de janeiro). *Pastora trans no altar não é pecado. É divindade e sopro de fé*. Carta Capital. Recuperado de <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/pastora-trans-no-altar-nao-e-pecado-e-divindade-e-sopro-de-fe/>
- Felix, F. (2020, 20 de janeiro). *Emprego formal ainda é exceção entre pessoas trans*. Folha de São Paulo. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/01/emprego-formal-ainda-e-excecao-entre-pessoas-trans.shtml>
- Figueiredo, E. (2018). *Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler*. Revista Criação & Crítica, (20), 40-55. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-1124.v0i20p40-55>
- Figueiroa, M. N, Menezes, M.L.N., Monteiro, E. M. L., Andrade, A.R.L., Fraga, D. P.F., & Oliveira, M.V.(2017, outubro a dezembro) *A formação relacionada com a sexualidade humana na percepção de estudantes de enfermagem*. Revista de Enfermagem Referência. Série IV - n.º 15. pp. 21-30 (ISSNe: 2182.2883 | ISSNp: 0874.0283) Disponível em: <https://doi.org/10.12707/RIV17044>
- Flick, U. (2013). *Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes*. Porto Alegre, RS: Penso.
- Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza, CE: UECE. Apostila.
- Globo Universidade (Ed.) (2017) *Corpo: artigo indefinido*. Caderno Globo 12. Recuperado de: https://globouniversidadeproducao.s3.amazonaws.com/Corpo_Artigo_Indefinido.pdf
- Goffman, E. (1963). *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: LTC.

- Gohn, M. G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v.16, n.47,.333-361.
- Goldfarb, D. C. (2004). *Do tempo da memória ao esquecimento da história: um estudo psicanalítico das demências* (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia da USP. São Paulo,SP.
Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-16092004-094302/pt-br.php>
- Günther, H. (2011). Métodos de pesquisa em psicologia social. In: Torres, C. V. & Neiva, E. R. (orgs). *Psicologia social: principais temas e vertentes*. (pp. 58-76). Porto Alegre, RS: Artmed.
- G1. Ceará.(2021, 08 de janeiro). *Jovem trans de 13 anos foi morta a pauladas no Ceará por cobrar dívida de R\$ 50 do suspeito*. Recuperado de <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/01/08/jovem-trans-de-13-anos-foi-morto-a-pauladas-no-ceara-por-cobrar-divida-de-r-50-do-suspeito.ghml>
- Heliodoro, G. (2021). *Você conhece a história de Xica Manicongo?* BuzzFeed. Recuperado de <https://buzzfeed.com.br/post/voce-conhece-a-historia-de-xica-manicongo>
- Hooper, T. (Diretor), Bevan, T., Hooper, T., Gold, N., Quinet, P., & Chasin, L. (Produtores). (2016). *A garota dinamarquesa* (filme). Estados Unidos: Universal Pictures.
Recuperado de: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-140552/creditos/>
- Horkheimer, M., & Adorno. T. (orgs). (1973). *Temas básicos da sociologia*. São Paulo, SP: Cultrix.
- Instituto Darwin (2021). *Quem foi Charles Darwin*.
Recuperado de <https://institutodarwin.org/darwin>
- Jesus, J. G. (2012). *Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos*. Recuperado de: <https://www.sertao.ufg.br/n/42117-orientacoes-sobre-identidade-de-genero-conceitos-e-termos>
- Jodelet, D. (2020). *Os processos psicossociais da exclusão*. In Sawaia, B. (org.). *As artimanhas da exclusão*. (14ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lanz, L.(2014) *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR.
Recuperado de <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36800/R%20-%20D%20-%20LETICIA%20LANZ.pdf>
- Lambert, J. M. (2017). *Por falar em preconceito e gênero...* (2ª ed.) [Edição do Kindle] Disponível In <https://www.amazon.com.br/Por-falar-Preconceito-G%C3%AAAnero-ampliada-ebook/dp/B072BDTQP5>

- Lelis, A. G. S., Hogemann, E. R., & Souza, D. A. (2019). Travestifobia: a intolerância e a violação dos Direitos Humanos das pessoas travestis. In: Vieira, T. R. (org). *Transgêneros*. (pp. 145-161). Brasília, DF: Zakarewics.
- Manzini, E. J. (2004). *Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros*. In: Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos – A pesquisa qualitativa em debate (2), Marília, SP/Brasil: Unesp Marília. Recuperado de https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf.
- Martins, H. H. T. S. (2004). *Metodologia qualitativa de pesquisa*. Educação e Pesquisa, 30 (2). 289-300. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27936>
- Mazaro, J. L., & Cardin, V. S. G. (2019). *O acesso à saúde das pessoas transgêneros*. In: Vieira, T. R. (org). *Transgêneros*. (pp. 193-206). Brasília, DF: Zakarewics.
- Mazui, G. (2020, 20 de novembro). *No Brasil não existe racismo, diz Mourão sobre assassinato de homem negro em supermercado*. G1 Política. Recuperado de <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/20/mourao-lamenta-assassinato-de-homem-negro-em-mercado-mas-diz-que-no-brasil-nao-existe-racismo.ghtml>
- Mello, A. F., Filho, N. A. & Ribeiro, R. J. (2009). *Por uma universidade socialmente relevante*. Atos de Pesquisa em Educação, 4(3), 292-302. Recuperado de <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/1718>.
- Mello, L., Braz, C., Freitas, F.R.A., & Avelar, R. B. (2012). *Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas*. Sociedade e Cultura. 15 (1). 151-161. Recuperado de <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/20680>
- Minayo, M. C. S. (2012). *Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade*. Ciência & Saúde Coletiva, 17 (3), 621-626. doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007.
- Miskolci, R. (2020). *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças* (3ª ed.). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Moira, A., Nery, J. W., Rocha, M., & Brant, T. (2017). *Vidas trans a coragem de existir*. Bauru, São Paulo: Astral Cultural [Edição do Kindle] Disponível In <https://www.amazon.com.br/Vidas-trans-coragem-Amara-Moira-ebook/dp/B073JWGM1>
- Nascimento, M. M., Sabadini, A. A. Z. P., & Sampaio, M. I. C. (2013). *Normalização de Referências: adaptação do manual de estilo da American Psychological Association (APA)*. 6ª ed. São Paulo.
Recuperado de: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/728/o/Complementar_-_normas_referenicas.pdf
- Nery, J. W. (2019). “Vocês só podem ser normais porque nós somos considerados doentes!” – A patologização dos corpos trans como meio de produzir a normalidade cis. In: Sousa, E. T., Amaral, M. S., & Santos, D. K. (orgs). *Psicologia, travestilidades e transexualidades: compromissos ético-políticos da despatologização*. (pp. 77-92). Florianópolis, SC: Tribo da Ilha.

- Nicolay, V. (2020, 24 de agosto). *A luta das mulheres trans nas Forças Armadas Brasileiras*. Brasil de Fato. Recuperado de: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/24/a-luta-das-mulheres-trans-nas-forcas-armadas-brasileiras>
- Oliveira, J. (2021, 09 de março). *Primeira trans da FAB vence batalha na Justiça: “Me tirar da Aeronáutica foi como me tirar de casa”*. El País. Recuperado de: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-03/primeira-trans-da-fab-vence-batalha-na-justica-me-tirar-da-aeronautica-foi-como-me-tirar-de-casa.html>
- Oliveira, L. F. R., Nascimento, E. G. C., Pessoa Jr., J. M., Cavalcanti., M. A. F., Miranda, F.A. N, & Alchiere, J. C. (2015, janeiro a março) *Adesão de adolescentes à camisinha masculina*. Revista de pesquisa Cuidado é fundamental online. 7(1):1765-1773. Recuperado de <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-742414>
- Oliveira, M. R. G. (2017). *O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR. Recuperado de <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47605?show=full>
- Oliveira, M. R. G. (2020). Por que você não me abraça? Reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negros e negras. In: *Nem ao centro nem à margem: corpos que escapam às normas de raça e de gênero*. (173-188). Salvador (BA): Devires.
- Pollak, M. (1992). Memória e Identidade Social – *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 5 (10). recuperado de: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>
- Ponchirolli, R. (2019, 12 de setembro). O que são os movimentos sociais? *Politize!*. Recuperado de: <https://www.politize.com.br/movimentos-sociais/>
- Queiroz, A. (2016, 02 de agosto). *Primeira estudante em circunstância transexual defende mestrado*. Jornal UFG. Recuperado de: <https://jornal.ufg.br/n/90433-primeira-estudante-em-circunstancia-transexual-defende-mestrado>
- Queiroz, E (1901). *A cidade e as serras*. Porto: Livraria Chardron. Recuperado de <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4850>
- Resende, M. R. S. (2005). *Formação e autonomia do professor universitário: um estudo na Universidade Federal de Goiás* (Tese de Doutorado). PUC-SP. São Paulo, SP. Recuperado de <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/17205>
- Reis, T. (org) (2018). *Manual de Comunicação LGBTI+*. Curitiba, PR: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino.
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte, MG: Letramento.
- Rodrigues, P. (2021, 27 de maio). *Ordenada pastora, Jacque Chanel cria primeira igreja trans no Brasil*. Uol. Recuperado de <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas->

noticias/2021/05/27/ordenada-pastora-jacque-chanel-cria-primeira-igreja-trans-do-brasil.htm

- Rosa, E. B. P. R. (2020). *Cisheteronormatividade como instituição total*. PET de Filosofia UFPR, 18 (2), 59-103. Recuperado de <https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/view/68171>
- Safatle, V. (2015). Dos problemas de gênero a uma teoria da despossessão [...]. In Butler, J. Relatar a si mesmo. São Paulo, SP: Autêntica. 200 p.
- Salles, A. C.T.C. & Ceccarelli, P.R. (2010). *A invenção da sexualidade*. Reverso, 32 (60), 15-24. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952010000300002&lng=pt&tlng=pt.
- Sampaio, L. L. P. & Coelho, M. T. A. D. (2013). Anais do III Seminário Internacional *Enlaçando Sexualidades*. Salvador: UNEB. Recuperado de <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/15770>.
- Sassaki, R. K. (2011, 22 de junho). Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão. *Bengala Legal*. Recuperado de: <http://www.bengalalegal.com/nada-sobre-nos>
- Sawaia, B. (org.). (2020). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (14ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sciulo, M. M. (2020, 17 de março). *O que significam as letras da sigla LGBTQI+?* Revista Galileu. Recuperado de <https://revistagalileu.globo.com/sociedade/noticia/2020/03/o-que-significam-letras-da-sigla-lgbtqi.html>
- Secchi, L, Coelho, F. S. & Pires, V. (2020). *Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos* (3ª ed.). São Paulo, SP: Cengage Learning [Edição do Kindle]. Disponível in: <https://www.amazon.com.br/Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas-Conceitos-Pr%C3%A1ticos-Concursos/dp/8522128960>
- Silva, D. C. P. (2019). *Quando dizer é violentar - Violência linguística e transfobia em comentários online*. Salvador, BA: Editora Devires [Edição do Kindle]. Disponível in <https://www.amazon.com.br/Quando-dizer-violentar-lingu%C3%ADstica-coment%C3%A1rios-ebook/dp/B084B6V85K>
- Silveira, M.T (1999). *Projeto Transexualidade*. Faculdade de Medicina da UFG. Goiânia, GO: Portal da UFG. Páginas diversas. Recuperado de: <https://www.ufg.br/search?utf8=%E2%9C%93&search=Mariluz++Terra> e de: <https://www.ufg.br/search?utf8=%E2%9C%93&search=Transexualidade>
- Souza, J. & colaboradores. (2009). *Ralé Brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte, MG: UFMG.

- Spilleir, D. (2020, 03 de dezembro). *Transvulnerabilidade e as eleições de 2020*. Folha de S. Paulo.
Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/perifaconnection/2020/12/transvulnerabilidade-e-as-eleicoes-de-2020.shtml>
- Stochero, T. (2013, 28 de setembro). *Forças armadas têm 30 militares homossexuais reconhecidos*. G1.
Recuperado de: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/09/forcas-armadas-ja-contam-com-30-militares-homossexuais-reconhecidos.html>
- Stoegner, K. (2017). “Para além do Princípio de Gênero”: Horkheimer e Adorno sobre o Problema de Gênero e Identificação. (Fidelis, M., Trad.). *Cadernos De Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, 22(2),135-151.
Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/138460>
- Ventura, M. (2020, 12 de dezembro) *Guedes diz que dólar alto é bom: ‘empregada doméstica estava indo para Disney, uma festa danada’*. O Globo. Recuperado de: <https://oglobo.globo.com/economia/guedes-diz-que-dolar-alto-bom-empregada-domestica-estava-indo-para-disney-uma-festa-danada-24245365>
- Vieira, T.R. (org), & Genero, I.K (2019). A Utilização de Banheiros Públicos ou de Acesso ao Público pela População Trans. In: *Transgêneros*. (pp. 703-717). Brasília, DF: Zakarewics.
- Vieira, T. R. (org.), & Trentim, R. H. S. (2019). Relações de Gênero, Diversidade Sexual nas Escolas e Reconhecimento de Direitos às Pessoas Trans. In: *Transgêneros*. (pp. 145-161). Brasília, DF: Zakarewics
- Wanderley, M.B., (2020). *Refletindo sobre a noção de exclusão*. In Sawaia, B. (org.). *As artimanhas da exclusão. social* (14ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Young, I. M. (2006, janeiro). Representação política, identidade e minorias.
Lua Nova Revista de Cultura e Política 1(67). DOI:[10.1590/S0102-64452006000200006](https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000200006)

Apêndices

Apêndice A - Histórico de documentação do tema e do título da dissertação

Esse projeto foi cadastrado na Plataforma Brasil/Comitê de Ética para apreciação (Anexo A). O primeiro parecer consubstanciado do CEP/UFG (nº. 3.851.789 de 21/02/2020) (Anexo B) indicou algumas pendências mais formais do projeto e indicava a retirada do nome da Universidade Federal de Goiás do título do trabalho.

Após a inserção dos documentos solicitados e retirada do nome da UFG do título do projeto conforme indicado, esse foi substituído por Instituição Superior de Ensino. No dia 11 de abril de 2020 novo parecer (nº. 3.964.879) (Anexo C) indicou que ainda havia pendências.

Agora, solicitava-se a retirada do nome da UFG dos documentos que tinham sido inseridos nos quais esse ainda constava (folha de rosto, termo de compromisso das pesquisadoras, TCLE/Termo de Compromisso Livre e Esclarecido).

Ao final, no parecer constava que “caso as pesquisadoras optem por continuarem com o nome da UFG no título da pesquisa e nos referidos documentos, as mesmas deverão apresentar a carta de anuência da instituição”.

A anuência da Faculdade de Educação/UFG havia sido inserida no processo de apreciação do projeto na documentação enviada à Plataforma Brasil no início do processo e agora se solicitava anuência da Reitoria da Universidade.

No dia 15 de junho de 2020 foi emitido um terceiro parecer (nº. 4.087.688) com a aprovação do projeto (Anexo D).

Resolveu-se nesse momento, acatar inicialmente a sugestão de retirada do nome da UFG do projeto. Na época o entendimento era de que buscar essa anuência seria algo trabalhoso, complicado, pois todos estavam envolvidos com a suspensão das atividades acadêmicas e administrativas presenciais na instituição por causa da pandemia do coronavírus. No entanto, constatou-se posteriormente, que a retirada do nome da UFG foi um equívoco.

No desenvolvimento dos estudos para a pesquisa, em especial dos documentos da instituição, verificou-se que a falta do nome da instituição dificultava a pesquisa e, principalmente, a elaboração de um texto.

Na Banca de Qualificação do trabalho aqui apresentado, realizada no dia 12/03/2021, os membros foram enfáticos em apontar a importância de constar o nome da instituição na qual estava sendo realizada a pesquisa. A Banca alertou que um trabalho com alunos da UFG,

que fala da inclusão na UFG, precisava ter o nome da instituição no título e no texto, uma vez que não existia razão real, concreta para que tal não ocorresse. E deixou claro que sem a identificação da instituição a pesquisa perderia em qualidade e conteúdo. Também indicou mudanças que interferiram no título do trabalho.

Com o posicionamento da Banca e as dificuldades encontradas no desenvolvimento do trabalho solicitou-se à Reitoria, em abril de 2021, a anuência da universidade/UFG com um novo título – *“Inclusão e Universidade: uma análise a partir da perspectiva de discentes travestis e transexuais da Universidade Federal de Goiás”*.

O trâmite dessa solicitação foi complicado e demorado. A reitoria encaminhou para instâncias que nada tinham a ver com o propósito da solicitação e indicou o retorno ao Comitê de Ética, e foi informada de que o projeto já passara pelo comitê e aguardava-se somente a anuência da instituição, a qual foi assinada no dia 28/06/2021 (Anexo F).

Ressalte-se que o processo foi permeado por muita angústia e indefinição e impactou o desenvolvimento da pesquisa, em especial em relação à necessidade de anuência para realizar as entrevistas.

A inclusão das transidentidades é um tema que merece atenção, pois diz do futuro da comunidade trans. Nesse sentido, oferecer melhores condições de inserção e de permanência a essa comunidade é uma forma de cooperar para que, futuramente, mais transexuais e travestis ocupem lugares de poder, de tomada de decisões, de visibilidade, culminando assim, na possibilidade de uma sociedade que esteja atenta às particularidades e necessidades dessa comunidade nas várias áreas que a compõem.

Como exposto no Capítulo II, a UFG está atenta à necessidade da inclusão e da permanência da comunidade trans, contudo, a fim de compreender a visão das alunas e dos alunos trans acerca desses dois pontos – inclusão e permanência das transidentidades na Universidade Federal de Goiás – essa pesquisa foi realizada. E a escuta dos participantes ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas feitas, em decorrência da pandemia da Covid-19, com o auxílio da plataforma virtual *Google Meet*.

E o resultado de toda a pesquisa está, finalmente, registrado nessa dissertação, para contribuir com futuros pesquisadores do tema.

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Você está sendo convidado a participar, como voluntária, da pesquisa intitulada “Inclusão e Universidade: uma análise a partir da perspectiva de discentes travestis e transexuais da Universidade Federal de Goiás”. Meu nome é Kamyla Aparecida Gomes, sou a pesquisadora responsável, minha área de atuação é Psicologia e a orientação da pesquisa é feita pela professora doutora Maria do Rosário Silva Resende.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Com a atual situação de pandemia, solicito que envie este termo assinado para meu e-mail, informado abaixo, ou para meu whatsapp. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas por mim, via e-mail kamylagmpsi@gmail.com e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, por meio do seguinte contato telefônico: (62) 99568-6446. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62) 3521-1215.

Atualmente, a luta por direitos da comunidade LGBTQI+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais e todas as pessoas que não se identificam com o sistema binário (masculino versus feminino) – tem-se mostrado mais presente na sociedade, o que é bastante positivo para a conquista dos espaços a que as pessoas trans têm direito e para a ampliação do seu lugar de fala. Contudo, o preconceito ainda é ponto nevrálgico que se mostra como obstáculo para as conquistas da comunidade transexual. O trabalho tem como objetivo geral compreender e problematizar se há preconceito contra alunos, alunas e alunes transexuais em uma instituição pública de ensino superior. Nessa etapa você participará de uma entrevista semiestruturada e para isso será necessário reservar um período de, pelo menos 60 minutos do seu tempo, (para que possamos conversar e para responder às perguntas). O áudio da entrevista será gravado e uma cópia da gravação poderá ser solicitada a qualquer momento pelo participante. Os documentos e as gravações relacionados a essa pesquisa serão arquivados e mantidos sob minha responsabilidade durante 05 (cinco) anos. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas.

Os riscos previstos envolvem possíveis desconfortos emocionais, constrangimentos, e/ou mobilização de questões e conteúdos internos, o que poderá levar a alguma crise

emocional, pois as perguntas serão sobre sua experiência na instituição. O Código de Ética Profissional do Psicólogo Brasileiro (2005) prevê a adoção de medidas caso haja riscos para quem participar de pesquisa psicológica. Portanto, se esta situação ocorrer, a pessoa entrevistada receberá atendimento imediato da pesquisadora responsável, Kamyla Aparecida Gomes, com inscrição no Conselho Regional de Psicologia número CRP 09/010761, especialista em Psicologia Junguiana. Ressalto a garantia expressa de liberdade do participante de se recusar a responder a qualquer pergunta que lhe trazer desconforto ou angústia. Você tem direito ao ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, se houver, e ainda, a pleitear indenização em caso de danos previstos em Lei.

Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo, que assegure a privacidade e o anonimato. Haverá a divulgação do seu nome, quando for de seu interesse, portanto solicito que rubrique na opção desejada:

- () Permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa;
- () Não permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa.

As gravações serão utilizadas na transcrição e análise dos dados, sendo resguardado o seu direito de ler e aprovar as transcrições.

1. Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,....., abaixo assinade, concordo em participar do estudo intitulado “Transexuais e Preconceito: uma análise das relações em uma instituição pública de ensino superior”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora responsável, Kamyla Aparecida Gomes, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia,..... de..... de.....

Assinatura por extenso do (a) participante

Kamyla Aparecida Gomes
Psicóloga CRP 09/010761
Esp. Em Psicologia Junguiana
Mestranda em Psicologia – UFG

2. Roteiro da entrevista

Nome

Idade

Graduação

Período do curso

Naturalidade

Raça/etnia

Tem filhos? Quantos?

Como você se identifica quanto ao gênero?

Qual atividade profissional?

Qual a média de renda mensal?

Tem alguma bolsa da UFG?

Usa nome social?

Como foi para você chegar à Universidade e como é estar lá?

Você foi bem acolhida/o?

Você já vivenciou alguma situação de preconceito dentro da UFG?

Gostaria de acrescentar algo mais?

Anexos

Anexo A - Comprovante de envio do projeto



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Transexuais e Preconceito: uma análise das relações em uma instituição pública de ensino superior

Pesquisador: KAMYL A APARECIDA GOMES

Versão: 3

CAAE: 28456820.0.0000.5083

Instituição Proponente: Universidade Federal de Goiás - UFG

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 008595/2020

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto Transexuais e Preconceito: uma análise das relações em uma instituição pública de ensino superior que tem como pesquisador responsável KAMYL A APARECIDA GOMES, foi recebido para análise ética no CEP UFG - Universidade Federal de Goiás em 29/01/2020 às 19:15.

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110
Bairro: Campus Samambá, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **E-mail:** cep.prpl@ufg.br

Anexo B – Primeiro parecer do Comitê de Ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Transexuais e Preconceito: uma análise na Universidade Federal de Goiás

Pesquisador: KAMYLA APARECIDA GOMES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 28456820.0.0000.5083

Instituição Proponente: Universidade Federal de Goiás - UFG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.851.789

Apresentação do Projeto:

Estudo desenvolvido no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Faculdade de Educação da UFG. Propõe pesquisa qualitativa, de caráter documental e exploratório, com previsão de amostra de 5 participantes. Busca investigar e discutir sobre a temática da transsexualidade e vivências de preconceito experienciadas por alunos da UFG.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender e problematizar se há preconceito contra alunos e alunas transexuais na Universidade Federal de Goiás

Objetivo Secundário:

- a) Identificar as formas em que o preconceito se manifesta; b) Compreender se os desafios encontrados por alunos e alunas trans são mais presentes no quadro de servidores, técnicos-administrativos e docentes, ou de discentes; c) Levantar subsídios para trabalhar formas de minimizar conflitos que afetam alunos e alunas trans; d) Colaborar na criação de novas ações que possam facilitar a permanência desses alunos e alunas na instituição; e) Aprofundar mais na discussão do preconceito que está presente em todas as áreas da sociedade, com as mais variadas formas.

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIÂNIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 3.851.789

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora prevê a possibilidade de desconfortos emocionais, constrangimentos, e/ou mobilização de questões e de conteúdos internos no participante e ressalta a possibilidade do mesmo interromper sua participação a qualquer momento e ainda, nos casos necessários informa que o participante receberá atendimento psicológico imediato.

Benefícios:

Além da escuta dos participantes, conseguir maiores subsídios para pensar a melhoria do bem-estar dos alunos transexuais na Universidade

Federal de Goiás, bem como pensar condições de minimizar as situações de preconceito na Instituição.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O estudo traz temática bastante atual e relevante.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Protocolo de pesquisa contendo folha de rosto assinada, termo de compromisso das pesquisadoras, projeto detalhado e TCLE com linguagem clara e explicativa, objetivos da pesquisa, metodologia utilizada, garantias ao participante e responsabilidades do pesquisador.

Recomendações:

Recomenda-se indicar, nos critérios de inclusão, a maioria dos participantes.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conclui-se pela pendência do Protocolo de Pesquisa e solicita-se:

- 1- - Definir a idade dos participantes e caso haja menores, apresentar o TALE e o TCLE para os pais responsáveis;
- 2- - Apresentar as questões/roteiro para a entrevista gravada
- 3- - Retirar o nome da Universidade Federal de Goiás do título do trabalho.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo COM PENDÊNCIA. O mesmo deverá ser readequado em acordo com os princípios éticos vigentes e com as solicitações do CEP. O(a) pesquisador(a) responsável tem trinta (30) dias para atender as pendências conforme a Resolução CNS n. 466/12 e CNS n. 510/16. Solicitamos o envio de um documento de apresentação do atendimento de pendências (Carta de Encaminhamento em word ou pdf), a fim de que possamos identificar os itens que foram modificados e/ou inseridos no sistema a partir das considerações e direcionamentos presentes na redação da Carta.

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
 Bairro: Campus Samambala, UFG CEP: 74.690-970
 UF: GO Município: GOIANIA
 Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.prpi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.851.789

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1500894.pdf	24/01/2020 13:43:08		Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	24/01/2020 13:42:25	KAMYLE APARECIDA	Aceito
Outros	TERMO_DE_COMPROMISSO.pdf	22/01/2020 12:59:03	KAMYLE APARECIDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO.doc	22/01/2020 12:58:32	KAMYLE APARECIDA GOMES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_revisado.docx	22/01/2020 12:58:18	KAMYLE APARECIDA GOMES	Aceito

Situação do Parecer:

Pendente

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 21 de Fevereiro de 2020

Assinado por:
Geisa Mozzer
(Coordenador(a))

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com

Anexo C – Segundo parecer do Comitê de Ética (continua)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Transexuais e Preconceito: uma análise das relações em uma instituição pública de ensino superior

Pesquisador: KAMYLA APARECIDA GOMES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 28456820.0.0000.5083

Instituição Proponente: Universidade Federal de Goiás - UFG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.964.879

Apresentação do Projeto:

Título da Pesquisa: Transexuais e Preconceito: uma análise das relações em uma instituição pública de ensino superior. Pesquisador Responsável: KAMYLA APARECIDA GOMES. N. CAAE: 28456820.0.0000.5083. Membro da Equipe de Pesquisa: Maria do Rosário Silva Resende

Estudo desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Educação da UFG. Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter documental e exploratório que busca investigar situações de preconceito vivenciadas por alunos transexuais maiores de 18 anos, matriculados nos cursos de graduação de uma Instituição de Ensino Superior do Centro-oeste.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender e problematizar se há preconceito contra alunos e alunas transexuais na instituição pública de ensino superior do Centro-Oeste brasileiro.

Objetivo Secundário:

- a) Identificar as formas em que o preconceito se manifesta;
- b) Compreender se os desafios encontrados por alunos e alunas trans são mais presentes no quadro de servidores, técnicos-administrativos e docentes, ou de discentes;

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpl.ufg@gmail.com



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 3.964.879

- c) Levantar subsídios para trabalhar formas de minimizar conflitos que afetam alunos e alunas trans;
- d) Colaborar na criação de novas ações que possam facilitar a permanência desses alunos e alunas na instituição;
- e) Aprofundar mais na discussão do preconceito que está presente em todas as áreas da sociedade, com as mais variadas formas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora indica que a participação na pesquisa pode ocasionar eventuais riscos emocionais e constrangimentos. Assegura a possibilidade de minimizar os riscos, adotando medidas preventivas que garantem aos participantes a possibilidade de interrupção imediata de sua participação e ainda, assegura a possibilidade de atendimento psicológico em caso de desconforto ou crise. Como benefícios, assegura que o estudo poderá proporcionar maiores subsídios para pensar a melhoria do bem-estar dos alunos transexuais na IES, bem como, pensar condições de minimizar as situações de preconceito na Instituição.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa com temática atual e relevante para a psicologia e instituições de ensino

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Protocolo de pesquisa contendo folha de rosto assinada, termo de compromisso das pesquisadoras, projeto detalhado, roteiro de entrevistas, TCLE e declaração de atendimento de pendências.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise do Protocolo, observou-se que as pendências não foram totalmente atendidas. Assim, conclui-se pela Pendência do Protocolo de Pesquisa e Solicita-se:

01- A retirada do nome da UFG do título do Projeto apresentado na folha de rosto;

02- A retirada do nome da UFG do título da pesquisa apresentado no termo de Compromisso o das Pesquisadoras ou a retirada desse documento;

03- A Correção do TCLE retirando o nome da UFG do título da pesquisa.

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
 Bairro: Campus Samambala, UFG CEP: 74.690-970
 UF: GO Município: GOIANIA
 Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.prpi.ufg@gmail.com



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 3.964.879

Caso as pesquisadoras optem por continuarem com o nome da UFG no título da pesquisa e nos referidos documentos, as mesmas deverão apresentar a carta de anuência da instituição.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo COM PENDÊNCIA. O mesmo deverá ser readequado em acordo com os princípios éticos vigentes e com as solicitações do CEP. O(a) pesquisador(a) responsável tem trinta (30) dias para atender as pendências conforme a Resolução CNS n. 466/12 e CNS n. 510/16. Solicitamos o envio de um documento de apresentação do atendimento de pendências (Carta de Encaminhamento em word ou pdf), a fim de que possamos identificar os itens que foram modificados e/ou inseridos no sistema a partir das considerações e direcionamentos presentes na redação da Carta.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1500894.pdf	08/03/2020 13:08:09		Aceito
Outros	Roteiro_de_entrevista_CEP.docx	08/03/2020 13:06:53	KAMYLE APARECIDA	Aceito
Outros	Projeto_corrigido_CEP.docx	08/03/2020 13:06:02	KAMYLE APARECIDA	Aceito
Outros	Carta_de_Encaminhamento.docx	08/03/2020 13:03:46	KAMYLE APARECIDA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	24/01/2020 13:42:25	KAMYLE APARECIDA	Aceito
Outros	TERMO_DE_COMPROMISSO.pdf	22/01/2020 12:59:03	KAMYLE APARECIDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO.doc	22/01/2020 12:58:32	KAMYLE APARECIDA GOMES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_revisado.docx	22/01/2020 12:58:18	KAMYLE APARECIDA GOMES	Aceito

Situação do Parecer:

Pendente

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
 Bairro: Campus Samambala, UFG CEP: 74.690-970
 UF: GO Município: GOIANIA
 Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.prpi.ufg@gmail.com



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 3.964.879

GOIANIA, 11 de Abril de 2020

Assinado por:
João Batista de Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com

Anexo D - Terceiro parecer do Comitê de Ética (continua)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Transexuais e Preconceito: uma análise das relações em uma instituição pública de ensino superior

Pesquisador: KAMYLA APARECIDA GOMES

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 28456820.0.0000.5083

Instituição Proponente: Universidade Federal de Goiás - UFG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.087.688

Apresentação do Projeto:

Título da Pesquisa: Transexuais e Preconceito: uma análise das relações em uma instituição pública de ensino superior. **Pesquisadora Responsável:** KAMYLA APARECIDA GOMES. **N. CAAE:** 28456820.0.0000.5083. **Membro da Equipe de pesquisa:** Maria do Rosário Silva Resende.

Protocolo de Atendimento de Pendência, terceira versão. Trata-se de Projeto desenvolvido no Mestrado em Psicologia da Faculdade de Educação da UFG. Estudo de cunho qualitativo, com financiamento próprio e previsão de término em fevereiro de 2021. Propõe utilizar entrevistas audiogravadas com número de cinco participantes. A Os dados serão analisados por meio de metodologia de análise de conteúdo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender e problematizar se há preconceito contra alunos e alunas transexuais na instituição pública de ensino superior do Centro-Oeste brasileiro.

Objetivo Secundário:

a) Identificar as formas em que o preconceito se manifesta; b) Compreender se os desafios encontrados por alunos e alunas trans são mais presentes no quadro de servidores, técnicos-administrativos e docentes, ou de discentes; c) Levantar subsídios para trabalhar formas de minimizar conflitos que

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 4.087.688

afetam alunos e alunas trans; d) Colaborar na criação de novas ações que possam facilitar a permanência desses alunos e alunas na instituição;

e) Aprofundar mais na discussão do preconceito que está presente em todas as áreas da sociedade, com as mais variadas formas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora considera a possibilidade de desconfortos emocionais, constrangimentos, e/ou mobilização de questões e de conteúdos internos, o que poderá levar a alguma crise emocional. Informa que caso isso ocorra, o participante receberá atendimento psicológico. Garante ainda ao participante, a possibilidade de interrupção imediata de sua participação no estudo.

Benefícios:

Além da escuta dos participantes, a pesquisadora espera, com o estudo, adquirir maiores subsídios para pensar o bem-estar dos alunos transexuais na IES, bem como pensar condições de minimizar as situações de preconceito na Instituição.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa com temática atual e de bastante relevância social

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Protocolo de pesquisa contendo folha de rosto assinada, projeto detalhado, termo de compromisso das pesquisadoras, roteiro de entrevista, carta de encaminhamento a este Comitê e TCLE detalhado e em conformidade com os pressupostos éticos para pesquisa com seres humanos.

Recomendações:

Recomenda-se à pesquisadora que na questão de entrevista "Você já vivenciou alguma situação de preconceito dentro dessa instituição? Gostaria que discorresse sobre essa situação (como aconteceu, quando, onde, o que foi dito e por quem), substitua o questionamento "quem", por qual a função, se docente, discente ou categoria de servidor da IES.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conclui-se pela aprovação do protocolo de pesquisa por considerar que este não oferece óbices éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
 Bairro: Campus Samambala, UFG CEP: 74.690-970
 UF: GO Município: GOIANIA
 Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.prpi.ufg@gmail.com



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 4.087.688

importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEPUG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12 e Resolução CNS n. 510/16. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, previsto para abril de 2021.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1500894.pdf	20/05/2020 14:45:53		Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRostoCorrigida.pdf	20/05/2020 14:45:12	KAMYLE APARECIDA	Aceito
Outros	Carta_de_Encaminhamento.pdf	16/05/2020 12:28:21	KAMYLE APARECIDA	Aceito
Outros	Termo_de_compromisso_corrigido.pdf	16/05/2020 12:27:53	KAMYLE APARECIDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_Corrigido.doc	16/05/2020 12:27:11	KAMYLE APARECIDA GOMES	Aceito
Outros	Roteiro_de_entrevista_CEP.docx	08/03/2020 13:06:53	KAMYLE APARECIDA	Aceito
Outros	Projeto_corrigido_CEP.docx	08/03/2020 13:06:02	KAMYLE APARECIDA	Aceito
Outros	Carta_de_Encaminhamento.docx	08/03/2020 13:03:46	KAMYLE APARECIDA	Aceito
Outros	TERMO_DE_COMPROMISSO.pdf	22/01/2020 12:58:03	KAMYLE APARECIDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO.doc	22/01/2020 12:58:32	KAMYLE APARECIDA GOMES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_revisado.docx	22/01/2020 12:58:18	KAMYLE APARECIDA GOMES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
 Bairro: Campus Samambaia, UFG CEP: 74.690-970
 UF: GO Município: GOIANIA
 Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.prpi.ufg@gmail.com



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 4.087.688

GOIANIA, 15 de Junho de 2020

Assinado por:
Geisa Mozzer
(Coordenador(a))

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com

Anexo E– Despacho decisório da Reitoria no SEI

16/08/2021

SEI/UFG - 2128103 - Despacho Decisório



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
GABINETE DA REITORIA

DESPACHO DECISÓRIO

TERMO DE ANUÊNCIA

A Universidade Federal de Goiás - UFG está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado *Inclusão e Universidade: uma análise a partir da perspectiva de discentes travestis e transexuais da Universidade Federal de Goiás*, coordenado pela pesquisadora Kamyla Aparecida Gomes e orientanda da Profª Drª Maria do Rosário Silva Resende, na Universidade Federal de Goiás.

A Universidade Federal de Goiás assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados durante os meses de fevereiro de 2020 até julho de 2021.

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso do(a) pesquisador(a) responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.



Documento assinado eletronicamente por Edward Madureira Brasil, Reitor, em 28/06/2021, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 2128103 e o código CRC 77932FDD.

Referência: Processo nº 23070.020957/2021-87

SEI nº 2128103